

RELATÓRIO ANUAL 2011

volume 20







RELATÓRIO ANUAL 2011

BANCO DE MOÇAMBIQUE

RELATÓRIO ANUAL

Ao abrigo da Lei 1/92, de 3 de Janeiro, o Banco de Moçambique
(BM) assume funções exclusivas de Banco Central

A actual edição do Relatório Anual retrata a actividade do BM em 2011.

Comissão Editorial: Banco de Moçambique
Departamento de Contabilidade e Orçamento
Departamento de Estudos Económicos e Estatística
Departamento de Supervisão Bancária

Av. 25 de Setembro - BM - Sede

Telefone: (+258) 21354600/359700 Fax: 258-21-321363
C.P. 423
Internet: <http://www.bancomoc.mz>
Maputo, República de Moçambique

Coordenação, concepção e produção gráfica:
Centro de Documentação e Informação
Banco de Moçambique, Travessa Tenente Valadim nº 69

Tiragem: 500 exemplares

ISBN 978-989-8390-07-3

Relatório Anual Ano 1 nº 1 (Dec.: 1992) - Maputo
BM/DCO-DEE-DSB 2003
Demonstrações Financeiras;
Situação Macroeconómica; Sistema Financeiro
Reg Nº 05/GABINFO/DE97
CDU336 (679) 05

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Governador **Ernesto Gove** (no centro)

ESQUERDA

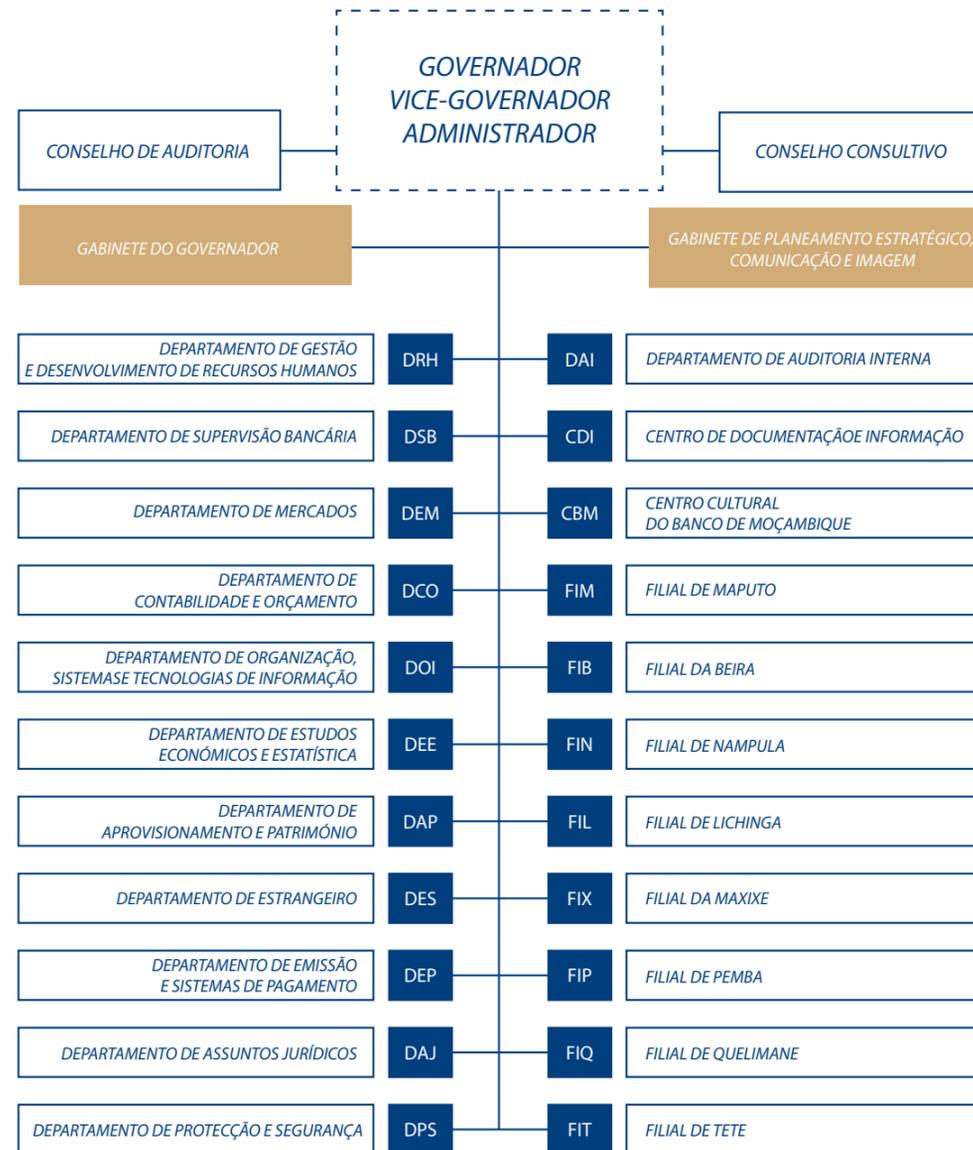
Vice - Governador **António Pinto de Abreu**
Administradora **Esselina Macome**
Administrador **Waldemar de Sousa**

DIREITA

Administradora **Joana Matsombe**
Administrador **Victor Gomes**
Administrador **Alberto Bila**



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



ÍNDICE

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aprovação do Conselho de Administração.	3
Relatório dos Auditores	5
Demonstração da posição financeira	8
Demonstração de Resultados	9
Demonstração do Rendimento Integral	10
Demonstração de Alterações do Capital Próprio	11
Demonstração de fluxo de Caixa	12

2. SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	55
2. EVOLUÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL	57
2.1. DESEMPENHO MACROECONÓMICO	59
3. CONJUNTURA INTERNA	64
3.1. SECTOR REAL	64
3.1.1. Preços	64
3.1.2. Produto Interno bruto	69
3.2. FINANÇAS PÚBLICAS	71
3.2.1. Receitas	73
3.2.2. Despesas Totais e Empréstimos Líquidos	74
3.2.3. Saldo Orçamental e Fontes de Financiamento	77
3.3. SECTOR MONETÁRIO	78
3.3.1. Programa Monetário	78
3.3.2. Base Monetária	79
3.3.3. Mercados Interbancários	82
3.3.4. Taxas de Juro	85
3.3.5. Taxas de Câmbio	88
3.3.6. Massa Monetária	91
3.3.7. Crédito à Economia	93
3.4. SECTOR EXTERNO	102
3.4.1. Reservas Internacionais Líquidas	102
3.4.2. Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real	104
3.4.3. Balança de Pagamentos	106

A. CONTA CORRENTE	106
A.1. Conta de Bens	108
A.2. Conta de Serviços	110
A.3. Conta de Rendimentos	111
A.4. Transferências Correntes e de capital	111
FLUXOS FINANCEIROS	112
D. FINANCIAMENTO DA BALANÇA DE PAGAMENTOS	113
E. DÍVIDA EXTERNA	113
Desembolsos e Reembolsos de Empréstimos Externos	113

3. SISTEMA FINANCEIRO

Introdução	117
Actividades realizadas pelo Departamento de Supervisão Bancária	118
Licenciamento	121
Contencioso	123
Mercado de Valores Mobiliários	124
Desempenho do Sistema Bancário	130
Evolução e Estrutura do Activo	130
Passivo	132
Solvabilidade	136

GRÁFICOS

Gráfico 1: Preço do Petróleo (Brent) no Mercado Internacional	63
Gráfico 2: Inflação Anual na Cidade de Maputo	65
Gráfico 3: Evolução Anual do IPC Moçambique	68
Gráfico 4: Peso de Sectores Seleccionados no PIB – 2011	71
Gráfico 5: Estrutura das Receitas Fiscais	74
Gráfico 6: Estrutura das Despesas Correntes – 2011	75
Gráfico 7: Fontes de Financiamento do Investimento – 2011	76
Gráfico 8: Fontes de Financiamento do Orçamento	77
Gráfico 9: Estrutura da Base Monetária e Taxa de Crescimento	81
Gráfico 10: Taxas de Juro do Mercado Monetário Interbancário	85
Gráfico 11: Taxas de Juro Médias Nominais em Moeda Nacional e Inflação	86
Gráfico 12: Taxas de Juro Médias Nominais em Moeda Estrangeira	86
Gráfico 13: Variação Anual da Taxa de Câmbio Nominal	90

Gráfico 14:	Diferencial das Taxas de Câmbio Nominais (MZN/USD)	90
Gráfico 15:	Variações Anuais dos Agregados Monetários	91
Gráfico 16:	Crédito por Actividade (Contribuições no Saldo) - Dezembro 2011	107
Gráfico 17:	Reservas Internacionais Líquidas	102
Gráfico 18:	Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real	104
Gráfico 19:	Défice da Conta Corrente e Défice fiscal em % do PIB	107
Gráfico 20:	Peso das Exportações de Bens no PIB e nas Exportações totais	108
Gráfico 21:	Taxa de crescimento das Exportações de Produtos Tradicionais (média 2008-2011)	109
Gráfico 22:	Transferências Correntes Unilaterais Líquidas em % do PIB	111
Gráfico 23:	Empréstimos externos (milhões de USD) e sua estrutura	113

QUADROS

Quadro 1:	Evolução do PIB Real e Inflação nos Principais Blocos Mundiais	59
Quadro 2:	Indicadores Seleccionados de Países da SADC, variação anual (%)	62
Quadro 3:	Preços de Mercadorias Seleccionadas no Mercado Internacional	63
Quadro 4:	Produtos com Maior Contribuição para Inflação Anual	66
Quadro 5:	Varição Anual do IPC da Cidade de Maputo	67
Quadro 6:	Produto Interno Bruto na Óptica da Produção	70
Quadro 7:	Programa de Execução Orçamental (milhões de meticais)	72
Quadro 8:	Indicadores Orçamentais Seleccionados, em % do PIB	72
Quadro 9:	Principais Metas do Programa Monetário e Realização	79
Quadro 10:	Base Monetária e suas Componentes, saldos em 10 ⁶ MT	80
Quadro 11:	Operações dos Mercados Interbancários	84
Quadro 12:	Evolução dos Meios Totais de Pagamentos (10 ⁶ MT)	92
Quadro 13:	Comportamento do Crédito à Economia	94
Quadro 14:	Financiamento ao Sector Privado (Fluxos incluindo os grandes projectos) – em 10 ⁶ MT	96
Quadro 15:	Taxa de Câmbio Real Bilateral (Média Móvel 12 meses)	105
Quadro 16:	Evolução da Conta Corrente de Moçambique (USD milhões)	107
Quadro 17:	Evolução das Importações de Bens (USD milhões)	109
Quadro 18:	Saldos da Conta de Serviços incluindo grandes projectos (USD milhões)	110
Quadro 19:	Evolução da Conta Capital e Financeira (USD milhões)	112

CAIXAS

Caixa 1:	Medidas de Política Monetária Tomadas pelo Banco de Moçambique em 2011	87
Caixa 2:	Evolução dos Meios Alternativos ao Numerário no Sistema Nacional de Pagamentos	97
Caixa 3:	Série 2011 de Notas do Metical	100



Prefácio

No quadro das nossas principais funções de Banco Central da República de Moçambique, continuaremos a gerir a política monetária tendo em vista consolidar os ganhos de inflação baixa obtidos em 2011, num regime de taxas de câmbio flexíveis e de priorização de um crescimento real mais robusto da nossa economia.

O agravamento da inflação doméstica em 2010, em resultado dos efeitos da crise financeira internacional, levou a que a nossa actuação em 2011 fosse orientada para repor a estabilidade macroeconómica e consolidar a actividade do sector financeiro.

Neste contexto, no primeiro semestre de 2011 demos continuidade a uma política monetária prudente, revendo em alta as taxas de juro de intervenção do banco central no Mercado Monetário Interbancário (MMI) para 16,5%, assim como o coeficiente de reservas obrigatórias para 9,0%, conjugado com o reforço das nossas intervenções nos mercados interbancários, por via da emissão de bilhetes do tesouro e do incremento da venda de divisas. Na parte final do ano, a inflação começou a apresentar sinais de melhoria, iniciando uma reversão da sua tendência no sentido de alinhamento com as projecções desejadas. Decidimos então inverter o ciclo de política monetária, tornando-a gradualmente mais acomodativa, iniciando o processo de baixa das taxas de juro e do coeficiente de reservas obrigatórias.

A coordenação das políticas monetária e orçamento, conjugada com o bom desempenho do sector real da economia, contribuiu para que em Dezembro de 2011 a inflação anual, medida pelo Índice de Preços no Consumidor da cidade de Maputo, recuasse para 5,46%, após 16,6% em finais de 2010, tendo a taxa média desacelerado para 10,35%, após 12,7% em Dezembro de 2010.

A informação disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística mostra um crescimento real do Produto Interno Bruto moçambicano em 7,3% no ano de 2011, após 6,8% em 2010. Retenha-se que 2011 foi o ano do início da exploração do carvão mineral na Província de Tete, para onde convergem elevados investimentos, fazendo com que o montante do IDE atingisse um nível recorde de 2,100 milhões de dólares norte-americanos, nesse mesmo ano.

A maior disponibilidade de divisas no mercado, proveniente da melhoria das exportações moçambicanas, do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e de créditos e donativos contribuíram para o incremento das reservas internacionais líquidas em USD 320 milhões, para um saldo de USD 2.239,7 milhões em 2011, equivalente a 5,2 meses de cobertura de importações de bens e serviços não factoriais.

Registámos uma melhoria do desempenho fiscal em 2011, com as receitas públicas em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB) a atingirem 21,2%, acima do crescimento médio anual registado nos anos anteriores, num quadro em que a pressão do lado da despesa pública se manteve, não obstante o apoio orçamental para amortecer os choques exógenos e o impacto social da crise económica e financeira à escala global.

O comportamento dos agregados monetários esteve em linha com a política monetária desenhada e implementada para o período, num panorama em que a taxa de câmbio do Metical, vi-à-vis às principais moedas transaccionadas no mercado cambial, teve tendência para a apreciação real efectiva, mercê de uma apreciação nominal anual de 17,33% face ao Dólar Americano e de melhorias substanciais em termos de diferencial de preços.

Em 2011, entrou em vigor a nova Lei Cambial que aprofunda a liberalização das transacções correntes, mantém sob controlo da autoridade cambial as operações de capitais e introduz posturas novas em matéria de repatriamento de receitas de exportação para o sistema bancário nacional e consequente conversão de pelo menos 50% destas para moeda nacional, assim como limita o âmbito de actuação das casas de câmbio a transacções com pessoas singulares (viagens e turismo). A nova legislação cambial concentra nos bancos comerciais todas as transacções correntes de bens e serviços que os residentes da economia moçambicana realizam com o resto do mundo.

Os resultados preliminares da balança de pagamentos de Moçambique mostram melhorias da posição externa do País, comparativamente com os anos anteriores, decorrentes, fundamentalmente, do influxo de capitais sob forma de IDE associado ao início da exploração de recursos naturais não renováveis, que tem igualmente demandado uma maior procura por importações de bens de capital, afectando, no curto prazo, a conta de transacções correntes (agravamento de 46%, para USD 1.615 milhões, equivalente a 12,6% do PIB).

Relativamente ao seu desempenho institucional interno, no exercício económico de 2011 o Banco de Moçambique passou a aplicar o disposto no artigo 14 da sua Lei Orgânica (Lei nº 1/92, de 3 de Janeiro) no que se refere a ganhos e perdas provenientes de reavaliação cambial das posições activas e passivas em moeda estrangeira, que determina que estes ganhos e perdas são atribuíveis ao Estado e por tal devem ser apresentados numa conta da posição financeira (conta especial de flutuação de valores). O Banco entende que este procedimento, para além de obedecer ao estabelecido na referida Lei Orgânica, é mais consistente com a sua natureza de banco central. Desta forma e atendendo também às práticas contabilísticas de outros bancos centrais, o Banco de Moçambique mantém selectivamente a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) introduzidas em 2008.

Em 2011, o Banco de Moçambique prosseguiu com os esforços de incremento da sua presença no território nacional transformando as cinco anteriores agências em filiais e criando a sua oitava filial. Assim, o Banco Moçambique passou a contar com filiais em Maputo, Maxixe, Beira, Tete, Quelimane, Nampula, Pemba e Lichinga, estando em curso a criação de condições para a abertura de filiais em Xai-Xai e Chimoió.

Em termos de Recursos Humanos, o Banco prosseguiu com a sua estratégia de reposição e adequação da força de trabalho no âmbito do plano de sucessões, tendo em conta os contingentes de quadros que perfazem os requisitos legalmente estabelecidos para a passagem à reforma. Assim, em 2011, foram admitidos um total de 158 trabalhadores para as diversas unidades de estrutura, dos quais 57,6 por cento com licenciatura ou mestrado. Paralelamente, no mesmo ano o quadro de Direcção do Banco foi reforçado com a designação de Directores para as filiais que até então vinham funcionando como agências, bem assim para a substituição de outros gestores que passaram à situação de reforma. Nesta oportunidade, reitero os meus votos de êxitos na missão que lhes foi confiada pelo Conselho de Administração.

No exercício económico de 2011, as contas do Banco de Moçambique, devidamente auditadas, mostram um resultado líquido operacional positivo no montante de 308,4 milhões de Meticais, ganho decorrente de operações financeiras realizadas no período. Não obstante o ambiente de crise financeira internacional, no ano em revista, entraram em funcionamento duas novas instituições bancárias, elevando para 18 o número de instituições de crédito a operar no mercado financeiro moçambicano. Adicionalmente, no âmbito da estratégia de bancarização da economia e extensão dos serviços financeiros às zonas rurais lançado pelo banco central em 2007, registámos em 2011 o incremento da rede bancária em 41 novas agências, aumentando o total nacional para 457 unidades, que cobrem todas as capitais provinciais, municípios e 58 distritos rurais. Os indicadores de estabilidade e solidez do sistema financeiro mantiveram-se satisfatórios em 2011, ainda que o rácio do crédito malparado tenha superado a cifra atingida em Dezembro de 2010, fixando em 2,6%, tendo o rácio de solvabilidade crescido para 17,1%, contra os 14,4% em Dezembro de 2010, acima dos mínimos recomendados por Basileia I, o que atesta a resiliência do sistema bancário nacional a choques adversos.

A modernização do sistema nacional de pagamentos continuou a merecer atenção especial na nossa estratégia de actuação em 2011, visando contribuir para a redução dos custos de intermediação e torná-lo mais abrangente e inclusivo. Em Julho do mesmo ano, formalizámos a constituição da Sociedade Interbancária de Serviços (SIMO), iniciando assim o processo de construção de uma rede única de serviços com interoperabilidade dos 18 bancos comerciais a operar no nosso sistema.

A conjuntura internacional continuou a ser marcada pela crise da dívida soberana na Europa com impactos distintos na actividade económica das economias mais desenvolvidas e nas economias de mercado emergente, acompanhado de volatilidade e incerteza nos mercados financeiro e de commodities.

As estimativas do World Economic Outlook mostram que o ritmo da actividade económica mundial desacelerou em 2011 para 3,8%, menos 1,4 pontos percentuais (pp) em relação a 2010, reflexo do abrandamento em 1,1pp nas economias emergentes, 1,6pp nas

economias desenvolvidas e 0,4 pp nas economias da África Sub-Sahariana (ainda assim, o crescimento médio anual deste grupo foi de 4,9% em 2011).

A nossa actuação em 2012 tomará em conta estas previsões, os riscos prevaletentes no mercado internacional e os objectivos macroeconómicos definidos pelo nosso Governo, que estabelecem um crescimento do PIB de 6,7%, uma inflação média anual de 7,2% e uma posição das reservas internacionais líquidas que garanta 5 meses de cobertura de importações totais, quando incluídos os grandes projectos. Os nossos objectivos intermédios são de uma expansão monetária de 20,2%, compatível com um crescimento do crédito à economia ligeiramente acima da expansão do PIB nominal e um crescimento da base monetária, nossa variável operacional, em torno dos 20%.

No quadro das nossas principais funções de Banco Central da República de Moçambique, continuaremos a gerir a política monetária tendo em vista consolidar os ganhos de inflação baixa obtidos em 2011, num regime de taxas de câmbio flexíveis e de priorização de um crescimento real mais robusto da nossa economia.

Cumpr-me destacar que a estabilidade macroeconómica e do sistema financeiro moçambicano, assim como o desempenho expresso neste documento, se deveram à profícua colaboração de todos os trabalhadores do Banco de Moçambique, das instituições de crédito e das autoridades do nosso Governo que participam na gestão macroeconómica e das instituições que operam no nosso mercado. Em 2011, foi igualmente importante o apoio dos parceiros de cooperação internacional de Moçambique, dos agentes económicos e do público em geral. A todos o meu obrigado!

Ernesto Gouveia Gove
Governador

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



SUBSTRATO SINTÉTICO - POLÍMERO
Nota de 100 Meticais

1

Aprovação do Conselho de Administração

O conselho de Administração do Banco de Moçambique é responsável pela preparação, integridade e objectividade das demonstrações financeiras e demais informações contidas neste relatório.

Para satisfazer esta responsabilidade, o Banco dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo para assegurar que os activos do Banco sejam salvaguardados e as respectivas operações e transacções executadas e escrituradas em conformidade com as normas e procedimentos adoptados.

Nos termos dos artigos 64 e 65 da Lei 1/92, de 3 de Janeiro, as demonstrações financeiras do ano findo em 31 de Dezembro de 2011 constantes das páginas 1 a 51, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de Junho de 2012, e vão assinadas em seu nome por:



Joana Jacinto David Matsombe

*Administradora do Pelouro
de Supervisão e Contabilidade*





Ao
Conselho de Administração do
Banco de Moçambique

Relatório de Auditoria

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco de Moçambique, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2011, a demonstração de resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e um resumo das principais políticas contabilísticas e outra informação explicativa. As demonstrações financeiras foram preparadas pela Administração do Banco de Moçambique em conformidade com as políticas contabilísticas descritas na Nota 1 das demonstrações financeiras e as disposições da Lei nº 1/92 de 3 de Janeiro (Lei Orgânica do Banco de Moçambique).

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação destas demonstrações financeiras, em conformidade com as políticas contabilísticas descritas na Nota 1 das demonstrações financeiras e as disposições da Lei Orgânica do Banco de Moçambique. O Conselho da Administração do Banco de Moçambique é ainda responsável por determinar que a base de preparação é aceitável nas circunstâncias e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, baseada na nossa auditoria. Conduzimos a nossa auditoria em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos com requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria com o objectivo de obter um grau de segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos destinados a obter prova de auditoria sobre as quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido quer a fraude quer a erro. Ao efectuar essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pelo Banco de Moçambique a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco de Moçambique. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação das políticas contabilísticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

PricewaterhouseCoopers, Lda. - Pestana Rovuma Hotel, Centro de Escritórios, 5.º andar,
Caixa Postal 796, Maputo, Moçambique
T: (+258) 21 350400, (+258) 21 307615/20, F: (+258) 21 307621/320299, E: maputo@mz.pwc.com
www.pwc.com

PricewaterhouseCoopers Lda.
Número de matrícula: 11875 - NUIT: 40005516 - Capital Social: 58.000,00 MZN.

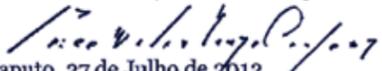


Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras do Banco de Moçambique do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 foram preparadas, em todos os aspectos materialmente relevantes, em conformidade com as políticas contabilísticas descritas na Nota 1 das demonstrações financeiras e as disposições da Lei Orgânica do Banco de Moçambique.

Base de contabilização

Sem afectar a nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 1 das demonstrações financeiras que descreve a base de contabilização. As demonstrações financeiras são preparadas com a finalidade nela descrita. Como tal, as demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outra finalidade.


Maputo, 27 de Julho de 2012

BANCO DE MOÇAMBIQUE

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011, 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E EM 1 DE JANEIRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Meticais)

	Notas	2011	2010	01.01.2010
Activos				
Moeda estrangeira	5	74.267	92.700	102.475
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	6	39.257.737	35.028.554	29.597.749
Ouro	7	3.420.968	3.461.576	2.423.745
Activos financeiros detidos para negociação	8	13.923.562	16.613.631	15.248.995
Activos financeiros disponíveis para venda	9	10.267.351	12.570.717	14.031.097
Activos fixos tangíveis	10	2.367.372	2.323.217	2.240.683
Activos intangíveis	11	37.452	35.054	47.565
Outros activos	12	9.894.316	7.428.019	6.427.840
Flutuação de valores	13	8.461.209	(3.223.024)	(2.094.256)
Total dos activos		87.704.234	74.330.442	68.025.893
Passivos				
Notas e moedas em circulação	14	21.898.664	20.446.602	16.117.363
Depósitos de outras instituições	15	28.818.627	29.531.731	21.552.130
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	16	25.576.373	12.965.419	21.708.124
Financiamentos externos	17	5.163.928	6.197.719	4.967.427
Provisões	18	4.275	4.275	4.275
Responsabilidades com benefícios a empregados	19	2.468.891	2.044.156	1.768.879
Outros passivos	20	782.731	415.431	543.585
Total dos passivos		84.713.489	71.605.332	66.661.783
Capitais Próprios				
Capital	21	248.952	248.952	248.952
Reservas estatutárias	22	488.412	488.412	488.412
Reservas não distribuíveis	22	2.537.354	1.296.690	725.100
Reserva de reavaliação de justo valor	23	71.827	114.579	(5.757)
Outras reservas	22	24.000	24.000	24.000
Lucros não distribuídos/ Prejuízos	22	(688.187)	(688.187)	(386.544)
Resultado líquido	22	308.387	1.240.664	269.947
Total dos Capitais Próprios		2.990.745	2.725.110	1.364.110
Total dos passivos e capitais próprios		87.704.234	74.330.442	68.025.893

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



BANCO DE MOÇAMBIQUE

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Meticais)

	Notas	2011	2010
Juros e rendimentos equiparados	26.1	1.834.086	1.936.244
Juros e gastos equiparados	26.2	(2.259.093)	(1.512.332)
Margem financeira	26	(425.007)	423.912
Resultados de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados		632.937	(583.656)
Resultados de reavaliação cambial e do ouro	27	3.359.101	4.426.116
Outros rendimentos operacionais	28	86.217	50.402
Total de rendimentos		3.653.248	4.316.774
Gastos com o pessoal	29	(2.259.460)	(2.014.974)
Depreciações	9,10	(204.563)	(150.549)
Amortizações	9,10	(21.166)	(27.814)
Outros gastos operacionais	30	(859.672)	(882.771)
Total de gastos operacionais		(3.344.861)	(3.076.110)
Resultado líquido do exercício		308.387	1.240.664

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



BANCO DE MOÇAMBIQUE

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL – EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

	Nota	2011	2010
Resultado líquido do exercício		308.387	1.240.664
Outros rendimentos			
Alterações no justo valor - activos disponíveis para venda	23	(42.752)	120.336
Total do rendimento integral		265.635	1.361.000

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE

Felardo de Souza

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cesmechante

BANCO DE MOÇAMBIQUE

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO – EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

	Nota	Capital	Reservas de reavaliação justo valor	Resultado líquido não distribuído	Reservas estatutárias	Reservas não distribuídas	Outras reservas	Resultado do exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2009		248.952	(5.737)	(306.544)	488.412	725.100	24.000	3.364.202	3.458.365
Alteração da Política Contabilística - Art.º 14 da Legislação		-	-	-	-	-	-	(2.094.253)	(2.094.253)
Saldo em 1 de Janeiro de 2010	14	248.952	(5.737)	(306.544)	488.412	725.100	24.000	269.947	1.364.110
Incorporação em reservas dos resultados líquidos de 2009		-	-	(301.643)	-	371.330	-	(208.347)	-
Total do rendimento integral do exercício 2010		-	120.336	-	-	-	-	1.240.664	1.361.000
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	23	248.952	314.579	(608.187)	488.412	1.296.690	24.000	1.300.664	2.775.110
Incorporação em reservas dos resultados líquidos de 2010		-	(42.752)	(688.187)	-	1.240.664	-	(1.240.664)	-
Total do rendimento integral do exercício 2011		-	71.827	(688.187)	488.412	2.537.354	24.000	308.387	265.635
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	23	248.952	71.827	(688.187)	488.412	2.537.354	24.000	308.387	2.990.745

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE

Felardo de Souza

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cesmechante

BANCO DE MOÇAMBIQUE

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA – EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Montantes expressos em milhares de Meticais)

	2011	2010
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	308.387	1.240.664
Ajustamentos para:		
Depreciações e amortizações	225.729	178.364
Itens não relacionados com caixa	-	-
Variação em provisões	-	-
Variação em responsabilidades com benefícios a empregados	424.735	275.276
Fluxos líquidos gerados pelas actividades operacionais	958.851	1.694.304
Alterações ao nível dos activos e passivos operacionais:		
Diminuição/ (aumento) em Activos financeiro detidos para negociação	2.690.069	(1.364.635)
Diminuição/ (aumento) em Outros activos	(2.508.499)	(1.000.179)
(Diminuição)/ aumento em Depósitos de outras instituições	(713.104)	7.979.601
(Diminuição)/ aumento em Outros passivos	367.301	(128.152)
(Diminuição)/ aumento de Bilhetes de Tesouro emitidos em nome do Governo e outros instrumentos monetários	13.631.918	(8.742.705)
Diminuição/ (aumento) da Flutuação de valores reembolsáveis pelo Estado	(11.684.235)	1.128.768
Fluxos líquidos gerados pelas alterações ao nível do capital circulante	1.783.450	(2.127.303)
Fluxo de caixa gerado pelas / (utilizado para) actividades operacionais	2.742.301	(432.998)
Fluxos de caixa de actividade de investimento		
Aquisição Activos fixos tangíveis	(248.719)	(233.084)
Aquisição Activos fixos intangíveis	(23.564)	(15.304)
Variação nas Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito e moeda estrangeira	(5.148.904)	(6.458.861)
Variação em Activos financeiros disponíveis para venda	2.260.614	1.580.716
Fluxo de caixa gerado pelas / (utilizado para) actividades de investimento	(3.160.573)	(5.126.532)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
(Diminuição) / aumento de Notas e moedas em circulação	1.452.062	4.329.239
Variação nas Responsabilidades em moeda estrangeira	(1.033.791)	1.230.291
Fluxo de caixa gerado pelas / (utilizado para) actividades de financiamento	418.271	5.559.530
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período *	-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período *	-	-

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

* Devido à sua função de emissor de moeda o Banco não apresenta saldos de caixa na sua posição financeira.

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



BANCO DE MOÇAMBIQUE

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Montantes expressos em milhares de Meticais)

Nota 1 – Bases de Apresentação

O BM – Banco de Moçambique (Banco) é o Banco Central da República de Moçambique e tem a sua sede em Maputo, Av. 25 de Setembro, 1695. O seu capital está integralmente subscrito e realizado pelo Estado da República de Moçambique.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de Junho de 2012.

As demonstrações financeiras anexas estão expressas em milhares de meticais e reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e foram preparadas de conformidade com os princípios fundamentais da continuidade das operações, substância sobre a forma, materialidade e do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente Activos financeiros ao justo valor através dos resultados e Activos financeiros disponíveis para venda.

Estrutura das Demonstrações Financeiras

A Lei Orgânica do Banco não determina a estrutura de apresentação das demonstrações financeiras que o Banco deve adoptar, excepto no que diz respeito à política de reconhecimento de valores resultantes de variação cambial não realizada, a qual é imposta no seu Artigo 14º e que está descrita na nota 2.1.1. A referida política contabilística não se encontra de conformidade com o disposto nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF). Neste contexto, o Banco optou por preparar as suas demonstrações financeiras respeitando a sua Lei Orgânica no que diz respeito a esta matéria, e de acordo com as NIRF, no que diz respeito às restantes bases de apresentação e políticas contabilísticas.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NIRF requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos.

As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas na Nota 3.

Nota 2 – Políticas Contabilísticas

2.1. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas pelo Banco são as descritas nos pontos que se seguem e são consistentes com as aplicadas no ano transacto, excepto no que diz respeito ao reconhecimento dos resultados decorrentes de variação cambial referido no ponto 2.1.1.

2.1.1. Transacção em moeda estrangeira

Os registos contabilísticos do Banco de Moçambique são processados e mantidos em Meticais. As transacções em moeda estrangeira são convertidas mediante a taxa de câmbio em vigor à data das mesmas. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Meticais mediante a utilização da taxa de câmbio em vigor na data de relato.

Os activos não monetários em moeda estrangeira que são valorizados ao custo histórico são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data em que a transacção ocorreu. Os activos não monetários em moeda estrangeira que são valorizados pelo justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data da determinação do justo valor.

Durante o exercício, o apuramento de ganhos ou perdas em operações de moeda estrangeira é efectuado moeda a moeda pelo diferencial entre o valor das transacções e o custo médio ponderado do dia, o qual é calculado com base no “método do custo líquido diário”.

No que respeita aos ganhos e perdas provenientes de reavaliação cambial das posições activas e passivas em moeda estrangeira, o Banco aplica o disposto no Artigo 14º da Lei Orgânica - nº 1/92, de 3 de Janeiro, que determina que estes ganhos e perdas são atribuíveis ao Estado e, por esse motivo, devem ser apresentados numa conta da posição financeira (conta especial de flutuação de valores).

No exercício transacto, o Banco aplicou as NIRF no que diz respeito a esta matéria, reconhecendo os referidos ganhos e perdas em resultados, ou em reservas no caso de estarem relacionados com instrumentos não monetários categorizados como activos financeiros disponíveis para venda. A análise do impacto desta alteração é apresentada na Nota 13.

2.1.2. Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Banco na data de negociação, com excepção para as transacções com títulos em que são reconhecidas à data de liquidação.

No momento inicial, os activos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor ajustado de custos ou proveitos incrementais directamente atribuíveis à sua origem, excepto para os activos e

passivos ao justo valor através de resultados em que estes valores são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e interessadas em efectuar essa transacção. Na data de contratação ou de início de uma operação, o justo valor é geralmente o valor da transacção.

O justo valor é determinado com base em:

- Preços de um mercado activo; ou
- Métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado activo), que tenham subjacentes:
 - o Cálculos matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas; ou,
 - o Preços calculados com base em activos ou passivos semelhantes transaccionados em mercados activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos.

Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, se transacciona de uma forma regular. Em geral, existem preços de mercado para títulos e derivados (futuros e opções) negociados em bolsa. Estes activos são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa; (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os activos.

2.1.2.1. Activos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros detidos para negociação incluem as carteiras de títulos sob gestão externa que estão classificadas como detidas para negociação pelo facto de terem sido adquiridas com objectivo de venda no curto prazo.

A avaliação destes activos é efectuada com base no justo valor obtido do Custodiante. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor são reconhecidos em resultados, tal como o rendimento de juros e dividendos.

2.1.2.2. Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que:

- São designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou
- Não se classificam como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os activos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, que é entendido como sendo o respectivo valor de cotação à data de balanço. Exceptuam-se as acções não cotadas

cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, que são registadas ao custo de aquisição e em que são constituídas perdas por imparidade nos casos que se justifiquem. Quando o justo valor não é obtido através de preços de um mercado activo, o justo valor estimado é baseado em fluxos de caixa descontados usando uma taxa de juro de mercado para instrumentos cujo risco de crédito e maturidade remanescente são similares.

Sempre que as expectativas de médio prazo de mercado apontem para valorizações significativamente abaixo da cotação na data de balanço, são registadas perdas por imparidade reflectindo essas perdas permanentes.

As mais e menos valias potenciais resultantes de alterações no justo valor são reconhecidas directamente nos capitais próprios na rubrica “Reservas de reavaliação de justo valor”, excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de activos monetários, que são reconhecidos directamente em resultados. No momento em que os activos são vendidos, alienados ou de qualquer forma desreconhecidos, as mais ou menos valias ainda reconhecidas no capital próprio são removidas e registadas em resultados. Os dividendos de instrumentos de capitais classificados como disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do exercício quando o direito de receber os dividendos é estabelecido.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

2.1.2.3. Créditos e outros valores a receber

Esta rubrica abrange essencialmente os créditos concedidos pelo Banco aos trabalhadores e aos bancos comerciais.

No momento inicial, os créditos e valores a receber são registados ao justo valor. Em geral, o justo valor no momento inicial corresponde ao valor de transacção, excepto quando os créditos forem concedidos a uma taxa fora de mercado. Posteriormente, são valorizados ao custo amortizado, com base no método do juro efectivo, e sujeitos a testes de imparidade.

2.1.2.4. Imparidade de activos financeiros

O Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade.

Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas de imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de uma perda resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização prolongada ou significativa na sua cotação; e (ii) para títulos não cotados, crédito concedido e outros activos financeiros mensurados a custo amortizados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupos de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital em que as mais-valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

Quando existe imparidade nos activos mensurados ao custo amortizado, a perda correspondente à diferença entre o valor de balanço e o valor recuperável é reconhecida em resultados do período. O valor recuperável é determinado como o valor dos fluxos de caixa futuros esperados, actualizados à taxa efectiva original do activo.

Quando o Banco considera que determinado activo financeiro para o qual tenha sido reconhecida uma imparidade de 100% é incobrável, este é abatido ao activo. O abate de activos financeiros é decidido pelo Conselho de Administração.

2.1.2.5. Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem notas e moedas em circulação, depósitos de outras Instituições, bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado, e outros instrumentos no âmbito da política monetária, e financiamentos obtidos junto do FMI.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor, incluindo despesas e comissões consideradas incrementais à transacção, sendo posteriormente valorizados ao custo amortizado.

Qualquer diferença entre o montante recebido líquido de custos de transacção e o montante a pagar na maturidade é reconhecida na demonstração de resultados durante a vida do passivo através do método do juro efectivo.

2.1.2.6. Reclassificações de instrumentos financeiros

Durante o exercício, o Banco não procedeu a qualquer reclassificação de instrumentos financeiros entre as categorias definidas na IAS 39.

2.1.3. Ouro

O ouro é reconhecido em balanço ao preço médio do ouro cotado em Dólares Americanos à data de final do ano no Mercado de Ouro de Londres. As alterações ao justo valor do ouro resultantes de alterações de preço são reconhecidas em resultados.

Os ganhos e perdas cambiais em operações sobre o ouro são reconhecidos na conta especial de flutuação de valores conforme mencionado na Nota 2.1.1.

2.1.4. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui as despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os activos fixos tangíveis são reconhecidos como activo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas de acordo com o critério das quotas constantes para depreciar o seu custo até ao seu valor residual, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Edifícios	50
Equipamento Informático	4
Veículos	4 - 5
Outros activos tangíveis	10

Os valores residuais dos activos, as vidas úteis e métodos de depreciação são revistos no final de cada exercício e ajustados prospectivamente se apropriado.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o Banco estima o seu valor recuperável e reconhece uma perda por imparidade sempre que o valor líquido exceda o valor recuperável dos referidos activos. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado pelo montante mais elevado entre o seu justo valor menos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os activos fixos tangíveis são desreconhecidos quando são vendidos ou quando não for esperado obter benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou venda. Os ganhos e perdas gerados no desreconhecimento dos activos são reconhecidos em resultados do período.

2.1.5. Activos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica essencialmente os custos de aquisição de *software*, quando for expectável que os benefícios económicos se repercutem para além do exercício em que as despesas são realizadas.

Os activos intangíveis são amortizados de acordo com o critério das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem que, em geral, corresponde a um período de três anos.

2.1.6. Caixa e equivalentes de caixa

As notas e moedas que se encontram na caixa do Banco à data de final do exercício foram deduzidas ao valor de notas e moedas em circulação em virtude de, pela sua natureza, não representarem moeda em circulação.

2.1.7. Transacções com o Governo

O Banco toma, por sua conta, várias transacções em nome do Governo, nomeadamente a abertura e a manutenção de contas para projectos patrocinados. As transacções em que o Banco apenas actua como agente, não assumindo quaisquer riscos e benefícios, bem como os activos e os passivos que surgem na sequência destas transacções, não se encontram reflectidos nas demonstrações financeiras do Banco.

2.1.8. Custos com a produção de notas e moedas

Os custos com a produção de notas e moedas são reconhecidos na rubrica de Outros activos. No momento da emissão, são amortizados por contrapartida de resultados por um período de 3 e 5 anos, respectivamente, a contar da data da respectiva emissão.

2.1.9. Provisões

São reconhecidas provisões quando: (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva; (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido; e (iii) pode ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.1.10. Responsabilidades com pensões de reforma

O Banco procedeu à constituição de um Fundo de Pensões separado, tendo como objectivo fazer face às responsabilidades com pensões dos seus funcionários desde 1 de Janeiro de 1993. A criação deste Fundo foi efectuada mediante deliberação do Conselho de Administração do Banco.

O fundo de pensões é gerido pela Kuhanha – Sociedade Gestora do Fundo de Pensões, SA.

A política adoptada pelo Banco visa assumir a responsabilidade total pelo pagamento das pensões de reforma daqueles funcionários, incluindo a atribuição de benefícios a viúvas, órfãos menores e funcionários incapacitados.

O plano de pensões existente corresponde a um plano de benefícios definido, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por um actuário independente, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de baixo risco e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais são reconhecidos com base no método do corredor. Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais acumulados não reconhecidos no início do ano, que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. O Banco determinou que os desvios actuariais são reconhecidos por um período de 18 anos (tempo de serviço médio futuro esperado dos actuais trabalhadores no activo). Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situam dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

Anualmente, o Banco reconhecerá como um custo, na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui: (i) o custo do serviço corrente; (ii) o custo dos juros; (iii) menos o rendimento esperado dos activos do fundo; (iv) mais ou menos uma porção dos ganhos e perdas actuariais determinados com base no referido método do corredor; e (v) o efeito de eventuais reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuariais associados.

2.1.11. Prémios de antiguidade

Nos termos do acordo colectivo do trabalho (ACT) para o Sector Bancário Moçambicano, o Banco assumiu o compromisso de atribuir aos Colaboradores no activo que completem quinze, vinte e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois e três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição).

O Banco determina anualmente o valor actual dos benefícios com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas à data de balanço para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de bom *rating*, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

Os resultados do Banco incluirão os seguintes custos relativos a responsabilidades por prémios de antiguidade:

- Custo do serviço corrente;
- Custo dos juros; e
- Ganhos e perdas resultantes de desvios actuariais, de alterações de pressupostos ou da alteração das condições dos benefícios.

Os componentes acima indicados serão reconhecidos em “Custos com pessoal”.

2.1.12. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e gastos similares, utilizando o método do juro efectivo. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados são também incluídos na rubrica de juros e rendimentos similares ou juros e gastos similares, respectivamente.

O juro efectivo é o juro que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. O juro efectivo é estabelecido no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revisto subsequentemente.

Para o cálculo do juro efectivo são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e rendimentos equiparados são determinados com base no juro utilizado na mensuração da perda por imparidade.

2.1.13. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem; e
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante do juro efectivo de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo juro efectivo.

2.2. Alterações nas normas internacionais e interpretações

As seguintes normas e interpretações tornaram-se de aplicação efectiva a 1 de Janeiro de 2011 e foram adoptadas pelo Banco de Moçambique, sempre que aplicável.

2.2.1. Normas

IAS 32 (alteração) - Instrumentos financeiros: Apresentação, classificação de direitos emitidos

Esta alteração refere-se à contabilização de direitos emitidos denominados em moeda diferente da moeda funcional do emitente. Se os direitos forem emitidos pro-rata aos accionistas por um montante fixo em qualquer moeda, considera-se que se trata de uma transacção com accionistas a classificar em Capitais próprios. Caso contrário, os direitos deverão ser registados como instrumentos derivados passivos. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

NIRF 1 (alteração) - Adopção pela primeira vez das NIRF

Esta alteração permite às entidades que adoptem NIRF pela primeira vez, usufruírem do mesmo regime transitório da NIRF 7 – “Instrumentos financeiros – Divulgações”, o qual permite a isenção na divulgação dos comparativos para a classificação do justo valor pelos três níveis exigidos pela NIRF 7, desde que o período comparativo termine até 31 de Dezembro de 2009. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras do Banco por já aplicar as NIRF.

IAS 24 (alteração) - Partes relacionadas

A alteração à norma elimina os requisitos gerais de divulgação de partes relacionadas para as entidades públicas sendo contudo obrigatória a divulgação da relação da entidade com o Estado e quaisquer transacções significativas que tenham ocorrido com o Estado ou entidades relacionadas com o Estado. Adicionalmente a definição de parte relacionada foi alterada para eliminar inconsistências na identificação e divulgação das partes relacionadas. Esta alteração foi levada em consideração e adoptada pelo Banco, conforme demonstrado na Nota 31 – Partes relacionadas.

Melhoria anual das normas em 2010

A aplicar maioritariamente para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011. O processo de melhoria anual de 2010 afecta as seguintes normas: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 1, IAS 27, IAS 34 e IFRIC 13. Estas melhorias foram adoptadas pelo Banco, quando aplicáveis, excepto quanto às melhorias à NIRF 1 pelo facto de já aplicar NIRF.

2.2.2. Interpretações

IFRIC 14 (alteração, interpretação) - IAS 19 - Limitação aos activos decorrentes de planos de benefícios definidos e a sua interacção com requisitos de contribuições mínimas

Esta alteração clarifica que quando é apurado um saldo activo resultante de pagamentos antecipados voluntários por conta de contribuições mínimas futuras, o excesso positivo pode ser reconhecido como um activo. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IFRIC 19 (alteração, interpretação) - Regularização de passivos financeiros com instrumentos de capital

Esta interpretação clarifica qual o tratamento contabilístico a adoptar quando uma entidade renegoceia os termos de uma dívida que resulta no pagamento do passivo através da emissão de instrumentos de capital próprio (acções) ao credor. Um ganho ou uma perda é reconhecido nos resultados do exercício, tomando por base o justo valor dos instrumentos de capital emitidos e comparando com o valor contabilístico da dívida. A mera reclassificação do valor da dívida para o capital não é permitida. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Entidade.

Nota 3 – Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que o Conselho de Administração efectue certos julgamentos e faça estimativas necessárias baseadas na experiência histórica e outros factores considerados relevantes.

As estimativas e julgamentos associados são revistos numa base contínua. As revisões de estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que a estimativa é revista se a revisão apenas afectar esse período ou no período da revisão e em períodos subsequentes se a revisão afectar tanto o período actual como os períodos futuros.

As principais estimativas concentram-se nas seguintes áreas:

Activos fixos tangíveis

A determinação do justo valor dos imóveis, das vidas úteis dos activos tangíveis, os seus valores residuais, assim como a existência de perdas de imparidade destes activos requerem um julgamento significativo por parte da gestão no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis estimadas e valores residuais.

Benefícios aos empregados

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência e outros benefícios pós-emprego ou de curto prazo são estimadas com base em pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada do fundo e outros factores que podem ter impacto nos gastos e responsabilidades com pensões e outros benefícios pós-emprego.

Instrumentos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base em preços de mercado ou métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado activo), cujos resultados dependem dos pressupostos utilizados.

Outros activos e outros passivos

A determinação da recuperabilidade e exigibilidade dos outros activos e outros passivos requerem um julgamento significativo por parte da gestão no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados e taxas de desconto aplicáveis.

O Conselho de Administração considera que as estimativas e os julgamentos efectuados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Nota 4 – Gestão do Risco Financeiro

O Banco encontra-se exposto a diversos riscos financeiros, nomeadamente: risco de mercado (que inclui os riscos cambiais, de taxa de juro e risco de preço), risco de liquidez e risco de crédito.

A gestão de risco concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro e no capital do Banco.

A gestão de riscos financeiros relacionada com a gestão das Reservas Internacionais é conduzida pelo Departamento de Estrangeiro (DES), sob supervisão do Comité de Gestão de Reservas Internacionais e do Conselho de Administração. O DES é o responsável pela identificação, avaliação e cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito, as linhas de orientação definidas pelo Conselho de Administração.

4.1. Estratégia na utilização de instrumentos financeiros

Pela sua natureza, as actividades do Banco estão principalmente relacionadas com a gestão das Reservas Internacionais, conforme as atribuições conferidas pela Lei nº1/92 de 3 de Janeiro.

Na gestão das Reservas Internacionais, o Banco assegura a observância de boas práticas relativas aos princípios prudenciais e operacionais quanto à escolha da estrutura da carteira, composição da

carteira por moedas, *duration*, *benchmarks* a ter em conta, instrumentos a transaccionar, mercados onde aplicar os seus activos e os parceiros externos a contratar.

O Conselho de Administração aprova: (i) as fontes e uso das reservas; (ii) a composição da carteira global e os critérios para a sua divisão em tranches; (iii) a maturidade média da carteira global (*duration*); (iv) os instrumentos financeiros elegíveis; (v) a qualidade de crédito mínima dos produtos financeiros e contrapartes; e (vi) os níveis decisórios e de responsabilidade relativamente à gestão de reservas.

O Banco faz internamente a gestão passiva de parte das suas reservas. Neste âmbito os recursos são aplicados em obrigações de tesouro do Governo dos Estados Unidos da América. O Banco não tem a intenção de manter estas obrigações até à maturidade, nem foram adquiridas com o objectivo de venda a curto prazo, pelo que foram classificadas como Activos financeiros disponíveis para venda.

O Banco contrata igualmente gestores externos para a gestão das suas reservas, tendo em conta os *ratings* dos gestores e normativos legais em vigor. Os activos desta carteira são adquiridos com o objectivo de venda a curto prazo e são classificados como Activos financeiros detidos para negociação.

Apenas são detidos futuros, *forwards* e opções para efectuar a gestão de risco das carteiras de negociação. Todos os títulos detidos nestas carteiras têm taxa fixa.

É definida uma carteira de referência (*Benchmark*) para efeitos de gestão da carteira global de Reservas Internacionais, tal como um *Benchmark* especificamente para a carteira gerida internamente e para cada carteira sob gestão externa. São definidos limites para os desvios face ao *Benchmark*. O Banco recebe mensalmente do custodiante um relatório com os breaches das regras definidas para os gestores externos. No que se refere à carteira gerida internamente, é efectuada pelo DES uma comparação diária entre a carteira e o *Benchmark*. Mensalmente é efectuada um rebalanceamento desta carteira.

No contexto da estratégia do Banco relativamente à utilização de instrumentos financeiros, o quadro seguinte evidencia os vários activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2011, repartidos pelas diferentes categorias da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração.

31-12-2011

	Activos financeiros detidos para negociação	Créditos e valores a receber	Activos financeiros disponíveis para venda	Flutuação de Valores	Outros passivos financeiros	Total
Activos financeiros						
Moeda estrangeira	-	74.267	-	-	-	74.267
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	-	39.257.737	-	-	-	39.257.737
Activos financeiros detidos para negociação	13.923.562	-	-	-	-	13.923.562
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	10.267.351	-	-	10.267.351
Outros activos	-	7.482.950	-	-	-	7.482.950
Flutuação de Valores	-	-	-	8.461.209	-	8.461.209
Total de Activos financeiros	13.923.562	46.814.954	10.267.351	8.461.209	-	79.467.076
Passivos financeiros						
Notas e moedas em circulação	-	-	-	-	21.898.664	21.898.664
Depósitos de outras instituições	-	-	-	-	28.818.627	28.818.627
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos	-	-	-	-	25.576.373	25.576.373
Financiamentos externos	-	-	-	-	5.163.928	5.163.928
Outros passivos	-	-	-	-	352.183	352.183
Total de Passivos financeiros	-	-	-	-	81.809.775	81.809.775

O quadro seguinte evidencia os vários activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2010, repartidos pelas diferentes categorias da IAS.

31-12-2010	Activos financeiros detidos para negociação	Créditos e valores a receber	Activos financeiros disponíveis para venda	Flutuação de valores	Outros passivos financeiros	Total
Activos financeiros						
Moeda estrangeira	-	92.700	-	-	-	92.700
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	-	35.028.554	-	-	-	35.028.554
Activos financeiros detidos para negociação	16.613.631	-	-	-	-	16.613.631
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	12.570.717	-	-	12.570.717
Outros activos	-	6.603.791	-	-	-	6.603.791
Flutuação de valores				(3.223.024)		(3.223.024)
Total de Activos financeiros	16.613.631	41.725.045	12.570.717	(3.223.024)		67.686.367
Passivos financeiros						
Notas e moedas em circulação	-	-	-	-	20.446.604	20.446.604
Depósitos de outras instituições	-	-	-	-	29.531.731	29.531.731
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	-	-	-	-	12.965.419	12.965.419
Financiamentos externos	-	-	-	-	4.197.719	4.197.719
Outros passivos	-	-	-	-	85.980	85.980
Total de Passivos financeiros					67.227.452	67.227.452

4.2. Risco de Crédito

4.2.1. Controlo de risco e políticas de mitigação

O Banco assume na sua actividade um determinado nível de exposição ao risco de crédito, ou seja, ao risco de incumprimento efectivo por parte da contraparte. A Administração regula criteriosamente a exposição do Banco ao risco de crédito e risco-país, estabelecendo: (i) classificações de crédito mínimas (*ratings*) por cada tipo de instrumento elegível; (ii) prazos máximos por *rating* para os depósitos a prazo; (iii) limites de concentração por *rating* das contrapartes; (iv) limites de concentração por país; e (v) limites de risco por emissor os quais são revistos anualmente. O DES verifica numa base diária o cumprimento dos limites.

Para a gestão e aplicação das Reservas Internacionais, a Administração define igualmente quais as entidades externas habilitadas a prestar estes serviços.

Os activos financeiros que potencialmente expõem o Banco a concentrações de risco de crédito consistem essencialmente nas disponibilidades e aplicações sobre outras instituições de crédito, nas obrigações e outros títulos de rendimento fixo.

4.2.2. Exposição máxima ao risco de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 era como se segue:

	2011	2010
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	39.257.737	35.028.554
Activos financeiros detidos para negociação	13.923.562	16.613.631
Activos financeiros disponíveis para venda	10.267.351	12.570.717
Outros activos	7.482.950	6.603.791
Exposição risco crédito de exposições fora de balanço:		
Garantias e avales	177.716	175.751
Créditos documentários abertos	375.396	361.110
A 31 de Dezembro	71.484.712	71.353.554

4.2.3. Qualidade de activos financeiros

A tabela seguinte apresenta um resumo, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, da qualidade de crédito das disponibilidades e aplicações em instituições de crédito de activos financeiros detidos para negociação e de activos financeiros disponíveis para venda não vencidos nem em imparidade:

31.12.2011	Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros activos	Flutuação de valores	Total
AAA	21.207	3.637.063	5.595.662	-	-	9.253.932
AA- a AA+	13.913.100	3.398.562	-	-	-	17.311.662
A- a A+	24.812.604	3.452.028	-	-	-	28.264.632
Menor que A-	510.440	3.435.779	-	-	-	3.946.219
Sem rating	386	130	4.671.689	7.482.950	8.461.209	20.616.364
Total	39.257.737	13.923.562	10.267.351	7.482.950	8.461.209	79.392.809

31.12.2010	Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros activos	Flutuação de valores	Total
AAA	9.547.106	10.947.647	8.055.717	-	-	28.550.470
AA- a AA+	9.813.620	2.090.717	-	-	-	11.904.337
A- a A+	14.925.145	987.907	-	-	-	15.913.052
Menor que A-	742.276	195.492	-	-	-	937.768
Sem rating	407	2.391.868	4.515.000	6.603.791	(3.223.024)	10.288.042
Total	35.028.554	16.613.631	12.570.717	6.603.791	(3.223.024)	67.593.669

4.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma instituição não dispor de fundos necessários para fazer face, a cada momento, às suas obrigações de pagamento.

A Administração define limites de concentração por prazos de maturidade, os quais são revistos anualmente. O DES verifica numa base diária o cumprimento dos limites.

O Banco subdivide a sua carteira global de Reservas Internacionais em três tranches, definidas de acordo com os motivos que justificam a manutenção das Reservas Internacionais e a sua procura potencial, nomeadamente:

- **Tranche de Fundo de Maneio**, destinado a atender às necessidades mensais de liquidez estimadas para transacções correntes e potenciais intervenções no mercado cambial;
- **Tranche de Liquidez**, destinada a atender às necessidades estimadas de liquidez para cobertura de 1 a 3 meses de importações de bens e serviços e o serviço da dívida pública orçamentado para o ano em causa (maturidade até 1 ano); e
- **Tranche de Investimento**, destinada a atender às necessidades de médio e longo prazo e a contingências em períodos de crise. É constituída por qualquer excesso das reservas sobre as Tranches de Fundo de Maneio e Liquidez, no seu conjunto.

São definidos limites mínimos e máximos para as Tranches do Fundo de Maneio e Liquidez.

A gestão do risco de liquidez é elaborada com base em projecções de fluxos de caixa e através da verificação do cumprimento de limites.

A maturidade média de todos os activos que compõem a carteira, ponderada pelo respectivo valor de mercado (*duration*) da carteira de Reservas Internacionais não poderá, em média, ser superior a 1 ano.

Em 31 de Dezembro 2011, a Tranche de Liquidez apresenta uma concentração das aplicações em instituições com ratings AAA, AA, AA- e A+.

O quadro seguinte analisa os activos e passivos financeiros e ouro do Banco por grupos relevantes de maturidade, sendo os montantes compostos pelo valor de activos e passivos tendo em conta a data em que será efectuado o pagamento, recebimento ou vencimento das operações.

31 de Dezembro de 2011		Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem prazo	Total
Activos financeiros e Ouro									
Moeda estrangeira	74.267	-	-	-	-	-	-	-	74.267
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	38.845.923	411.814	-	-	-	-	-	-	39.257.737
Ouro	-	-	-	-	-	-	-	3.420.968	3.420.968
Activos financeiros detidos para negociação	-	305.455	980.053	11.096.791	697.142	21.226	-	822.895	13.923.562
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	5.520.698	4.500.000	-	-	-	246.653	10.267.351
Outros activos	-	1.433.586	5.504.568	132.179	75.000	-	337.617	-	7.482.950
Flutuação de Valores	-	-	-	-	-	-	-	8.461.209	8.461.209
Total activos financeiros e Ouro	38.920.190	2.150.855	12.005.319	15.728.970	772.142	358.843	12.951.725	82.888.044	
Passivos financeiros									
Notas e moedas em circulação	21.898.664	-	-	-	-	-	-	-	21.898.664
Depósitos de outras instituições de crédito	28.818.627	-	-	-	-	-	-	-	28.818.627
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	37.600	-	25.538.773	-	-	-	-	-	25.576.373
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	-	5.163.928	-	5.163.928
Outros passivos	352.183	-	-	-	-	-	-	-	352.183
Total passivos financeiros	51.107.074	-	25.538.773	-	-	-	5.163.928	-	81.809.775
31 de Dezembro de 2010									
Activos financeiros e Ouro									
Moeda estrangeira	92.700	-	-	-	-	-	-	-	92.700
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	28.362.665	6.665.889	-	-	-	-	-	-	35.028.554
Ouro	-	-	-	-	-	-	-	3.461.576	3.461.576
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	1.411.210	10.735.013	3.877.108	170.530	-	419.769	16.613.631
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	7.973.206	4.500.000	-	-	-	97.511	12.570.717
Outros activos	662.083	205.706	5.550.891	24.923	-	-	160.188	-	6.603.791
Flutuação de valores	-	-	-	-	-	-	-	(3.223.024)	(3.223.024)
Total activos financeiros e Ouro	29.117.448	6.871.595	14.935.307	15.259.937	3.877.108	330.718	755.832	755.832	71.147.944
Passivos financeiros									
Notas e moedas em circulação	20.446.604	-	-	-	-	-	-	-	20.446.604
Depósitos de outras instituições de crédito	29.531.731	-	-	-	-	-	-	-	29.531.731
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	37.600	-	12.927.819	-	-	-	-	-	12.965.419
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	-	6.197.719	-	6.197.719
Outros passivos	85.980	-	-	-	-	-	-	-	85.980
Total passivos financeiros	50.101.915	-	12.927.819	-	-	-	6.197.719	-	69.227.452

4.4. Risco de Mercado

O risco de mercado corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos financeiros detidos pelo Banco, como, por exemplo, o risco de oscilações nas taxas de juro e de câmbio.

O Banco assume exposição a riscos de mercado, ou seja, a riscos provenientes de posições em aberto em taxas de juro, moeda estrangeira e outros produtos expostos a movimentos do mercado.

4.5. Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro é o risco de flutuação a que estão sujeitos os fluxos de caixa de um instrumento financeiro devido a alterações nas taxas de juro de mercado.

Aplicações sobre instituições de crédito, obrigações e outros títulos de rendimento fixo e os passivos financeiros estão sujeitos a risco de taxa de juro.

Os quadros seguintes resumem a exposição do Banco ao risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 respectivamente.

31 de Dezembro de 2011		Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
Activos Financeiros									
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	74.267	74.267
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	23.450.631	411.814	-	-	-	-	-	15.395.292	39.257.737
Activos financeiros detidos para negociação	-	305.455	980.053	11.096.791	697.143	21.226	-	822.894	13.923.562
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	5.520.698	4.500.000	-	-	-	246.653	10.267.351
Outros activos	-	1.433.586	5.504.568	132.179	75.000	-	337.617	-	7.482.950
Flutuação de valores	-	-	-	-	-	-	-	8.461.209	8.461.209
Total activos financeiros	23.450.631	2.150.855	12.005.319	15.728.970	772.143	21.226	358.843	25.000.315	79.467.076
Passivos financeiros									
Notas e moedas em circulação	-	-	-	-	-	-	-	21.898.664	21.898.664
Depósitos de outras instituições	-	-	-	-	-	-	-	28.818.627	28.818.627
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	37.600	-	25.538.773	-	-	-	-	-	25.576.373
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	-	5.163.928	-	5.163.928
Outros passivos	352.183	-	-	-	-	-	-	-	352.183
Total passivos financeiros	389.783	-	25.538.773	-	-	-	5.163.928	50.717.281	81.809.775
31 de Dezembro de 2010									
Activos Financeiros									
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	92.700	92.700
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	23.450.631	6.665.889	-	-	-	-	-	4.912.034	35.028.554
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	1.411.210	10.735.013	3.877.108	170.530	-	419.769	16.613.631
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	7.973.206	4.500.000	-	-	-	97.511	12.570.717
Outros activos	662.083	205.706	5.550.891	24.923	-	-	160.188	-	6.603.791
Flutuação de valores	-	-	-	-	-	-	-	(3.223.024)	(3.223.024)
Total activos financeiros	24.112.714	6.871.595	14.935.307	15.259.937	3.877.108	330.718	-	2.288.990	67.686.368
Passivos financeiros									
Notas e moedas em circulação	-	-	-	-	-	-	-	20.446.604	20.446.604
Depósitos de outras instituições	-	-	-	-	-	-	-	29.531.731	29.531.731
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	37.600	-	12.927.819	-	-	-	-	-	12.965.419
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	-	6.197.719	-	6.197.719
Outros passivos	85.980	-	-	-	-	-	-	-	85.980
Total passivos financeiros	123.580	-	12.927.819	-	-	-	6.197.719	49.978.334	69.227.452

O Banco gere o seu risco de taxa de juro estabelecendo *benchmarks* para as carteiras geridas externa e internamente, incluindo uma definição de *duration* por cada tranche da carteira das Reservas Internacionais.

Para os gestores externos, o Banco estabeleceu igualmente limites de exposição por instrumento e desvio da *duration* sobre o *benchmark*, tal como limites de perdas em relação ao *benchmark* (stop loss).

Em 31 de Dezembro de 2011, o efeito nos resultados e capitais próprios do Banco de uma variação de +/-25 Pontos Base (PB) na taxa de juro é de 11.889 milhares de meticais (2010: 65.478 milhares de Meticais) e 75.875 milhares de meticais (2010: 46.682 milhares de Meticais), respectivamente.

4.6. Risco cambial

O risco cambial deriva de transacções com activos e passivos denominados em moeda estrangeira. As disponibilidades, aplicações e recursos de instituições de crédito, ouro, títulos, financiamentos externos e outros saldos em moeda estrangeira expõem o Banco ao risco cambial e o Banco gere este risco colocando limites à composição da carteira das Reservas Internacionais por cada moeda. A Administração aprova os limites ao nível de exposição ao risco cambial.

Em 31 de Dezembro de 2011 os activos e os passivos do Banco denominados em moeda estrangeira apresentam-se como segue:

Em 31 de Dezembro 2011		Meticais	USD	EUR	GBP	ZAR	SDR	Outras	Total
Activos financeiros e Ouro									
Moeda estrangeira	-	52.635	4.078	287	17.248	-	-	19	74.267
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	58	18.160.309	6.987.087	2.440.206	5.902.300	-	-	5.767.777	39.257.737
Ouro	-	-	-	-	-	-	-	3.420.968	3.420.968
Activos financeiros detidos para negociação	-	10.286.500	3.637.062	-	-	-	-	-	13.923.562
Activos financeiros disponíveis para venda	4.671.689	5.595.662	-	-	-	-	-	-	10.267.351
Outros activos	7.117.401	361.655	718	3.165	11	-	-	-	7.482.950
Total	11.789.148	34.456.761	10.628.945	2.443.658	5.919.559	-	-	9.188.764	74.426.835
Passivos financeiros									
Notas e moedas em circulação	21.898.664	-	-	-	-	-	-	-	21.898.664
Depósitos de outras instituições de crédito	27.884.003	754.873	148.178	23	31.550	-	-	-	28.818.627
Bilhetes do Tesouro emitidos em nome do Governo e outros instrumentos monetários	14.891.909	-	-	-	-	-	-	-	14.891.909
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	-	5.163.928	-	5.163.928
Outros passivos	93.062	241.811	1.474	4.971	10.566	-	-	299	352.183
Total	64.767.638	996.684	149.652	4.994	42.116	-	5.163.928	299	71.125.311
Posição global operacional	(52.978.490)	33.460.077	10.479.293	2.438.664	5.877.443	-	(5.163.928)	9.188.465	3.301.524

Em 31 de Dezembro de 2010 os activos e os passivos do Banco denominados em moeda estrangeira apresentam-se como segue:

Em 31 de Dezembro 2010		Meticais	USD	EUR	GBP	ZAR	SDR	Outras	Total
Activos financeiros e Ouro									
Moeda estrangeira	-	67.499	5.365	345	19.468	-	-	23	92.700
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	58	17.344.275	7.583.914	2.183.285	6.893.277	-	-	1.023.746	35.028.554
Ouro	-	-	-	-	-	-	-	3.461.576	3.461.576
Activos financeiros detidos para negociação	-	12.248.735	4.364.896	-	-	-	-	-	16.613.631
Activos financeiros disponíveis para venda	4.515.000	8.055.717	-	-	-	-	-	-	12.570.717
Outros activos	6.603.791	-	-	-	-	-	-	-	6.603.791
Total	11.118.849	37.716.225	11.954.175	2.183.630	6.912.745	-	-	4.485.344	74.370.968
Passivos financeiros									
Notas e moedas em circulação	20.446.604	-	-	-	-	-	-	-	20,446,604
Depósitos de outras instituições de crédito	23,077,675	4,760,533	1,527,646	10,814	101,257	-	-	53,805	29,531,731
Bilhetes do Tesouro emitidos em nome do Governo e outros instrumentos monetários	12,965,419	-	-	-	-	-	-	-	12,965,419
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	-	6,197,719	-	6,197,719
Outros passivos	56,858	63,805	31,666	53,376	-	-	-	185	205,889
Total	56,546,556	4,824,338	1,559,312	64,189	101,257	-	6,197,719	53,990	69,347,361
Posição global operacional	(45,427,707)	32,891,888	10,394,863	2,119,440	6,811,487	-	(6,197,719)	4,431,355	5,023,607

Em 31 de Dezembro de 2011, decorrente da alteração da política contabilística mencionada na nota 2.1.1 - Transacção em moeda estrangeira, o Banco aplica o disposto no Artigo 14º da Lei Orgânica. Neste contexto, os ganhos e perdas provenientes de reavaliação cambial das posições activas e passivas em moeda estrangeira, são atribuíveis ao Estado pelo que, sendo apresentados numa conta de flutuação de valores, não têm qualquer impacto nos resultados e capitais próprios do Banco.

Nota 5 – Moeda Estrangeira

Esta rubrica decompõe-se conforme se segue:

Moeda	2011	2010
CAD	18	22
CHF	1	1
EUR	4,078	5,365
GBP	287	345
USD	52,635	67,499
ZAR	17,248	19,468
	74,267	92,700

Nota 6 – Disponibilidades e Aplicações Sobre Instituições de Crédito

Quanto à sua natureza, as disponibilidades e aplicações sobre Instituições de crédito analisam-se como segue:

	2011	2010
Disponibilidades sobre instituições de crédito		
Depósitos à ordem	10,767,439	4,912,035
Aplicações sobre instituições de crédito		
Depósitos a prazo	28,448,096	30,074,842
Juros a receber	42,202	41,677
	39,257,737	35,028,554

Em 31 de Dezembro de 2011, a taxa de juro máxima e mínima para aplicações é de 6,90% (2010: 5,90%) e de 0,16% (2010: 0,20%), respectivamente.

As disponibilidades e aplicações em instituições de crédito são compostas maioritariamente por activos financeiros de curto prazo e por essa razão considera-se que o seu valor de balanço à data de reporte aproxima-se do justo valor.

Nota 7 – Ouro

Esta rubrica analisa-se como segue:

Ouro em moedas e barras	2011	2010
No Estrangeiro	3,420,968	3,461,576
	3,420,968	3,461,576

À data de 31 de Dezembro de 2011, as reservas de ouro, de aproximadamente 80.189 onças (2010: 75.189), foram avaliadas em USD 125.264.311 (2010: USD106.230.403) com base no preço médio do ouro cotado em Dólares Americanos, à data de final do ano, no Mercado de Ouro de Londres.

Nota 8 – Activos Financeiros Detidos para Negociação

Referem-se às aplicações sob custódia de gestores de recursos (*Asset Managers*) indicados pelo Banco. Em acordos separados, por eles assinados, os gestores aplicam os fundos disponibilizados em activos especificamente estipulados no acordo. Os honorários variam entre os 0,10 e 0,18 por cento do valor de mercado da carteira.

Esta rubrica analisa-se como se segue:

31.12.2011	Custo de aquisição	Valor de mercado
Caixa e disponibilidades	28.164	28.008
Obrigações do Tesouro	8.744.300	8.649.693
Obrigações de outros emitentes	3.757.835	3.775.779
Outros	665.231	1.470.081
Total	13.195.530	13.923.562

31.12.2010	Custo de aquisição	Valor de mercado
Caixa e disponibilidades	68.901	74.582
Obrigações do Tesouro	10.320.600	10.673.879
Obrigações de outros emitentes	5.198.037	5.519.983
Outros	515.351	345.187
Total	16.102.889	16.613.631

Os resultados de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultado decompõem-se como se segue:

	2011	2010
Ganhos/(perdas) realizadas	480.606	(625.783)
Ganhos/(perdas) não realizadas	(671.757)	114.242
Total	(191.151)	(511.541)

Nota 9 – Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2011	2010
Instrumentos de Dívida		
Títulos não cotados		
De emissores residentes		
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano	4.500.000	4.500.000
De emissores não residentes		
Obrigações do Tesouro dos EUA	5.520.698	7.973.206
	<u>10.020.698</u>	<u>12.473.206</u>
Instrumentos capital		
Títulos não cotados		
De emissores não residentes		
Acções	74.964	82.511
De emissores residentes		
Acções	171.689	15.000
	<u>246.653</u>	<u>97.511</u>
Activos financeiros disponíveis para venda	<u>10.267.351</u>	<u>12.570.717</u>

O detalhe dos activos financeiros disponíveis para venda é apresentado de seguida:

31.12.2011					
	Valor Nominal	Valor de Balanço Justo Valor	Valor de Aquisição	Valias	Imparidade
Instrumentos de dívida					
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano (8%)	4.500.000	4.500.000	4.500.000	-	-
Obrigações do Tesouro dos EUA		5.520.698	5.484.045	36.653	-
Acções					
ao justo valor					
Afreximbank		74.964	11.574	63.390	-
ao custo					
Kuhanha - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões		15.000	15.000	-	-
Simo - Sociedade Interbancária de Moçambique		156.689	156.689	-	-
S.M.A.G.B - Sociedade Moçambicana de Administração e Gestão de Bens, SARL		-	534	-	(534)
Activos financeiros disponíveis para venda		<u>10.267.351</u>	<u>10.167.842</u>	<u>100.043</u>	<u>(534)</u>
31.12.2010					
	Valor Nominal	Valor de Balanço Justo Valor	Valor de Aquisição	Valias	Imparidade
Instrumentos de dívida					
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano (8%)	4.500.000	4.500.000	4.500.000	-	-
Obrigações do Tesouro dos EUA		7.973.206	7.905.378	67.828	-
Acções					
ao justo valor					
Afreximbank		82.511	11.574	70.937	-
ao custo					
Kuhanha - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões		15.000	15.000	-	-
S.M.A.G.B - Sociedade Moçambicana de Administração e Gestão de Bens, SARL		-	534	-	(534)
Activos financeiros disponíveis para venda		<u>12.570.717</u>	<u>12.432.486</u>	<u>138.765</u>	<u>(534)</u>

As Obrigações do Tesouro do Estado Moçambicano representam títulos emitidos pelo Estado a favor do Banco de Moçambique, para amortização da dívida do Estado ao abrigo do artigo 14º da Lei n.º 1/92, de 3 de Janeiro (Lei Orgânica do Banco de Moçambique).

Desde 2008, em virtude da revisão dos termos contratuais, os títulos passaram a ter um prazo de maturidade de um ano, tacitamente renovável e remunerados a uma taxa de juro de 8%. O justo valor destas obrigações aproxima-se do valor nominal em 31 de Dezembro de 2011.

Os investimentos em acções não cotadas e cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, são mensurados ao custo de aquisição no montante de 171.689 milhares de meticais em 31 de Dezembro de 2011 (2010: 15.000 milhares de meticais). O aumento destes investimentos deve-se à participação na Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO) no valor de 156.689 milhares de meticais.

Os Bilhetes de Tesouro do Estado Moçambicano foram apresentados na rubrica Outros activos em 31 de Dezembro de 2011 uma vez que os activos cumprem com a definição de Empréstimos e Outros valores a receber. Trata-se de activos reconhecidos inicialmente durante o exercício de 2011. Ver nota 12.4 – Acordos de recompra.

No período em análise, não foram reconhecidas perdas de imparidade em activos financeiros disponíveis para venda em resultados.

Nota 10 – Activos Fixos Tangíveis

O movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis durante o exercício de 2011 foi o seguinte:

A 31 Dezembro 2011

	Terrenos e Edifícios	Equipamento	Património Artístico	Activos tangíveis em Curso	Total
Valor líquido de início do ano	1.627.230	450.709	1.714	243.564	2.323.217
Adições	-	165.258	330	83.131	248.719
Abates	-	-	-	-	-
Regularizações	-	-	-	-	-
Depreciação do exercício	(25.128)	(179.194)	(242)	-	(204.564)
Valor líquido final	<u>1.602.102</u>	<u>436.773</u>	<u>1.802</u>	<u>326.695</u>	<u>2.367.372</u>
A 31 Dezembro 2011					
Custo	2.031.862	1.216.218	5.249	326.695	3.580.024
Depreciações acumuladas	(429.760)	(779.445)	(3.447)	-	(1.212.652)
Valor líquido	<u>1.602.102</u>	<u>436.773</u>	<u>1.802</u>	<u>326.695</u>	<u>2.367.372</u>

O movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis durante o exercício de 2010 foi o seguinte:

	Terrenos e Edifícios	Equipamento	Património Artístico	Activos tangíveis em Curso	Total
A 31 Dezembro 2010					
Valor líquido de início do ano	1.730.306	347.323	1.996	161.059	2.240.683
Adições	-	150.599	-	80.487	231.086
Abates	-	(21)	-	-	(21)
Regularizações	(24.930)	24.930	-	2.019	2.019
Depreciação do exercício	(78.145)	(72.122)	(282)	-	(150.549)
Valor líquido final	1.627.230	450.709	1.714	243.565	2.323.217
A 31 Dezembro 2009					
Custo	2.031.863	1.135.990	4.919	243.564	3.416.337
Depreciações acumuladas	(404.633)	(685.282)	(3.206)	-	(1.093.120)
Valor líquido	1.627.230	450.709	1.714	243.564	2.323.217

Nota 11 – Activos Intangíveis

O movimento ocorrido nos activos intangíveis durante o exercício de 2010 foi o seguinte:

	Software
A 31 Dezembro 2011	
Valor líquido de início do ano	35,054
Adições	23,564
Abates	-
Amortização do exercício	(21,166)
Valor líquido final	37,452
A 31 Dezembro 2011	
Custo	236,551
Amortizações acumuladas	(199,099)
Valor líquido	37,452

O movimento ocorrido nos activos intangíveis durante o exercício de 2010 foi o seguinte:

	Software
A 31 Dezembro 2010	
Valor líquido de início do ano	47,565
Adições	15,304
Abates	-
Amortização do exercício	(27,814)
Valor líquido final	35,054
A 31 Dezembro 2010	
Custo	286,389
Amortizações acumuladas	(251,335)
Valor líquido	35,054

Nota 12 – Outros Activos

O saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	2011	2010
Devedores estrangeiros	114,838	96,457
Empréstimos ao pessoal	698,071	434,075
Empréstimos sobre terceiros (recursos consignados)	7,952	5,420
Cheques em processo de liquidação	306,460	195,325
Custos com produção de notas e moedas	1,107,818	546,530
Economato	19,627	19,838
Outros devedores	2,104,655	342,400
Acordos de recompra	44,438	297,515
Créditos e adiantamentos concedidos ao Governo	5,500,000	5,500,000
Valor bruto de Outros activos	9,903,859	7,437,560
Perdas de imparidade	(9,543)	(9,543)
Valor líquido de Outros activos	9,894,316	7,428,017

As perdas de imparidade referem-se à rubrica dos “Outros devedores” e não existem quaisquer movimentos na imparidade durante os exercícios de 2011 e 2010.

Com excepção dos empréstimos ao pessoal, os activos financeiros incluídos nesta rubrica são compostos maioritariamente por activos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte aproxima-se do justo valor.

12.1. Empréstimos ao pessoal

De acordo com o ACT, o Banco atribui aos seus Colaboradores empréstimos à habitação e para outras finalidades.

12.2. Custos com a produção de notas e moedas

Esta rubrica encontra-se decomposta como segue:

	2011	2010
Custos com produção de notas e moedas		
Notas e moedas emitidas	260,003	(23,113)
Notas e moedas não emitidas	847,815	569,643
	1,107,818	546,530

12.3. Outros devedores

O saldo dos outros devedores corresponde à reclassificação para o activo de depósitos com valor negativo, outros valores a receber e suprimentos.

12.4. Acordos de recompra

Os acordos de recompra são facilidades *overnight* concedidos a bancos comerciais para cobrir faltas temporárias de liquidez.

12.5. Créditos e adiantamentos concedidos ao governo

Referem-se aos fundos de curto prazo concedidos ao governo pela utilização dos bilhetes de tesouro emitidos no mercado (Nota 16).

Nota 13 – Flutuação de Valores

Nas presentes demonstrações financeiras, os ganhos e perdas provenientes da reavaliação cambial não realizadas das posições activas e passivas em moeda estrangeira, são reconhecidos numa conta da posição financeira (conta especial de flutuação de valores).

No exercício transacto, o Banco aplicou as NIRF no que diz respeito a esta matéria, reconhecendo os referidos ganhos e perdas em resultados em conformidade com a IAS 21. Desta forma, os valores referentes a 2010, sobre os quais tem impacto esta alteração, foram reexpressos de acordo com o artigo 14 da Lei Orgânica, n.º1/92, de 3 de Janeiro, de forma a permitir a comparabilidade dos períodos, conforme apresentado no quadro seguinte.

	Publicado 2010	Reexpresso 2010	Publicado 2009	Reexpresso 2009
Resultado líquido do exercício	2.369.432	1.240.664	2.364.202	269.947
Variações cambiais não realizadas no resultado	1.128.768	-	2.094.256	-
Capitais Próprios	5.948.133	2.725.110	3.458.365	1.364.110
Conta de flutuações de valores - Acumulado	-	(3.223.024)	-	2.094.256

Num cenário de observância integral das Normas Internacionais de Relato Financeiro, os resultados e capitais próprios apresentariam os seguintes valores:

	2011	2010	2009
Resultado líquido do exercício	(11.375.846)	2.369.432	2.364.202
Resultados realizados	-	-	-
Variações cambiais não realizadas no resultado	(11.684.233)	1.128.768	2.094.256
Capitais Próprios	(5.470.465)	5.948.133	3.458.366
Conta de flutuações de valores - Acumulado	-	-	-

Face ao exposto, os quadros que se seguem apresentam os saldos apresentados em 2011 e o respectivo impacto da adopção da Lei Orgânica do Banco no que respeita ao reconhecimento dos ganhos e perdas não realizados resultantes da variação cambial, em detrimento do disposto nas NIRF.

Contas em conformidade com a lei orgânica

	2011	2010	2009
Resultado do Exercício	308.387	1.240.664	269.946
Variações Cambiais não realizadas no resultado	-	-	-
Capitais Próprios	2.990.745	2.725.110	1.364.110
Conta de flutuação de valores - Acumulado	8.461.209	(3.223.024)	2.094.256

Impacto

	2011	2010	2009
Resultado do exercício	11.684.233	(1.128.768)	(2.094.256)
Variações cambiais não realizadas no resultado	11.684.233	(1.128.768)	(2.094.256)
Capitais Próprios	8.461.209	(3.223.024)	(2.094.256)
Conta de flutuação de valores - Acumulado	8.461.209	(3.223.024)	(2.094.256)

Nota 14 – Notas e Moedas em Circulação

O saldo desta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

	2011	2010
Notas	29,372,873	26,400,903
Moedas	695,716	593,869
Notas e Moedas no Banco	(3,113,474)	(2,319,332)
Notas e Moedas Inutilizadas	(5,056,451)	(4,228,838)
	21,898,664	20,446,602

As notas e moedas que se encontravam na caixa do Banco à data de balanço foram deduzidas ao valor de notas e moedas em circulação em virtude de, pela sua natureza, não representarem moeda em circulação.

O quadro seguinte apresenta o valor de notas e moedas da antiga família e da nova família que se encontram em circulação em 31 de Dezembro 2011 e 2010:

	2011	2010
Notas - Antiga Família	226,351	227,999
Moedas - Antiga Família	83,812	87,918
	310,163	315,917
Notas - Nova Família	21,006,340	19,654,129
Moedas - Nova Família	582,161	476,556
	21,588,501	20,130,685

As notas e moedas da antiga família podem ser trocadas junto do Banco até 2012.

Reserva Monetária

De acordo com o previsto no artigo 15º da Lei n.º 1/92, a emissão monetária do Banco, na parte que ultrapassar o nível das reservas cambiais, deverá ter cobertura integral constituída por:

- Créditos sobre o Estado;
- Títulos que constituam a carteira comercial do Banco;
- Créditos concedidos a instituições de crédito em resultado de transacções de crédito garantidas por ouro; e
- Créditos resultantes de operações de empréstimos caucionados por ouro, títulos do Tesouro e títulos de Estados estrangeiros, concedidas às instituições de crédito no âmbito do artigo 41º.

O artigo 12º da Lei n.º 1/92 define que as reservas cambiais são constituídas por ouro amoadado, em barra ou lingote, prata fina e platina, direitos de saques especiais, moeda estrangeira e outros activos expressos em moeda estrangeira de convertibilidade assegurada.

À data de 31 de Dezembro de 2011, o valor total de notas e moedas em circulação ascendia a 30.068.589 milhares de Meticaís (2010: 20.446.602 milhares de Meticaís) e as reservas cambiais ascendiam a 56.579.706 milhares de Meticaís (2010: 63.252.177 milhares de Meticaís).

Nota 15 – Depósitos de Outras Instituições

O saldo desta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

	2011	2010
Depósitos em moeda nacional:		
Estado	12,961,476	12,070,702
Instituições financeiras	15.1 11,479,103	10,776,407
Credores por recursos consignados	15.2 6,392	178,727
Outros	127,586	51,839
Depósitos em moeda estrangeira:		
Estado	3,202,213	5,916,414
Instituições financeiras	15.1 933,331	395,245
Credores por recursos consignados	15.3 107,925	141,572
Depósitos de caução	452	452
Outros	149	373
	28,818,627	29,531,731

Os depósitos do Estado e das Instituições Financeiras não geram juros. Os depósitos são compostos maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado próximo do justo valor.

- 15.1 Este saldo representa depósitos de bancos comerciais locais junto do Banco de Moçambique.
- 15.2 Este saldo representa o contravalor em moeda nacional dos financiamentos recebidos do Banco Mundial e de outras instituições financeiras para empréstimo aos beneficiários destes programas de financiamento.
- 15.3 Este saldo respeita a contas de projectos especiais detidos em nome do Tesouro e de outras entidades residentes.

Nota 16 – Bilhetes do Tesouro Emitidos em nome do Estado e Instrumentos Monetários

Esta rubrica encontra-se decomposta como segue:

		2011	2010
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado	16.1	20,391,909	12,303,738
Facilidades permanentes de depósitos		4,163,500	37,600
Juros a pagar		1,020,964	624,081
		25,576,373	12,965,419

- 16.1 Os Bilhetes do Tesouro representam títulos de débito emitidos pelo Banco de Moçambique por um período de três, seis meses e 1 ano.

Os Bilhetes do Tesouro são emitidos com o intuito de servirem como instrumentos de gestão da liquidez do mercado monetário mediante operações abertas de mercado no mercado financeiro a nível local e de providenciar o Estado Moçambicano com fundos de curto prazo.

Os fundos obtidos da emissão dos Bilhetes do Tesouro são transferidos para o Estado a pedido deste, à mesma taxa de juro praticada para o mercado e pelo período que seja acordado com o Estado, por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado aproximado ao justo valor. A taxa de juro dos Bilhetes de Tesouro variou ao longo do ano entre 10,99% e 16,49%.

O valor nominal do saldo no final do exercício económico ascendia a 22,857.000 milhares de Meticaís.

Nota 17 – Financiamentos Externos

O saldo desta rubrica, em referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, apresenta a seguinte decomposição:

	2011	2010
Passivos		
Direitos especiais de saque		
<i>Poverty reduction and growth facility (PRGF)</i>	4.549.431	5.460.405
<i>Extended credit facility (ESF)</i>	359.731	480.528
	<u>4.748.480</u>	<u>5.699.312</u>
Activos	9.657.642	11.640.246
Direitos especiais de saque	4.493.713	5.442.527
Total	5.163.928	6.197.719

O PRGF e ESF são financiamentos obtidos do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao abrigo do Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento e ao abrigo da crise financeira internacional, respectivamente. Os financiamentos estão denominados em Direitos Especiais de Saque (SDR). Os termos e condições destes financiamentos serão honrados pelo Banco e os juros potenciais incidentes sobre os mesmos foram devidamente registados.

A alocação de direitos especiais de saque (valor a pagar ao FMI) representa SDR 107.505 milhares (4.493.713 milhares de meticaís).

Os direitos especiais de saque – activo, representam a quota de Moçambique no FMI. O valor de balanço à data de reporte é considerado aproximado ao justo valor.

Nota 18 – Provisões

As provisões são constituídas de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2 e estão relacionadas com responsabilidades contingentes (Nota 32).

Nota 19 – Responsabilidades com Benefícios a Empregados

19.1. Responsabilidades por pensões

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões a 31 de Dezembro 2011 e 2010 são:

	2011	2010
Pressupostos financeiros		
Taxa desconto	14.50%	14.00%
Taxa crescimento dos salários	11.80%	12.75%
Taxa crescimento das pensões	11.80%	11.75%
Taxa de rendimento	14.50%	14.00%
Pressupostos demográficos		
Tábua de mortalidade	PF 60/64	PF 60/64
Data de reforma	À idade de reforma	À idade de reforma
% casados	70%	70%

O cálculo das responsabilidades com pensões de reforma de trabalhadores no activo foi efectuado no pressuposto de que o momento de atribuição da pensão de reforma por velhice/antecipada seria à primeira oportunidade, isto é, a passagem à reforma na data de verificação da primeira de entre as seguintes condições de reforma: 35 anos de serviço (reconhecendo os acréscimos de serviço quando aplicáveis), 55 anos de idade para as mulheres ou 60 anos de idade para os homens.

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	2011	2010
Activos	868	770
Reformados e pensionistas	434	407
	<u>1.302</u>	<u>1.177</u>

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como seguem:

	2011	2010
Depósitos a ordem	7.466	267
Depósitos a prazo	2.853.665	3.209.201
Bilhetes de Tesouro	184.500	-
Obrigações de Tesouro	1.483.669	1.554.447
Obrigações privadas	1.538.158	1.130.039
Investimentos em activos fixos tangíveis	535.971	325.782
Participações financeiras	242.330	242.330
Outros	163.348	4.023
Valores a pagar	(38.458)	(434.472)
	<u>6.970.648</u>	<u>6.031.617</u>

Os investimentos em activos fixos tangíveis são compostos, principalmente, pelo investimento no Millennium Park e as participações financeiras são compostas, principalmente, por acções da entidade Constellation. A rentabilidade destes activos depende dos fluxos de caixa futuros que estas entidades conseguirão gerar.

A rubrica valores a pagar refere-se principalmente a impostos que serão liquidados em 2012.

A aplicação da IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de financiamento reportáveis a 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

	2011	2010
Valor actual responsabilidades serviços passados	10.361.605	9.563.335
Valor do Fundo de Pensões	(6.970.648)	(6.031.617)
(Excesso)/défice de Financiamento	3.390.957	3.531.718
Desvios actuariais não reconhecidos em 31 de Dezembro	(1.045.274)	(1.576.522)
(Activos)/responsabilidades líquidas em balanço em 31 de Dezembro	2.345.683	1.955.197

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

	2011	2010
Responsabilidades em 1 de Janeiro	9,563,335	9,400,408
Custo do serviço corrente	291,616	304,643
Custo dos juros	1,358,751	1,052,493
(Ganhos)/perdas actuariais nas responsabilidades	(513,826)	(937,160)
Pensões pagas pelo fundo	(338,271)	(257,049)
Responsabilidades em 31 de Dezembro	10,361,605	9,563,335

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 pode ser analisada como segue:

	2011	2010
Saldo do Fundo em 1 de Janeiro	6,031,617	5,663,886
Rendimento esperado	895,179	816,424
Ganhos/(perdas) actuariais nas responsabilidades	(19,714)	(604,759)
Contribuições do Banco	374,098	390,352
Contribuições dos empregados	27,740	22,763
Pensões pagas pelo fundo	(338,271)	(257,049)
Saldo do Fundo em 31 de Dezembro	6,970,648	6,031,617

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço podem ser analisados como segue:

	2011	2010
Desvios actuariais não reconhecidos em 1 de Janeiro	1,576,522	1,967,642
(Ganhos)/perdas actuariais no ano:	(494,111)	(332,400)
Ganhos/(perdas) actuariais reconhecidos no exercício	(37,137)	(58,720)
Desvios actuariais não reconhecidos em 31 de Dezembro	1,045,274	1,576,522
<i>Dos quais:</i>		
Dentro do corredor	1,036,161	956,334
Fora do corredor	9,113	620,188

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	2011	2010
Custo do serviço corrente	291.616	304.643
Custo dos juros	1.358.751	1.052.493
Rendimento esperado do fundo	(922.919)	(840.726)
(Ganhos)/ Perdas actuariais reconhecidos no exercício	37.137	58.720
Custos do exercício	764.585	575.130

19.2 Outras responsabilidades de longo prazo – prémios de antiguidade

A responsabilidade por prémios de antiguidade em 31 de Dezembro é de 123,207 milhares de meticais. Os pressupostos usados para a determinação dessa responsabilidade são os que constam no ponto 19.1 acima. A variação da responsabilidade foi reconhecida em resultados do ano.

Nota 20 - Outros Passivos

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	2011	2010
Credores estrangeiros	286.898	34.576
Credores nacionais	65.285	51.404
Contas de liquidação	351	342
Gastos com pessoal	196.327	196.327
Outros encargos a pagar	233.870	132.783
	782.731	415.431

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado aproximado ao justo valor.

Nota 21 – Capital

O capital do Banco de Moçambique encontra-se integralmente subscrito e realizado pelo Governo da República de Moçambique.

Nota 22 – Reservas

Reservas não distribuíveis, reserva estatutária e entrega de lucros ao Estado

Nos termos do artigo 65º, Lei Orgânica do Banco, n.º 1/92, de 3 Janeiro, a aplicação dos Lucros obtidos deverá ser apresentada pelo Conselho de Administração e aprovada pelo Governo.

Relativamente a 2010 o Conselho de Administração propôs a aplicação de 100% do Resultado líquido (excluindo os ganhos não realizados conforme mencionado abaixo) para Resultados não distribuídos (2009: 100% do Resultado líquido do ano para Resultados não distribuídos).

Outras reservas

Estão relacionadas com resultados não distribuídos para efeitos de investimentos.

Nota 23 – Reservas de Reavaliação de Justo Valor

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2011	2010
Em 1 de Janeiro	114.579	(5.757)
De instrumentos de dívida	(24.023)	105.714
De acções	(18.729)	14.622
Total das variações do ano	(42.752)	120.336
Em 31 de Dezembro	71.827	114.579

Nota 24 – Justo Valor dos Instrumentos Financeiros

Para a determinação do justo valor de activos e passivos financeiros, o Banco utiliza os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*;
- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização interna considerando maioritariamente dados observáveis de mercado; e

- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização interna, considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

Esta hierarquia requer o uso de dados de mercado observáveis quando esses estejam disponíveis.

O Banco considera preços de mercado relevantes e observáveis na sua valorização quando possível.

As tabelas seguintes demonstram a análise dos instrumentos financeiros registados ao justo valor por nível hierárquico do justo valor:

31 Dezembro 2011	Nível 1	Nível 2	Total
Activos financeiros e ouro			
Ouro	3.420.968	-	3.420.968
	<u>3.420.968</u>	<u>-</u>	<u>3.420.968</u>
Activos financeiros detidos para negociação			
Obrigações do Tesouro	8.649.693	-	8.649.693
Obrigações de outros emitentes	4.598.543	-	4.598.543
Outros	675.326	-	675.326
	<u>13.923.562</u>	<u>-</u>	<u>13.923.562</u>
Activos financeiros disponíveis para venda			
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano	-	4.500.000	4.500.000
Obrigações do Tesouro dos EUA	5.520.698	-	5.520.698
Outros investimentos	-	246.653	246.653
	<u>5.520.698</u>	<u>4.746.653</u>	<u>10.267.351</u>
	<u>22.865.228</u>	<u>4.746.653</u>	<u>27.611.881</u>
Passivos financeiros			
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	-	25.576.373	25.576.373
	<u>-</u>	<u>25.576.373</u>	<u>25.576.373</u>
31 Dezembro 2010	Nível 1	Nível 2	Total
Activos financeiros e ouro			
Ouro	3.461.576	-	3.461.576
	<u>3.461.576</u>	<u>-</u>	<u>3.461.576</u>
Activos financeiros detidos para negociação			
Obrigações do Tesouro	10.673.879	-	10.673.879
Obrigações de outros emitentes	5.519.983	-	5.519.983
Outros	345.187	-	345.187
	<u>16.539.049</u>	<u>-</u>	<u>16.539.049</u>
Activos financeiros disponíveis para venda			
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano	-	4.500.000	4.500.000
Obrigações do Tesouro dos EUA	7.973.206	-	7.973.206
Outros investimentos	-	82.510	82.510
	<u>7.973.206</u>	<u>4.582.510</u>	<u>12.555.717</u>
	<u>27.973.831</u>	<u>4.582.510</u>	<u>32.556.342</u>
Passivos financeiros			
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	-	12.965.419	12.965.419
	<u>-</u>	<u>12.965.419</u>	<u>12.965.419</u>

É de salientar que as Obrigações do Estado moçambicano foram classificadas sob nível 2 em 31 de Dezembro de 2011 face à classificação sob nível 1 em 31 de Dezembro de 2010.

Em 31 de Dezembro 2011 o Banco não tem activos que foram valorizados sob nível 3.

Nota 25 – Rubricas Extrapatrimoniais

Esta rubrica encontra-se decomposta como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Garantias e avales	177,715	175,751
Créditos documentários abertos	375,396	361,110
Transacções efectuadas em nome do Estado	197,681	233,802
	<u>750,792</u>	<u>770,664</u>

As transacções efectuadas em nome do Estado, em que o Banco não detém qualquer risco inerente à transacção, foram contabilizadas em contas extrapatrimoniais. O Banco apenas assume a função de agente intermediário nestas transacções.

As garantias e avales referem-se principalmente a promissórias a favor do FMI.

O Banco não prevê a ocorrência de prejuízos materialmente significativos em resultado de responsabilidades contingentes nas operações em causa, para além dos casos já provisionados nas demonstrações financeiras.

Nota 26 – Margem Financeira

Esta rubrica encontra-se decomposta como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
26.1 Juros e rendimentos equiparados		
Juros de depósitos a prazo	615,933	584,235
Juros de títulos disponíveis para venda	769,856	839,760
Juros de títulos detidos para negociação	348,068	456,412
Juros de depósitos à ordem	1,867	6,553
Juros de créditos e adiantamentos concedidos	94,212	45,146
Outros juros	4,150	4,138
	<u>1,834,086</u>	<u>1,936,244</u>
26.2 Juros e gastos equiparados		
Juros de Bilhetes do Tesouro emitidos em nome do Estado e Títulos Monetários	2,209,560	1,469,327
Juros de aplicações de liquidez	26,801	1,747
Juros de depósitos a curto prazo	1,662	4,058
Outros juros e gastos similares	21,070	37,200
	<u>2,259,093</u>	<u>1,512,332</u>
Margem Financeira	<u>(425,007)</u>	<u>423,912</u>

O total de rendimentos de juros decorrentes de activos mensurados ao custo amortizado e de activos classificados como disponíveis para venda em 2011 foi de 716.162 milhares de meticais (2010: 640.072 milhares de meticais) e de 769.856 milhares de meticais (2010: 839.760 milhares de meticais), respectivamente.

O total de gastos de juros decorrentes de passivos mensurados ao custo amortizado em 2011 foi de 2.259.093 milhares de meticais (2010: 1.512.332 milhares de meticais).

Nota 27 – Resultados de Reavaliação Cambial e do Ouro

Esta rubrica analisa-se como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Ganhos/(perdas) de reavaliação cambial e do ouro realizados		
De operações em moeda estrangeira	3.359.101	4.426.116
Total	<u>3.359.101</u>	<u>4.426.116</u>

Ver nota 13 relativamente aos resultados de reavaliação cambial não realizados.

Nota 28 – Outros Rendimentos Operacionais

Esta rubrica analisa-se como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Comissões de Cobrança	5,616	11,875
Comissões de Transferência	626	876
Outros Serviços	1,276	895
Outros Proveitos Operacionais	78,326	36,510
Outros Ganhos	373	245
	<u>86,217</u>	<u>50,402</u>

Nota 29 – Gastos com o Pessoal

Esta rubrica analisa-se como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Remunerações dos órgãos de gestão	54,805	48,196
Remunerações de empregados	1,368,052	1,253,386
Custos com benefícios a empregados - Nota 19	771,912	575,130
Encargos Sociais	38,261	28,179
Outras remunerações	-	17,552
Outras despesas com o pessoal	26,430	3,571
	<u>2,259,460</u>	<u>1,926,015</u>

À data de 31 de Dezembro de 2011, o número de funcionários do Banco ascendia a 896 (31 de Dezembro de 2010: 770).

Nota 30 – Outros Gastos Operacionais

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Fornecimentos de terceiros	87,167	55,830
Serviços de terceiros	421,468	338,517
Custos com a produção de notas e moedas	210,402	233,433
Outros gastos	122,791	173,954
Outras perdas	17,844	81,038
	<u>859,672</u>	<u>882,771</u>

A rubrica de outros gastos refere-se principalmente a impostos directos (60.011 milhares de meticais em 2011) e comissões pagas referentes a carteiras sob gestão externa (37.157 milhares de meticais em 2010).

Nos termos do artigo 69º, Lei n.º 1/92, de 3 Janeiro (Lei Orgânica do Banco), o Banco goza de isenção de todas as contribuições, impostos, taxas, licenças administrativas, imposto de justiça, imposto do selo e demais disposições gerais e especiais, nos mesmos termos que o Estado. Contudo, a referida isenção, não abrange a obrigação de efectuar as retenções na fonte que por lei são exigidas. A este respeito, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação do Banco durante dez (10) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal em sede de retenções de imposto, eventuais correcções. Contudo, o Conselho de Administração do Banco considera que eventuais correcções resultantes de revisões em sede de retenções na fonte (IRPC e IRPS), não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

Nota 31 – Partes Relacionadas

Os saldos a receber e a pagar do Estado são como segue:

	Nota	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Activos			
Activos financeiros disponíveis para venda	9	4,500,000	4,500,000
Créditos e adiantamentos concedidos ao governo	12	5,500,000	5,500,000
Total		<u>10,000,000</u>	<u>10,000,000</u>
Passivos			
Depósitos de outras instituições de crédito	15	16,163,689	17,987,116
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos	16	21,412,873	12,927,819
Financiamentos externos	17	5,163,928	6,197,719
Total		<u>42,740,490</u>	<u>37,112,653</u>

As remunerações do pessoal chave da gestão e fiscalização do Banco, são como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Benefícios de curto prazo	54,805	48,196
Benefícios pós emprego	117,909	99,346
Prémio de Antiguidade	32,087	27,035
	<u>204,801</u>	<u>174,577</u>

Nota 32 – Responsabilidades Contingentes

O Banco tem diversos processos judiciais em que aparece como arguido, nomeadamente com trabalhadores e terceiros, que poderão resultar em indemnizações a pagar, não havendo previsão sobre os montantes que poderão vir a ser pagos para além dos já provisionados nas demonstrações financeiras.

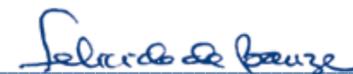
Existe ainda um processo que corre os seus trâmites, no qual cidadãos exigem uma indemnização por terem sido, alegadamente, lesados pelo Banco. Não obstante a administração estar convicta de que o desfecho deste processo será desfavorável para o Banco, à data das demonstrações financeiras não é possível quantificar o montante da indemnização a ser paga.

Nota 33 – Acontecimentos após a data do Balanço

Após a data de balanço e até à data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não ocorreram quaisquer acontecimentos que possam ter impacto favorável ou desfavorável nas demonstrações financeiras apresentadas.

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





SITUAÇÃO MACROECONÓMICA



SUBSTRATO SINTÉTICO - POLÍMERO
Nota de 50 Meticais

2



1. Sumário Executivo

Em 2011 a conjuntura económica mundial voltou a ser marcada pela crise financeira internacional, focalizada na crise da dívida soberana na Europa, com impacto na intensificação da incerteza de retoma da economia global e também, pela chamada “primavera árabe” em alguns países do Norte da África e Médio Oriente, afectando o comportamento do preço do petróleo no mercado internacional. Estes factores terão pesado para a desaceleração do ritmo de actividade económica mundial, tendo a produção global, segundo dados do Fundo Monetário Internacional publicados em Janeiro de 2012, crescido em apenas 3,8% em 2011, menos 1,4 pontos percentuais (pp) em relação ao registado em 2010, queda que reflecte o abrandamento em 1,1 pontos percentuais nas economias emergentes, 1,6 pontos percentuais nas economias desenvolvidas e 0,4 pontos percentuais nas economias da África Sub-Sahariana (ainda assim o crescimento médio anual foi de 4,9% em 2011).

O crescimento económico mundial voltou a ser liderado pelo desempenho das economias emergentes que cresceram em 5,4%, ainda que, de forma mais moderada, acompanhado por um crescimento acima do esperado da economia americana, em resultado do pacote de medidas de estímulo fiscal que vêm sendo adoptadas naquele país. A par da desaceleração no crescimento económico, em 2011 foram evidentes os sinais de pressão inflacionária, determinados pelo aumento dos preços médios anuais das principais mercadorias no mercado internacional, com destaque para o milho (54%) e o algodão (49,6%).

Com vista a não deteriorar as condições económicas internas, grande parte dos bancos centrais dos países mais desenvolvidos optou por manter inalteradas as suas taxas de juro de referência.

Na SADC, após a contracção da actividade económica em 2009, assistiu-se nos últimos dois anos a recuperação do ritmo de crescimento, tendo, em 2011, a taxa sido de 3,9%, favorecida pelo aumento dos preços dos metais preciosos e das exportações, estimuladas, em parte, pela tendência de enfraquecimento das moedas locais em relação ao Dólar Americano, com destaque para o Rand sul-africano. Excluindo Moçambique, Angola e África do Sul, o crescimento económico nos países da região desacelerou face a 2010. No que tange ao indicador de inflação, à excepção de Moçambique, Angola e Zâmbia, as demais economias registaram taxas mais altas, comparativamente à 2010.

Um nível interno de destaque vai para a coordenação na implementação das políticas macroeconómicas tendo em vista minorar os impactos da crise económica e financeira internacional e consolidação da estabilidade macroeconómica. Como resultado, a economia moçambicana apresentou um quadro caracterizado por: i) Aceleração do crescimento do PIB em 30 pontos base (pb) para 7,1%, determinado, fundamentalmente, pelo desempenho dos sectores de agricultura, transportes e comunicações, serviços financeiros e início da exploração do carvão; ii) Desaceleração da inflação anual para 5,46%, após 16,6% em 2010; iii) A acumulação de reservas internacionais líquidas em USD 320 milhões, para um saldo de USD 2.239,7 milhões no final de 2011, equivalente a 5,2 meses de cobertura de importações totais de bens e serviços não factoriais. Do lado fiscal: i) A arrecadação da receita pública em percentagem do PIB incrementou para 21,2%, o que ainda assim não foi suficiente para amortecer o impacto do aumento da despesa pública total (incluindo empréstimos líquidos), fazendo com que o défice antes de donativos superasse o registado em 2010.

Tendo em vista conter a pressão inflacionária iniciada em 2010, a política monetária na primeira metade do ano manteve o carácter restritivo, tendo o Banco de Moçambique voltado a rever em alta, em 100 pb, a taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) e da Facilidade Permanente de Depósitos (FPD), respectivamente, para 16,5% e 5,0%. A partir de Agosto de 2011, em face de previsões de abrandamento da inflação, o Banco de Moçambique decidiu adoptar uma política monetária mais orientada para a criação de um espaço monetário que permita a expansão do crédito ao sector privado da economia. Em face disso, a taxa de juro de referência (FPC) foi reduzida sucessivamente, num total de 150 pb, para 15%.

Em linha com a redução das taxas de juro de intervenção do Banco de Moçambique, as taxas de juro dos leilões de Bilhetes do Tesouro no MMI também seguiram a mesma trajectória, com destaque para o decréscimo em 3,2 pp na maturidade de 364 dias, tendência igualmente assumida pela taxa de juro das permutas de liquidez entre as instituições de crédito. Entretanto, as taxas de juro a retalho praticadas pelos bancos comerciais nas suas transacções com o público, exibiram uma maior rigidez, ao se manterem praticamente inalteradas ao longo do segundo semestre, não obstante, a queda observada nas taxas de juro do mercado primário.

Por seu turno, os agregados monetários evoluíram em linha com o programa monetário desenhado para o período, fruto da política monetária mais prudente adoptada durante o ano, aliado ao impacto amortecedor da apreciação do Metical sobre as componentes denominadas em moeda estrangeira.

O fortalecimento do Metical em relação às moedas dos principais parceiros comerciais resultou do impacto das medidas de política monetária e cambial, iniciadas em meados de 2010, com destaque para o aumento das intervenções do Banco de Moçambique nos mercados interbancários. Estas medidas, estiveram associadas, entre outros factores, ao aumento do fluxo de divisas no mercado doméstico, na sequência do aumento das receitas de exportações - parte das quais em resultado do impacto da introdução, em Julho, da nova regulamentação cambial que define, entre outros aspectos, a obrigatoriedade da remessa de receitas de exportação para o país e respectiva conversão de pelo menos 50% das mesmas. Também, associa-se à entrada de capitais no contexto do investimento directo estrangeiro, particularmente na área de exploração mineira, o que decorreu do aumento das expectativas dos investidores face à evolução futura da economia nacional e da sua moeda. Com efeito, o Metical apreciou, em termos anuais, em 17,33%, após uma depreciação de 19,34% em Dezembro de 2010.

Resultados preliminares da Balança de Pagamentos de Moçambique de 2011, mostram melhorias da posição externa do País, comparativamente aos anos anteriores, decorrente, fundamentalmente, da entrada massiva de fluxos externos - essencialmente direccionados aos grandes projectos, com a particularidade de parte desses fundos ter contribuído para o aumento das importações de bens de capital. Efectivamente, o saldo global em 2011, foi positivo em cerca de USD 323 milhões, o que possibilitou à Autoridade Monetária a constituição de activos de reserva no valor de USD 321 milhões, quatro vezes superior ao registado em 2010. Todavia, o défice da conta das transacções correntes incrementou em 46% para USD 1.615 milhões (12,6% do PIB), a reflectir, essencialmente, o aumento das importações líquidas de bens e serviços dos grandes projectos em USD 539 milhões, com destaque para as de maquinaria e serviços de construção, para além de terem aumentado os pagamentos líquidos de rendimentos ao exterior em USD 120 milhões.

2. Evolução Económica Internacional

Em 2011, o desempenho da actividade económica mundial voltou a ressentir-se dos efeitos do agravamento da crise da dívida soberana na zona do Euro, levando ao aumento da incerteza quanto à retoma da economia mundial nos próximos anos, dada a prevalência dos riscos de contágio da referida crise para as restantes economias da região, incluindo as emergentes. Em face disso, continuam ainda patentes os sinais de fragilidades do mercado de trabalho, aliados ao elevado défice fiscal nos Estados Unidos da América, bem como os conflitos geopolíticos no mundo árabe, que concorreram para a deterioração da confiança dos investidores, principalmente a favor

de outros investimentos de refúgio. Ainda que com tendência de abrandamento do crescimento económico nas economias de mercado emergentes, estas continuaram a liderar o crescimento económico mundial.

No cômputo geral, o ano de 2011 foi caracterizado pelos seguintes aspectos:

- (i) Corte do 'rating' da dívida da maioria dos países europeus, tais como França, Itália, Espanha, Portugal, Irlanda e Grécia pelas diversas agências de notação financeira, na sequência dos receios da intensificação da crise da dívida soberana na zona do Euro;
- (ii) Manutenção de pacotes de estímulo fiscal no Japão, visando, por um lado, conter a deflação e, por outro, reanimar a economia, devastada em Março de 2012 pelo terramoto e *tsunami* que atingiram o país;
- (iii) Pressões inflacionárias em todos os blocos económicos mundiais, decorrentes, basicamente, da tendência ascendente do preço do petróleo no mercado internacional, associado à problemas do lado da oferta, na sequência dos conflitos geopolíticos que assolam o médio oriente e o norte da África;
- (iv) Manutenção das taxas de juro directoras na generalidade dos bancos centrais das economias avançadas;
- (v) Aumento das taxas de desemprego ao nível das principais economias avançadas, com destaque para a zona do Euro; e
- (vi) Fortalecimento do Dólar dos Estados Unidos da América face às principais moedas internacionais.

Ainda no período em consideração, os principais mercados bolsistas mundiais registaram perdas sucessivas, devido ao cepticismo manifestado pelos investidores quanto à capacidade de resposta dos líderes europeus à crise da dívida soberana que aflige a região, bem assim, a evolução dos principais indicadores económico-financeiros dos Estados Unidos da América.

Adicionalmente, foram implementadas diversas medidas de cariz económico e monetário, sendo de destacar: (i) adopção de políticas económicas expansionistas nos E.U.A. com reflexos no crescimento da actividade económica e redução do desemprego; (ii) subida das taxas de juro de política monetária na China e Índia, tendo em vista refrear a pressão inflacionista; e (iii) reforço do fundo para estabilidade financeira na zona do Euro, em face da crise de dívida soberana que afectou em efeito cascata um número considerável de países integrantes daquela região.

Em face desta conjuntura, o Fundo Monetário Internacional (FMI), na publicação World Economic Outlook divulgada em Janeiro de 2012, reviu em baixa as estimativas de crescimento do Produto Interno Bruto para 2011 para 3,8% em 2011, menos 1,2 pontos percentuais face à projecção anterior,

após uma expansão de 5,2% em 2010 e 3,3% para 2012, menos 70 pb em relação à projecção de Setembro de 2011 (Quadro 1).

Quadro 1: **Evolução do PIB Real e Inflação nos Principais Blocos Mundiais**

Região	PIB real (%)			IPC (%)*		
	2010	2011	2012 ^a	2010	2011	2012 ^a
Economia Mundial	5,2	3,8	3,3	-	-	-
Economias Avançadas	3,2	1,6	1,2	1,6	2,7	1,6
Economias Emergentes e em desenvolvimento	7,3	6,2	5,4	6,1	7,2	6,2
Ásia	8,2	6,2	6,6	4,1	5,3	4,0
Europa	2,2	2,0	1,5	2,4	3,1	2,1
América Latina	6,1	4,5	4,0	6,0	6,7	6,0
África Sub-Sahariana	5,3	4,9	5,5	7,2	8,4	8,3

Fonte: World Economic Outlook (September 2011 and January 2012 (Update)).

Notas: * expresso em termos de média anual. ^a Projecções.

Ainda ao longo de 2011, nas economias avançadas, emergentes e africanas a inflação acelerou, contrariando a tendência de desaceleração registada no ano anterior, influenciada, em larga escala, pelo aumento generalizado dos preços dos produtos alimentares, matérias-primas, metais e produtos energéticos primários no mercado internacional, tendo sido mais pronunciado nas economias de mercados emergentes. Para contrariar este comportamento, as autoridades monetárias ajustaram sucessivamente em alta as suas taxas de juro directoras e, em alguns países, o coeficiente de reservas obrigatórias foi também revisto no mesmo sentido.

2.1. Desempenho Macroeconómico

A. Economias mais Desenvolvidas

Estados Unidos da América: Segundo o Bureau of Economic Analysis (BEA), em 2011 o PIB real cresceu, em termos anuais em 1,7%, representando uma aceleração de 1,3 pp quando comparado com o ano anterior, determinado, essencialmente, pelos gastos dos governos locais, federais e estaduais, investimentos em *stocks*, bem assim, do consumo privado, exportações e investimentos fixos de agentes não residenciais.

Por outro lado, a inflação anual não ajustada à sazonalidade, medida pelo Índice de Preços no Consumidor Urbano (CPI – U), publicado pela mesma fonte, acelerou para 3,0% em Dezembro de 2011, após 1,5% em 2010, determinada pelo aumento dos preços de combustíveis, com efeitos cascata para outra categoria de bens de consumo final e intermédio.

Ainda no mesmo período, a taxa de desemprego acelerou até Setembro de 2011 para 9,4%, o que viria a se inverter nos meses subsequentes, tendo atingido 8.5% em Dezembro de 2011.

Tendo em vista estimular a actividade económica que ainda não retomou para os níveis de crescimento observados antes das crises, o Federal Open Market Committee (FOMC) decidiu pela manutenção da taxa de juro de referência dos fundos federais entre 0 e 0,25% durante todo o ano de 2011.

Zona do Euro: De acordo com o Eurostat, em 2011, o PIB real ajustado à sazonalidade cresceu em 1,4%, uma desaceleração de 60 pb em relação à taxa de crescimento de 2010, justificada pelo agravamento e alastramento da crise da dívida, com consequências na contracção da actividade económica, agravamento do nível de desemprego em 40 pb para 10,4%.

Apesar do abrandamento da actividade económica, a inflação homóloga acelerou para 2,7% no período em consideração, após 2,2% no ano anterior, devido a subida dos índices de preços das classes de transporte, habitação, álcool e tabaco.

Após pautar por um ciclo de ajustamentos em alta até Outubro de 2011, nos últimos meses do ano, o Comité de Política Monetária do Banco Central Europeu pautou por um ciclo de relaxamento da sua política monetária, ao rever sucessivamente em baixa a sua taxa de juro de referência e terminado o ano ao nível de 1,0% em Dezembro de 2011, a mesma observada no final de 2010.

Japão: Dados divulgados pelo Economic and Social Research Institute, indicam que o PIB real não ajustado à sazonalidade contraiu em 0,7% em 2011, contra uma expansão de 4,4% em 2010, devido aos efeitos do terramoto e maremoto que atingiram o país em Março de 2011. Por outro lado, a taxa de desemprego, ajustada à sazonalidade, decresceu para 4,6% em Dezembro de 2011, o que equivale a uma redução em 30 pb em relação ao período homólogo de 2010.

Segundo o Statistics Bureau do Japão, em Dezembro de 2011, observou-se uma deflação anual de 0,2%, após uma variação nula do IPC em 2011. Em face do comportamento dos principais indicadores macroeconómicos, e tendo em vista criar condições para o estímulo ao crescimento económico, o Policy Board of the Bank of Japan, decidiu pela manutenção da sua taxa de juro de referência, *Overnight Lending Rate* na banda de 0 a 0,1% no ano de 2011.

Reino Unido: Segundo o National Statistics, o PIB real cresceu, em termos anuais, em 0,8%, após 2,1% em 2010, desaceleração justificada pela crise existente na zona do euro.

De acordo com a mesma fonte, a inflação homóloga acelerou em 50 pb para 4,2%, em Dezembro de 2011 em relação a 2010, fundamentada pela subida dos preços das classes de álcool e tabaco (9,0%), habitação e serviços domésticos (7,9%), comunicação (6,6%) e transporte em 5,8%. Ainda no mesmo período, a taxa de desemprego acelerou em 50 pb para 8,4%. Tomando por base a evolução dos principais indicadores macroeconómicos, o Comité de Política Monetária do Bank of England decidiu pela manutenção da sua taxa de juro de referência em 0,5% na última sessão do órgão em 2011.

B. Economias de Mercados Emergentes

China: Dados publicados pelo National Bureau of Statistics mostram que em 2011 o PIB cresceu em 9,2%, após um incremento de 10,4% em 2010, desaceleração determinada pelas condições do mercado internacional e que levaram à redução das exportações do país.

Ainda nesta economia, a inflação continuou com a sua trajectória descendente em termos homólogos, ao se situar em 4,1% em Dezembro de 2011, após 4,6% no período homólogo de 2010. Conjugando este indicador com as outras variáveis macroeconómicas, o Comité de Política Monetária do People's Bank of China agravou a sua taxa de juro directora num total acumulado de 75 pb para 6,56% no final do ano.

Índia: De acordo com o Statistics of Índia, em 2011 o PIB cresceu em 8,5%, menos 10 pb em relação a 2010, tendo a inflação homóloga atingido 7,7% em Dezembro de 2011, após 9,4% no final do ano anterior.

Ainda no mesmo período, o Reserve Bank of Índia reviu em alta a taxa de juro de referência numa magnitude acumulada no ano de 2,25 pp, fixando-a em 8,5%.

Brasil: Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística indicam que o PIB a preços de mercado cresceu em 2,7% em 2011, após 7,5% em 2010, determinado pelo aumento das exportações para a China e Médio Oriente.

Por outro lado, e de acordo com a mesma fonte, a inflação homóloga acelerou para 6,5% em Dezembro de 2011, após 5,9% em Dezembro de 2010, o que concorreu para que o Comité de Política Monetária do Banco Central do Brasil revisse em alta a taxa de juro de referência (Taxa Selic), o que resultou num aumento acumulado de 25 pontos base, para 11,00% em Dezembro de 2011.

C. África Sub-Sahariana

As últimas estimativas do Regional Economic Outlook (Janeiro 2012) avançam para África Sub-Sahariana uma estimativa de crescimento anual em 2011 de 4,9%, o que representa um decréscimo de 40 pb em relação ao observado em 2010, sendo que para 2012 a projecção aponta uma aceleração para 5,5%. De acordo com a mesma fonte, para a região da SADC, estima-se que a taxa de crescimento económico se situe em 3,9% em 2011 e uma projecção de 5,0% para 2012, associada ao aumento dos preços dos metais no mercado internacional e da produção do sector mineiro.

Em relação às metas de convergência macroeconómica, apenas Moçambique alcançou a meta estipulada para este indicador na região (7,0%), ao crescer em 7,2%, enquanto a maior economia da região (África do Sul) cresceu em apenas 3,4% (contra os 2,8% no ano anterior), determinado,

fundamentalmente, pelos serviços governamentais, vendas à retalho e hotelaria. Tal aceleração do crescimento económico foi acompanhado pela aceleração da inflação para 6,1% em Dezembro de 2011, após 3,5% em 2010, acima da banda de 3,0% a 6,0% definida pela autoridade monetária, cenário ocorrido nas restantes economias da região, com a excepção de Moçambique, Angola e Zâmbia.

Com excepção do Metical (20,7%) e da Rupia (3,0%) as restantes moedas da região depreciaram, sendo que a moeda nacional foi a que registou os maiores ganhos cambiais.

Em face da evolução dos principais indicadores financeiros e económicos, em 2011, os Comitês de Política Monetária dos Bancos Centrais da região da SADC tiveram comportamentos mistos na revisão das respectivas taxas de juro de política monetária, tendo estas sido mantidas em Botswana e na África do Sul, e revistas em baixa nas Maurícias e em Moçambique.

Quadro 2: Indicadores Seleccionados de Países da SADC, variação anual (%)

	ANG	BOT	MLW	MAU	RSA	TZN	ZAM	MOZ
PIB real								
2008	13,8	3,0	8,3	5,5	3,6	7,3	5,7	6,8
2009	2,4	-4,9	9,0	3,0	-1,7	6,7	6,4	6,3
2010	3,4	7,2	6,5	4,2	2,8	6,4	7,6	6,8
2011 ^a	3,7	6,2	4,6	4,2	3,4	6,1	6,7	7,2
IPC								
Dez-08	13,2	13,7	9,9	9,7	9,5	13,5	16,6	6,2
Dez-09	14,0	5,8	7,6	2,5	6,3	12,2	9,9	4,2
Dez-10	15,3	7,4	6,3	2,9	3,5	5,6	7,9	16,6
Dez-11	11,4	9,2	7,7	6,5	6,1	19,8	7,2	5,5
Taxa de câmbio*								
Dez-08	0,2	26,2	2,5	16,6	38,0	13,9	24,9	6,1
Dez-09	18,6	12,3	-1,1	-7,9	-21,7	1,9	-3,2	9,7
Dez-10	3,8	-3,2	7,1	2,8	-10,7	10,7	3,2	19,3
Dez-11	1,1	16,0	8,0	-3,0	22,2	6,7	7,0	-20,5

Fontes: Autoridades Estatísticas Oficiais e World Economic Outlook (Outubro 2011)

Notas: ^a previsão. ^b realizado. *Em relação ao Dólar norte-americano.

2.2. Preços das Mercadorias

Os preços das principais mercadorias com impacto na conta corrente e inflação tiveram, em geral, uma tendência altista (Quadro 3), sendo de destacar o do gás, com uma variação anual de 38,7%.

Quadro 3: Preços de Mercadorias Seleccionadas no Mercado Internacional

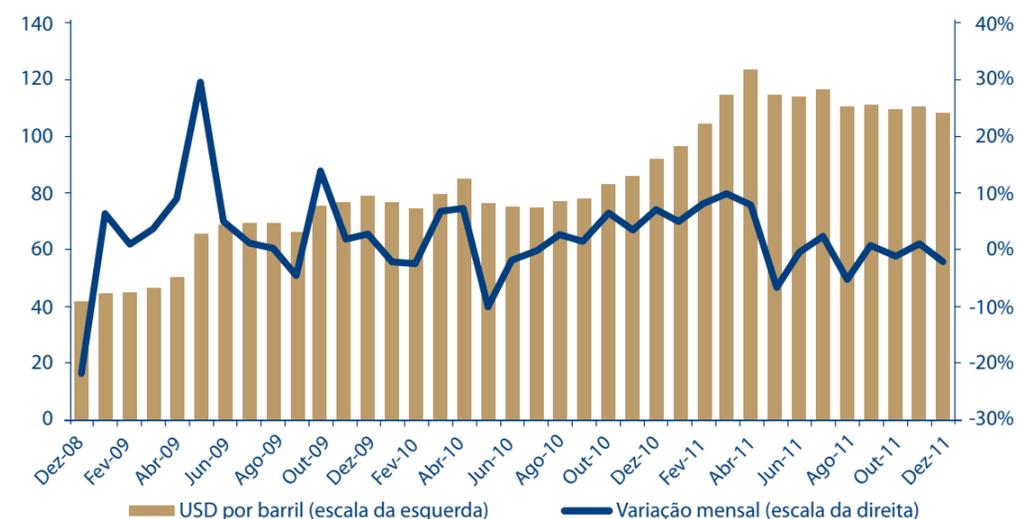
Produto	Unidade	Dez-10	Mar-11	Jun-11	Set-11	Dez-11	var. anual (%)	var. média anual (%)
Brent	USD/barril	91,80	114,44	113,76	110,88	107,97	17,6	39,32
Alumínio	USD/MT	2.356,67	2.555,5	2.557,76	2.293,46	2.024,39	-14,1	10,85
Ouro	USD/onça	1.419,45	1.422,11	1.527,16	1.770,98	1.637,56	15,4	26,89
G. Natural	USD/MT	314,28	328,32	360,0	399,96	435,96	38,7	28,87
Açúcar	USD/libra	31,09	25,90	24,96	26,64	23,43	-24,6	18,43
Trigo	USD/MT	306,52	316,77	326,45	315,92	269,03	-12,2	41,36
Arroz	USD/MT	536,78	515,17	518,09	615,55	580,12	8,1	6,08
Milho	USD/MT	250,63	290,43	310,54	296,30	258,44	3,1	56,96
Algodão	USD/MT	168,22	229,67	164,93	116,60	95,45	-43,3	49,65

Fonte: Reuters & FMI

Os factores que determinaram as variações homólogas dos preços das principais mercadorias foram:

Petróleo: Em Dezembro de 2011, o preço médio o barril de Brent foi de USD 107,97, correspondendo a um aumento anual de 17,6% (gráfico 1), devido, basicamente, à “Primavera Árabe”.

Gráfico 1: Preço do Petróleo (Brent) no Mercado Internacional



Ouro: valorizou, em termos homólogos e média anual em 15,4% e 26,89% respectivamente, devido, essencialmente, aos receios em torno da crise da dívida europeia e de abrandamento da economia dos Estados Unidos da América.

Algodão: o preço reduziu em termos homólogos em 43,3%, justificado pelo enfraquecimento da procura global, a reflectir problemas financeiros na Europa e nos Estados Unidos da América;

Açúcar: o preço deste produto reduziu no ano em 24,6%, devido a uma maior oferta por parte do Brasil, da Tailândia, da Austrália e da Rússia.

Trigo: o preço médio internacional do trigo reduziu em 12,2%, após ter incrementado no ano anterior, devido à decisão da Rússia de liberalizar a sua exportação.

Milho: o preço incrementou em 3,1%, devido ao aumento da pressão da procura por parte dos produtores de proteínas animais e, também, ao crescimento do consumo para a produção do etanol.

3. Conjuntura Interna

3.1. Sector Real

3.1.1. Preços

Em termos de inflação média anual, o ano de 2011 foi caracterizado por dois momentos, nomeadamente, de fortes pressões inflacionárias, que vai de Janeiro a Abril e de ligeiro abrandamento nos restantes meses do ano.

Dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, indicam que a inflação, medida a partir da variação do IPC da Cidade de Maputo registou uma variação homóloga de 5,46%, abaixo do programa para o período em 1,74 pontos percentuais, enquanto a média anual foi de 10,35%, contra os 12,7% registados no ano anterior.

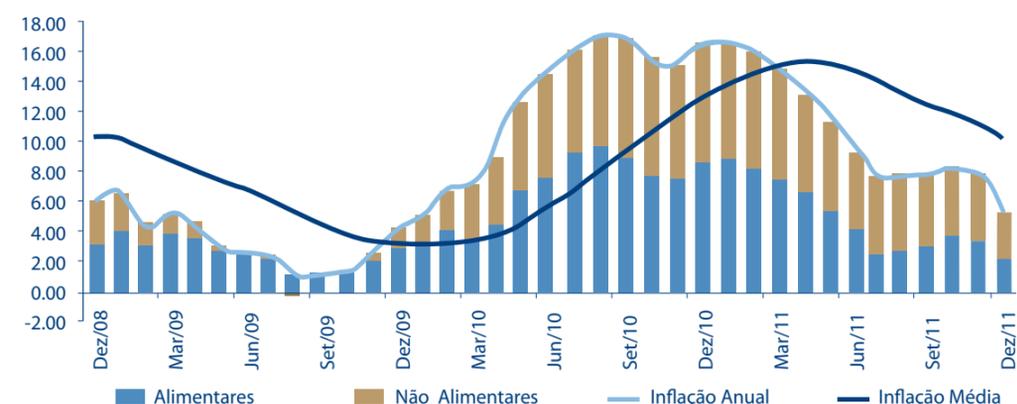
A análise do comportamento da inflação, ao longo do ano, sugere a desagregação dos seus determinantes em três momentos, nomeadamente:

i) **Janeiro a Abril** - retorno da inflação a sua trajectória sazonal neste período, isto é, de uma variação mensal de 2,05%, em Janeiro para 0,04% em Abril de 2011, tendo, a anual, atingido os 13,04% em Abril depois dos 16,62% em Dezembro de 2010, determinado por uma maior oferta de frutas e vegetais.

ii) **Maio a Setembro** - oscilação relativa, justificada pela revisão em alta dos preços dos combustíveis líquidos, não obstante a desaceleração dos preços das frutas e vegetais que se prolongou até Outubro.

iii) **Outubro a Dezembro** - retorno da pressão inflacionária, devido ao efeito sazonal das expectativas em torno da quadra festiva cujo impacto foi menos acentuado, quando comparado com os dois últimos anos, sendo que 1,77 pontos percentuais da inflação acumulada no ano foi observada neste período.

Gráfico 2: Inflação Anual na Cidade de Maputo



As contribuições mais expressivas na variação anual foram das classes de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis, educação e transportes, com um total de 4,32 pp. Entretanto, as classes de comunicações e saúde foram as que amorteceram o impacto inflacionário, com uma contribuição global negativa de 0,07 pp.

De forma específica, a tendência de refreamento da inflação anual resultou da variação menos acentuada dos preços da classe dos produtos alimentares (5,71%) face aos anteriores 22,09% ocorridos em Dezembro de 2010, contribuindo com 2,17 pp na variação anual em 2011. No conjunto desta classe, o destaque vai para a subcomponente de frutas e vegetais, cuja contribuição, no indicador geral, apresentou uma trajectória de queda marcadamente na primeira metade do ano, tendo, no entanto, no final do ano contribuindo com 1,11 pp, equivalente a uma variação anual de 7,72% no período em análise face os 39,6% em 2010.

Os preços dos produtos não alimentares apresentaram um movimento descendente desde Fevereiro de 2011, tendo culminado com uma variação de 5,3% em Dezembro de 2011, depois de 9,86% em igual período de 2010. O agravamento do preço das propinas do ensino superior na

magnitude de 106%, em Fevereiro de 2011, cujo efeito prolongou-se ao longo do ano, conjugado com o ajustamento em alta dos preços dos combustíveis líquidos por quatro vezes, foram determinantes para o agravamento do índice desta classe.

Os produtos que mais contribuíram para a inflação foram os seguintes (quadro 4):

- **Frutas e vegetais:** variação anual de 7,22%, depois de 39,57% em Dezembro de 2010, devido, basicamente, a uma maior oferta, bem como o impacto da apreciação do Metical face ao Rand em 34%, factores que se reflectiram na redução dos preços do coco (13,85%), da cebola (3,63%) e da batata-reno (1,78%), parcialmente amortecidos pelo aumento dos preços do amendoim (22,13%), de tomate (18,7%) e do feijão manteiga (13,14%).

- **Cereais e derivados:** redução anual em 0,25% contra um aumento de 9,7% em 2010 resultante, fundamentalmente, da queda dos preços do trigo, apesar do aumento moderado do preço do arroz no mercado internacional.

- **Combustíveis líquidos:** aumento anual do preço em 15,31% contra 49,51% em Dezembro de 2010, devido, essencialmente, ao ajustamento administrativo tanto da gasolina como do gasóleo em 18,80% e 18,82%, respectivamente.

Quadro 4: **Produtos com Maior Contribuição para Inflação Anual**

Inflacionista			Deflacionista		
Produtos	Contr. (pp)	Var. (%)	Produtos	Contr. (pp)	Var. (%)
Carvão vegetal	0,65	19,26	Veículos em segunda mão	- 0,18	- 9,86
Ensino superior público	0,58	105,60	Coco	- 0,15	- 13,85
Amendoim (casca e miolo)	0,50	22,13	Arroz grão	- 0,08	- 2,04
Gasolina	0,49	18,80	Cebola	- 0,07	- 3,63
Tomate	0,48	18,70	Telemóveis	- 0,06	- 12,27
Peixe fresco,	0,39	16,48	Ovos frescos	- 0,03	- 8,16
Açúcar amarelo	0,23	26,35	Frango Morto	- 0,03	- 2,12
Feijão manteiga	0,21	13,14	Frigorífico	- 0,03	- 1,43
Carne de bovino	0,18	11,28	Batata reno fresca	- 0,02	- 1,78
Gasóleo	0,12	18,82	Caldos	- 0,02	- 3,32
Refeições em restaurantes	0,11	8,89	Sumo de frutas	- 0,02	- 3,15
Óleo	0,11	6,83	Receptores de televisão	- 0,02	- 3,96
Outros	2,33		Outros	- 0,22	
Sub-total	6,38		Sub-total	- 0,93	

Fonte: INE

O indicador de inflação usado para efeitos de monitoramento do impacto da política monetária, o core inflation, que exclui Frutas e Vegetais (IPCXFRVEG) reduziu em 6,97 pp em relação ao período homólogo de 2010, passando para 5,14%.

Por outro lado, a variação do índice de preços no consumidor que exclui os produtos com preços administrados desacelerou dos 18,21% em Dezembro de 2010 para 5,64%.

Quadro 5: **Variação Anual do IPC da Cidade de Maputo**

	Dez-10	Mar-11	Jun-11	Set-11	Dez-11
IPC	16,62	14,73	9,27	7,80	5,46
Alimentares	22,09	19,20	10,29	7,49	5,71
Frutas e Vegetais	39,57	28,76	6,00	5,85	7,22
Não Alimentares	9,86	10,00	7,36	6,39	5,30
Combustíveis	49,51	45,29	13,21	15,31	15,31
<i>Core Inflation</i>					
IPCx Admin	18,21	16,24	10,24	8,53	5,64
IPCx Frut&Veg	12,11	11,95	9,99	7,87	5,14
IPCx FrutVegAdm	13,35	13,59	11,34	8,78	5,33
IPCx Combust	15,83	14,08	9,05	7,35	4,99

Fonte: INE

A desaceleração da inflação no ano de 2011 foi determinada por uma série de factores, sendo de destacar:

Factores internos:

(i) A manutenção dos preços de alguns produtos administrados, com elevado peso no índice geral, nomeadamente, os transportes semiolectivos, consultas médicas em serviços públicos, consumo de água potável, consumo de electricidade, pão e trigo;

(ii) Maior oferta de frutas e vegetais na cintura verde da Cidade de Maputo;

(iii) O bom desempenho do sector agrícola e das pescas, com impacto na oferta de cereais e mariscos;

(iv) A apreciação da moeda nacional face ao Rand sul-africano e em relação ao Dólar dos Estados Unidos da América com impacto refreador nos preços dos bens importados da África do Sul e noutros bens não oriundos da República da África do Sul;

(v) Medidas de política monetária, tomadas pelo Banco de Moçambique, com efeitos na contracção do crédito e na respectiva demanda agregada.

Factores externos:

(i) A queda, no ano, do preço do trigo no mercado internacional, conjugado com a apreciação do Metical face ao Dólar dos Estados Unidos da América;

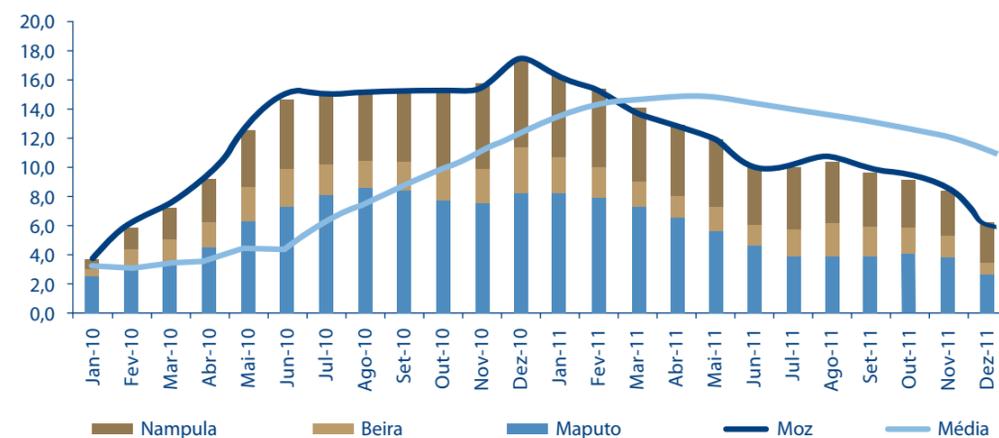
(ii) Estabilidade dos preços dos bens alimentares na vizinha África do Sul, com destaque para os de sumos de fruta, leite e derivados.

Comportamento do IPC Agregado: IPC Moçambique

A inflação compilada a partir da variação anual do IPC-Moçambique – que agrega os Índices de Preços no Consumidor das cidades da Beira, Nampula e Maputo – situou-se nos 6,14%, em Dezembro de 2011, depois de 17,44% no período homólogo do ano anterior, enquanto a média anual continuou a sua tendência de desaceleração anual, fixando-se em 11,17% no ano em consideração.

Para esta tendência, foi determinante a desaceleração dos preços dos bens alimentares em 14,46 pontos percentuais, para 7,17%.

Gráfico 3: **Evolução Anual do IPC Moçambique**



A classe de habitação, água, electricidade, gás e outros, e a dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, foram as que mais contribuíram para a inflação, com 0,30 e 0,27 pontos percentuais, respectivamente.

Em termos de produtos, os que mais contribuíram para a variação positiva do IPC- Moçambique, no ano, bem assim as respectivas contribuições foram: peixe fresco, refrigerado ou congelado (0,69 pp), carvão vegetal (0,55 pp), peixe seco (0,38 pp), açúcar amarelo granulado (0,35 pp), gasolina para veículos de transporte pessoal (0,35 pp), amendoim em casca e miolo (0,31 pp), ensino superior (0,29 pp), mandioca seca (0,29 pp), óleo (0,19 pp), farinha de milho (0,19 pp), gasóleo para veículos de transporte pessoal (0,17pp), tomate (0,13 pp), entre outros.

Tais incrementos foram parcialmente amortecidos pela redução dos preços dos seguintes produtos: coco (0,2 pp), motorizadas (0,1 pp), milho em grão branco (0,07 pp), receptores de televisão (0,06 pp), entre outros.

3.1.2. Produto Interno Bruto

Em 2011, o crescimento económico, medido a partir da variação do Produto Interno Bruto a preços constantes de 2003, não ajustado à sazonalidade, foi de 7,1%, o que representa uma aceleração de 30 pontos base quando comparado com o de 2010, tendo sido determinado pelos seguintes sectores:

- Serviços financeiros, com uma taxa de crescimento de 22,1%, representando uma aceleração de 11,6 pp em relação ao ano anterior;
- Indústria de extracção mineira, que cresceu em 18,9%, contra os 5,1% do ano anterior, estimulado pelo início de exploração do carvão;
- Serviços de Administração Pública, com uma taxa de crescimento de 16,0%, após 8,7% do período anterior;
- Transportes e comunicações, com um crescimento de 8,9%, contra os 13,7% em 2010;
- Agricultura, Pecuária e Silvicultura, com um crescimento de 8,1%, mais 3,2 pontos percentuais em relação ao ano de 2010;
- Comércio e serviços de reparação, com 6,2%, o que equivale a uma desaceleração quando comparado com os 10,93% do ano anterior;
- Electricidade e Água com 6,1%, sendo que em 2010 foi de 5,6%;
- Educação, com 6,6%, após 8,6% em 2010, entre outros.

Quadro 6: Produto Interno Bruto na Óptica da Produção

Designação	Variações (pp.)		Contribuição (pp.)	
	2010	2011	2010	2011
Agricultura	4,88	8,14	1,16	1,9
Pescas	5,63	5,29	0,08	0,07
Indústria de Extração Mineira	5,06	18,93	0,06	0,21
Indústria Transformadora	2,76	2,86	0,35	0,35
Electricidade e Água	5,64	6,1	0,28	0,3
Construção	3,55	3,77	0,12	0,13
Comércio e Serv. Reparação	10,93	6,15	1,26	0,74
Hotéis e Restaurantes	7,57	4,77	0,12	0,08
Transportes e Comunicações	13,69	8,86	1,48	1,02
Serviços Financeiros	10,53	22,12	0,54	1,18
Alug. Imo. Serv. Prest. Emp.	2,49	0,48	0,17	0,03
Administração Pública	8,75	16,05	0,32	0,59
Educação	8,6	6,58	0,33	0,26
Saúde e Acção Social	6,06	7,08	0,08	0,1
Outros Serviços	2,4	0,45	0,04	0,19
SIFIM*	3,72	17,21		
Valor Acresc. preços básicos	6,92	7,08		
Impostos sobre Produtos	5,29	7,76		
PIB a preços de mercado	6,77	7,15	6,77	7,15

Fonte: INE

Os sectores que mais contribuíram para o aumento da actividade económica no ano em análise foram os da agricultura (1,9 pp), serviços financeiros (1,18 pp), transportes e comunicações (1,02 pp), comércio (0,74 pp), indústria transformadora (0,35 pp) e electricidade e água (0,3pp), cujo peso agregado totaliza cerca de 69,3% do produto interno bruto nacional em 2011.

Em termos de estrutura, a participação sectorial no ano em análise foi a seguinte:

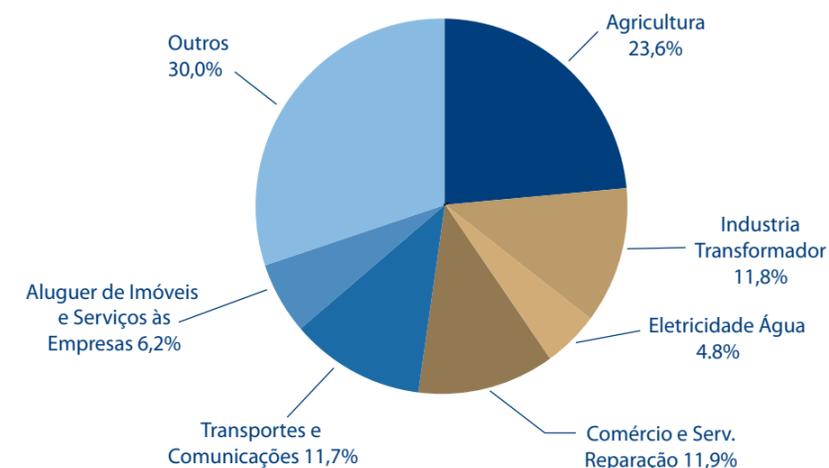
Agricultura pecuária e silvicultura e actividades relacionadas: participou com 23,6%;

Indústria Transformadora: com cerca de 12%;

Transportes e Comunicações: com 12%, porém 1,48 pontos percentuais abaixo da de 2010;

Comércio e Reparação: com 11,9% do volume PIB em 2011, em face da desaceleração do seu ritmo de crescimento quando comparado com o do ano anterior;

Gráfico 4: Peso de Sectores Seleccionados no PIB – 2011



3.2. Finanças Públicas

Os quadros 7 e 8 apresentam a evolução mais recente e alguns indicadores do programa orçamental para 2011 e o seu nível de execução. Especificamente as principais directrizes apresentadas no mesmo são:

- Arrecadação das receitas totais no valor de 75.696 milhões, contra a realização de 80.625,0 milhões de meticais (21,2% do PIB), que corresponde a uma realização face ao programado de 106,5%.
- Previsão de realização de despesas totais e empréstimos líquidos no montante de 126.905 milhões de Meticais, tendo sido realizados 131.905 milhões de meticais (34,7% do PIB), este nível de despesa corresponde à 103,9%.
- Défice global após donativos foi de 22.649 milhões de meticais (6% do PIB), contra um valor programado de 23,302 milhões de meticais.
- O défice primário situou-se em 11.312 milhões de meticais (3% do PIB), face aos -12.459 milhões previstos para o mesmo período.

Quadro 7: Programa de Execução Orçamental (milhões de meticais)

Rubricas	2010	2011	Varição Nominal 2011 (%)	Em % do PIB 2010	Em % do PIB 2011
Receitas Totais	63.476	80.625	27,0	20,7	21,2
Receitas Fiscais	56.575	68.269	20,7	18,5	18,0
Imposto sobre Rendimento	18.496	24.888	34,6	6,0	6,6
Impostos sobre Bens e Serviços	27.568	33.764	22,5	9,0	8,9
Imposto sobre Comércio Externo	5.236	6.726	28,5	1,7	1,8
Outros Impostos	5.275	2.891	(45,2)	1,7	0,8
Receitas Não Fiscais	1.848	2.283	23,5	0,6	0,6
Receitas Próprias	2.207	2.940	33,2	0,7	0,8
Receitas de Capital	1.398	1.355	(3,1)	0,5	0,4
Taxas e Receitas Consignadas	1.448	5.778	299,0	0,5	1,5
					0,0
Despesas Totais e Empr. Líquidos	99.981	131.905	31,9	32,7	34,7
Despesa Corrente	59.637	71.496	19,9	19,5	18,8
Despesa de Investimento	41.379	56.750	37,1	13,5	14,9
Empréstimos Líquidos	1.938	3.659	88,8	0,6	1,0
Outras Despesas/Receitas	(2.972)	103	(103,5)	(1,0)	0,0
					0,0
Donativos	26.188	28.632	9,3	8,6	7,5
Indicadores de Desempenho Fiscal					
Saldo Global. Antes Donativos	(36.505)	(51.280)	40,5	(11,9)	(13,5)
Saldo Global. Após Donativos	(10.317)	(22.649)	119,5	(3,4)	(6,0)
Saldo Primário Interno	(9.109)	(11.312)	24,2	(3,0)	(3,0)

Fonte: Ministério das Finanças

Quadro 8: Indicadores Orçamentais Seleccionados, em % do PIB

Rubricas	2007	2008	2008	2010	2011
Receitas Totais	16,4	16,9	17,8	20,7	21,2
Despesas Totais	28,9	29,4	32,5	32,7	34,7
Saldo Global Antes Dos Donativos	(12,5)	(12,5)	(14,7)	(11,9)	(13,5)
Donativos	9,6	10,0	9,5	8,6	7,5
Saldo Global Após Donativos	(2,9)	(2,5)	(5,3)	(3,4)	(6,0)
Crédito Líquido ao Governo	0,2	(0,9)	0,3	(0,6)	(1,4)
Empréstimos Externos Líquidos	2,5	3,0	5,1	3,9	4,5
Saldo Primário Interno	(2,5)	(3,3)	(4,0)	(3,0)	(3,0)

Fonte: Ministério das Finanças

3.2.1. Receitas

Em 2011, o Estado arrecadou receitas num valor total 80.625 milhões de meticais, acima do programado em cerca de 14 pontos percentuais, montante que corresponde a um crescimento nominal de 27% e cerca de 21,2% do PIB correspondente a uma aceleração de cerca de 0,5 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Daquele montante, cerca de 68.269 milhões de meticais (correspondente a cerca de 84,7% do total de recursos captados) são receitas fiscais enquanto os restantes representam outras categorias de receitas, nomeadamente, receitas não fiscais (0,6% do PIB), receitas próprias (0,8% do PIB), receitas de capital (0,4% do PIB) e taxas e receitas consignadas (1,5% do PIB). A desagregação da receita fiscal permite constatar o seguinte:

Os impostos sobre os rendimentos totalizaram cerca de 24.888 milhões de meticais (6,6% do PIB, mais 60 pontos base em relação a 2010), um crescimento nominal anual de 34,6%. No entanto, o peso desta rubrica na estrutura das receitas fiscais acelerou em 3,0 pp passando para 36,0%. O nível de realização desta rubrica superou em 13,1 pp a projecção do ano, tendo contribuído para este desempenho os seguintes factores:

- (i) Receita de anos anteriores, como resultado da aplicação da Lei nº 8/2011, que estabeleceu o perdão dos juros e multas para dívidas não pagas até 2010;
- (ii) Pagamentos por conta efectuados por empresas com período diferente ou por adiantamento ao pagamento por conta; e
- (iii) Aumento do montante cobrado nos rendimentos de Bilhetes do Tesouro e de Obrigações do Tesouro.

A cobrança do imposto sobre bens e serviços permitiu arrecadar 33.764 milhões de meticais, representando um crescimento nominal anual de 22,5%, correspondente a 49,5% do total das receitas fiscais e um crescimento nominal de 22,5%.

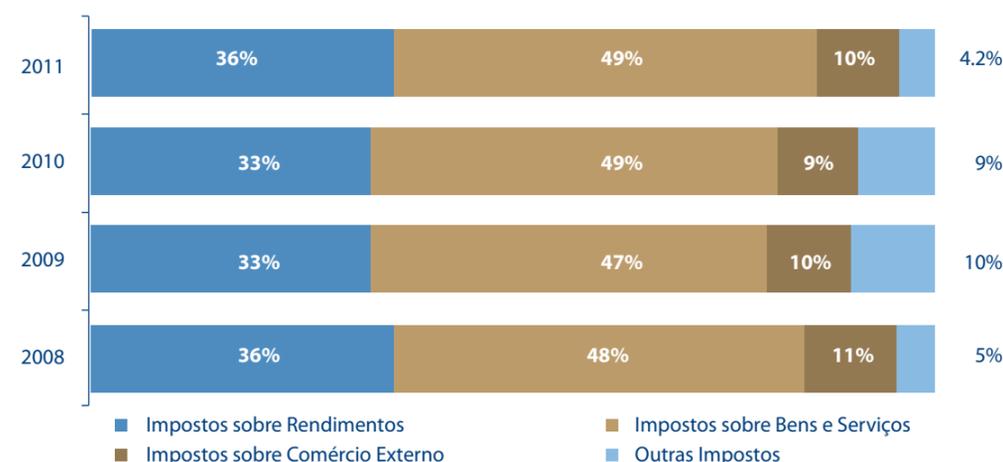
Tal crescimento foi determinado por todas as categorias, nas seguintes magnitudes:

- **Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)**, com um crescimento anual de 22,6%, destacando-se as componentes do IVA sobre as importações que registou 35,6%, para um montante correspondente a 6,4% do PIB (aceleração de 2,0 pp em relação ao exercício anterior), enquanto a arrecadação nas operações internas foi de cerca de 7.967 milhões de meticais, situando-se 7,3 pp abaixo da previsão para o período em análise;
- **Imposto sobre o comércio externo** – Nesta rubrica foram arrecadados cerca de 6.726 milhões de meticais, equivalente a uma expansão nominal anual 28,5% e um peso no PIB de 1,8%, uma aceleração de 10 pontos base em relação ao ano anterior.

- **Outros impostos** - a arrecadação nesta categoria atingiu os cerca de 2.891 milhões de meticais, 4,2% do total das receitas fiscais, correspondente a uma redução anual de 45,2%, contra o crescimento de 27% registado em 2010.

No período em análise, assinala-se igualmente, o facto das receitas próprias e consignadas, terem registado um desempenho positivo com taxas de crescimento nominais de 33,2% e 299%, respectivamente.

Gráfico 5: Estrutura das Receitas Fiscais



3.2.2. Despesas Totais e Empréstimos Líquidos¹

A desagregação das despesas mostra que:

A. Despesa Corrente

Em 2011, a despesa corrente totalizou cerca de 71.496 milhões de meticais (crescimento nominal anual de 19,9%) e uma desaceleração do seu peso no PIB em cerca de 30 pb e um nível de realização do programa de cerca de 18,8% do PIB contra 19,5% em 2010), quando o programa desenhado para o período previa uma alocação no equivalente a 19,8% do PIB.

Desagregando esta categoria pelas suas componentes, nota-se que:

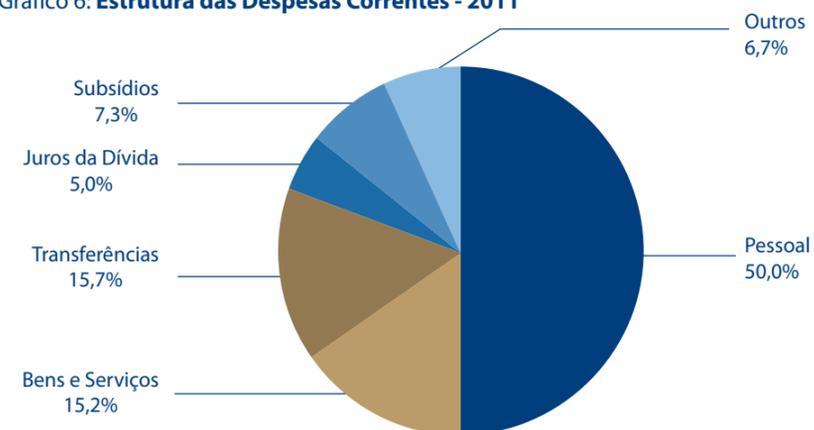
- **Despesas com pessoal** – As despesas com o pagamento de salários e remunerações foram de cerca de 35.662 milhões de meticais, equivalentes a 98,8% do valor programado e um incremento nominal anual de 24,3% (9,4% do PIB), mais 70 pontos base do apurado

¹ As despesas totais incorporam as despesas correntes e de investimento. As despesas correntes correspondem aos gastos que os órgãos e instituições do Estado têm feito de forma rotineira em cada exercício económico. As despesas de investimento consistem na criação de novo stock de capital, como por exemplo construções de estradas, pontes entre outros. Os empréstimos líquidos referem-se aos empréstimos concedidos pelo Tesouro às empresas públicas..

em 2010. O comportamento desta rubrica foi determinado pelos novos ingressos na função pública, com destaque para os sectores de saúde e de educação, para dar vazão ao alargamento da rede sanitária e escolar, bem como as despesas decorrentes das progressões e promoções em face da conclusão do nível de escolaridade e a atribuição dos subsídios de localização.

- **Despesas em bens e serviços** – Os gastos com a contratação de bens e serviços totalizaram 10.820 milhões de meticais, tendo, o respectivo peso na despesa total acelerado 5,3 pp em relação ao ano anterior, para 15,7% no total da despesa pública, e um crescimento, no ano, de 6,9%
- **Transferências correntes** – Os gastos com transferências correntes totalizaram cerca de 11.226 milhões de meticais, equivalentes a um incremento nominal de 18,8% e um peso na despesa pública total excluindo os empréstimos líquidos de 8,8% (desaceleração de 80 pb em relação ao ano de 2010).
- **Subsídios** – O montante gasto em subsídios no ano de 2011 representou cerca de 7,3% das despesas correntes, sendo de destacar o valor pago às gasolinhas em cerca de 4.093 milhões de meticais e 359 milhões de meticais às moageiras e panificadoras em face das medidas de contenção do custo de vida adoptadas pelo Governo em 2010.
- **Outras despesas correntes incluindo as despesas de capital** – o montante gasto nesta categoria totalizou os 4.138 milhões de meticais, com destaque para o reembolso do IVA e o pagamento de salários relativos às admissões ocorridas no último trimestre de 2010.
- **Encargos com a dívida pública** – No ano em análise, os gastos com os encargos da dívida pública foram na ordem de 3.583 milhões de meticais, correspondentes ao pagamento de juros da dívida interna e externa, nos montantes de 2.589 milhões de meticais e 994 milhões de meticais, respectivamente, com destaque para a remuneração dos Bilhetes do Tesouro.

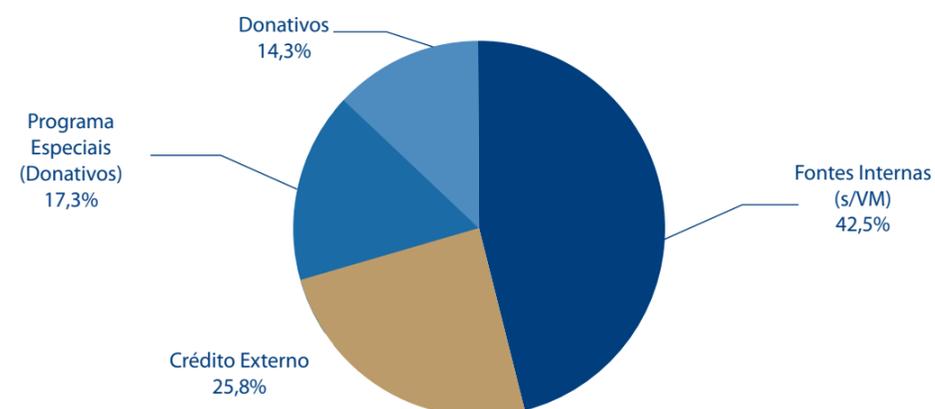
Gráfico 6: Estrutura das Despesas Correntes - 2011



B. Despesas de Investimento

O programa orçamental para 2011 previa a realização de despesas de investimento num montante de 44.267 milhões de meticais, dos quais, 25.500 milhões de meticais² seriam financiados com recursos externos. Dados preliminares indicam que o montante efectivamente realizado foi de 56.750 milhões de meticais cerca de 28 pontos percentuais acima do programado, tendo sido financiado, através da entrada de recursos externos em cerca de 77,8%, o que permitiu mais espaço para a realização de mais investimentos públicos. O montante alocado ao investimento representa cerca de 14,9% do PIB, o que equivale a aceleração de 1,4 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

Gráfico 7: Fontes de Financiamento do Investimento - 2011



C. Empréstimos Líquidos

Os empréstimos líquidos do tesouro público às empresas totalizaram 3.658,6 milhões de meticais no período em análise, sendo, basicamente, na forma de garantias e vales do Estado às empresas com endividamento externo.

² As despesas de investimento representam 43,0% do total das despesas (incluindo empréstimos líquidos), o que resulta num crescimento em 1,6 pp face ao registado em 2010.

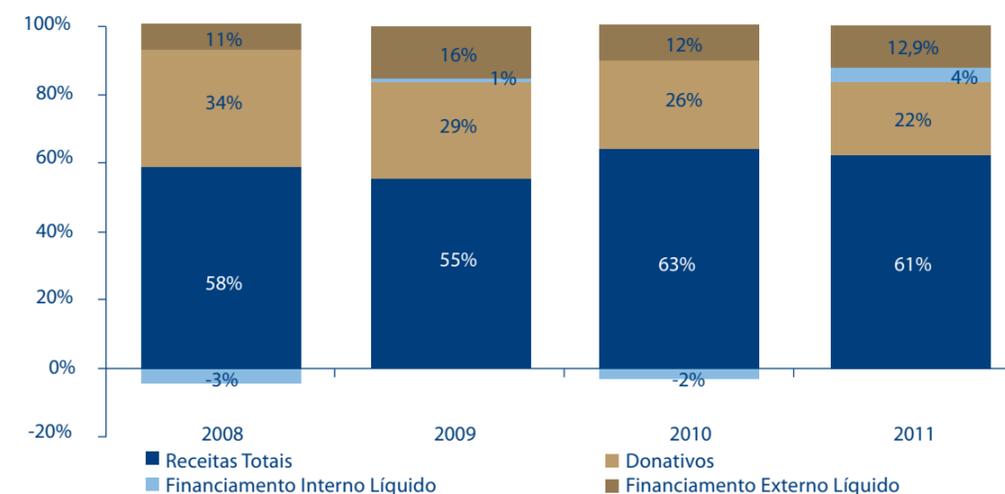
3.2.3. Saldo Orçamental e Fontes de Financiamento

O programa orçamental para 2011 previa que, conjugadas as despesas e as receitas, o défice global antes de donativos seria de cerca de 51.209 milhões de meticais, o qual seria financiado com recurso aos donativos externos no valor de 27,907 milhões, e o remanescente por créditos externos e internos.

Para a cobertura das despesas totais efectivadas durante o ano, o Estado recorreu às seguintes fontes de financiamento:

- Receitas totais: 80.625 milhões de meticais equivalentes a 61% do total de recursos financeiros usados no ano.
- Donativos: 28.632 milhões de meticais correspondentes a 22% do total de recursos financeiros do orçamento, estes registaram uma redução em 4,0 pontos percentuais, comparativamente ao peso que detinham em 2010 ao mesmo tempo que se situou 2,6 pontos percentuais acima do valor projectado para 2011.
- Empréstimos externos líquidos: 17.055 milhões de meticais, correspondentes a uma aceleração em 90 pontos base em relação à 2010 para um peso de 12,9% no total das fontes de financiamento. Este aumento espelhou em parte o incremento nominal dos desembolsos em 39% face ao incremento da amortização da dívida externa em 8,3%, o que resultou no aumento global nominal dos empréstimos líquidos em 5.012,5 milhões de meticais.

Gráfico 8: Fontes de Financiamento do Orçamento



3.3. Sector Monetário

3.3.1. Programa Monetário

O programa económico e financeiro para 2011, revisto em Outubro do mesmo ano, definiu como objectivos finais da política macroeconómica do Governo, os seguintes: (i) o crescimento do PIB real de 7,2%; (ii) uma inflação anual e média móvel de 12 meses de 8,4% e 10,8%, respectivamente, e (iii) um saldo de reservas internacionais líquidas de USD 2.030 milhões no final do ano, equivalente a 4,5 meses de cobertura das importações de bens e serviços não factoriais, incluindo as dos grandes projectos. Estas metas pressupunham do lado monetário, uma expansão da massa monetária (objectivo intermédio), mensurada pelo seu agregado mais amplo de moeda (M3), não superior a 11,7% e da base monetária (BaM), variável operacional da política monetária não superior a 13,2%.

Nesse contexto, a execução da política monetária continuaria a privilegiar os instrumentos disponíveis nos mercados interbancários para regular a liquidez no sistema bancário, nomeadamente, a emissão e colocação de Bilhetes de Tesouro e as operações de títulos de acordo de recompra, realizadas no Mercado Monetário Interbancário (MMI), bem como as intervenções no Mercado Cambial Interbancário (MCI).

Para prossecução dos principais objectivos da política macroeconómica, a implementação da política monetária ao longo de 2011 foi caracterizada por dois momentos distintos, nomeadamente:

- No primeiro semestre, devido à pressão inflacionária iniciada em 2010, o Banco de Moçambique, prosseguiu com uma política monetária mais prudente: (i) revisão em alta das taxas de juro de referência e o coeficiente de reservas obrigatórias; (ii) intensificação das intervenções no MCI para satisfazer a procura de divisas; e (iii) reforço das intervenções no MMI visando a esterilização da liquidez excedentária.
- No segundo semestre, período caracterizado pelo retorno à estabilidade dos preços domésticos e dadas as previsões optimistas da inflação e dos agregados monetários, o Banco de Moçambique decidiu: (i) baixar a taxa de juro da FPC e o coeficiente de reservas obrigatórias, por duas vezes consecutivas; (ii) assegurar um maior espaço monetário realizando compras de divisas no MCI; e (iii) reduzir as intervenções de esterilização de liquidez no mercado monetário interbancário. Por outro lado, manteve a postura de participação total na cobertura cambial da factura de importação dos combustíveis líquidos iniciados em Agosto de 2010.

Efectivamente, até Julho de 2011, visando conter a pressão inflacionária, o Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique decidiu pela revisão em alta da taxa de juro da FPC em 100 pontos base para 16,5%, da taxa de juro da FPD em 100 pb para 5,0% e do coeficiente de reservas obrigatórias em 50 pontos base para 9,0%. Entretanto, devido à estabilidade dos preços e às previsões inflacionárias optimistas, em Agosto e Dezembro reviu em baixa a taxa de juro da

Facilidade Permanente de Cedência em 150 pontos base passando para 15,0% e o coeficiente de reservas obrigatórias em 50 pontos base para 8,5%.

O Quadro 09 apresenta as principais metas, obrigatórias e indicativas, do programa monetário para 2011 e o respectivo grau de execução.

Quadro 9: Principais Metas do Programa Monetário e Realização

Agregados	Realizado		Metas
	Dez -2010	Dez-2011	Dez -2011
Objectivos finais			
Inflação homóloga (%)	16,6	5,5	8,4
Inflação média anual (%)	12,7	10,4	10,8
RIL 's (USD 10^6)	1.907,9	2.239,9	2.030,0
Meses de cob. de imp. (incl GP)	4,4	5,2	4,5
Objectivos intermédios			
CLG sistema (Fluxo, MZN 10^6)	-1.737,0	5.584,5	2.896,0
Variação do M3 (%)	22,8	8,1	11,7
Variação do M2 (%)	17,6	21,9	17,2
Variável Operacional (saldo médio)			
BaM (MZN 10^6)	31.851,0	33.274,8	36.053,0
Variação da BaM (%)	35,0	4,5	13,2

Fonte: DEE- BM

3.2.4. Base Monetária

No final de 2011, o saldo da base monetária foi de 34.311,1 milhões de meticais, correspondendo a um fluxo de 2.692,8 milhões (8,5%) e 1.480,9 milhões de meticais (-4,1%) abaixo da meta estabelecida para o período. A expansão deste agregado, no ano, decorreu do acréscimo simultâneo das notas e moedas em circulação em 1.452,1 milhões de meticais (7,1%) e das reservas bancárias com um fluxo de 1.240,8 milhões de meticais (11,1%), dos quais 711,4 milhões de meticais estão denominados em moeda nacional. Em termos de saldo médio diário, em Dezembro de 2011, este foi de 33.274,8 milhões de meticais, equivalente a uma variação anual de 1.423,7 milhões de meticais (4,5%) e menos 2.778,2 milhões de meticais (-7,7%) relativamente ao valor programado para o mesmo período.

É de notar que apesar do aumento observado no ano, comparativamente aos anos anteriores, a expansão da base monetária foi moderada, devido, fundamentalmente, à desaceleração ocorrida no crescimento das notas e moedas em circulação, resultante da melhoria da gestão da liquidez ociosa por parte das Instituições de Crédito, evitando acumular somas avultadas nas suas tesourarias, bem como pelo efeito do aperfeiçoamento do SNP, com a introdução e uso de

meios alternativos ao numerário e pelo efeito das intervenções regulares efectuadas pelo BM nos mercados interbancários.

No que tange ao comportamento das notas e moedas, graças as medidas de sensibilização das instituições de crédito para uma gestão mais prudente da liquidez, adoptadas pelo Banco de Moçambique, estas registaram um acréscimo anual mais baixo dos últimos 3 anos, tendo se situado abaixo da meta para o período em 1.751,3 milhões de meticaís (-7,4%), não obstante a ocorrência dos seguintes eventos que actuaram no sentido de expansão:

- Levantamento de numerário realizado por diferentes agentes económicos destinados, essencialmente, para a campanha de comercialização agrícola, com destaque para as de tabaco, cereais e oleaginosas, nas zonas Centro e Norte do país.
- O desembolso de fundos pelo Estado, no âmbito do Fundo de Desenvolvimento de Iniciativa Local, realizado na sua maioria nos distritos onde a cobertura bancária é ainda incipiente, contribuiu para o fraco retorno dos mesmos para o sistema bancário;
- Acumulação, por prudência destes, de elevados saldos em tesouraria dos bancos, na última quinzena de Dezembro, para fazer face a uma eventual pressão dos clientes junto do sistema bancário.

O quadro 10 apresenta os saldos no dia 31 de Dezembro das componentes da Base Monetária, comparando com as respectivas metas.

Quadro 10: **Base Monetária e suas Componentes, saldos em 10⁶ MT**

	Dez -2010	Dez-2011	Meta	
			Saldo	Verificação Anual
Base Monetária	31,618	34,311	35,792	13,2%
Notas e Moedas em Circulação	20,447	21,899	23,650	15,7%
Reservas Bancárias	11,172	12,412	12,142	8,7%

Fonte: DEE- BM

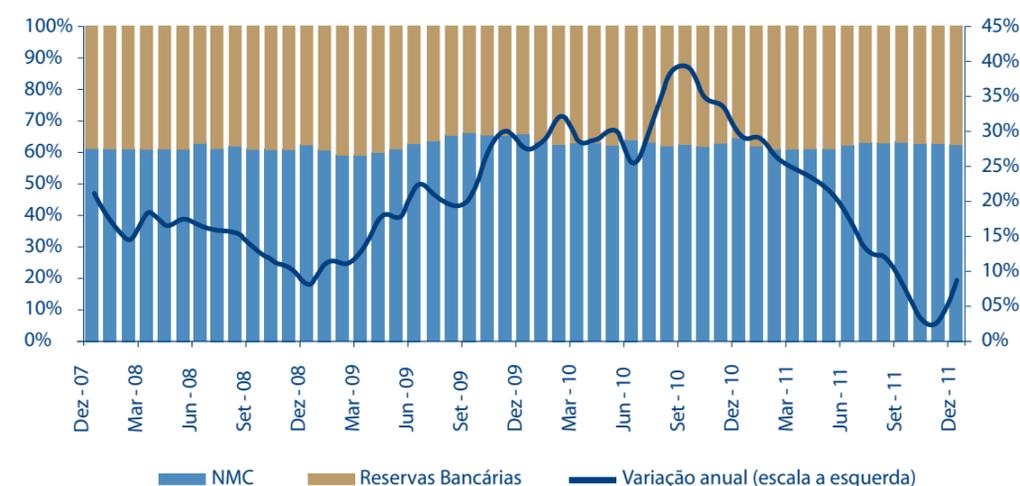
O saldo das reservas bancárias situou-se acima do valor programado em 270,4 milhões de meticaís (2,2%), um acréscimo anual de 1.240,8 milhões de meticaís (11,1%), dos quais 711,4 milhões referem-se a componente constituída em moeda nacional e os restantes 529,4 milhões de meticaís aos depósitos em moeda estrangeira no Banco de Moçambique.

O aumento das reservas bancárias, denominadas em moeda nacional, foi determinado por:

- Injecção líquida de liquidez pelo Estado, no âmbito da execução orçamental, no montante global de 23.432,0 milhões de meticaís;
- Vencimento líquido de obrigações de tesouro no valor de 349,8 milhões de meticaís; e
- Vencimento líquido das aplicações na janela de *Reverse-Repós* no valor de 16,6 milhões de meticaís.

Os aumentos acima reportados foram amortecidos pelas seguintes operações: (i) vendas líquidas de divisas no mercado cambial interbancário, no contravalor de 12.088,7 milhões de meticaís, menos 12.234,9 milhões em relação ao ocorrido em 2010; (ii) emissão líquida de Bilhetes do Tesouro em 5.573,5 milhões de meticaís; (iii) aplicação líquida de fundos pelas instituições de crédito na janela de FPD no valor de 4.097,7 milhões de meticaís; (iv) vencimento líquido da FPC no montante de 415,9 milhões de meticaís; e (v) levantamentos líquidos de numerário pelas instituições de crédito na ordem de 152,2 milhões de meticaís.

Gráfico 9: **Estrutura da Base Monetária e Taxa de Crescimento**



3.2.5. Mercados Interbancários

Contrariamente ao que tinha ocorrido no ano anterior, o período em análise foi caracterizado por uma forte aderência das instituições de crédito aos instrumentos do mercado monetário, com maior apetência para os Bilhetes do Tesouro e as Facilidades Permanentes de Depósito. Em contrapartida, observou-se uma substancial redução na procura de liquidez por parte dos intervenientes do mercado monetário, particularmente por via do recurso à FPC. No mercado cambial, diferentemente dos anos anteriores onde o Banco de Moçambique posicionava-se apenas do lado das vendas, no ano em revista, foi por várias vezes chamado a intervir comprando os excessos de divisas que os bancos iam exibindo neste segmento de mercado. Em resultado, em 2011, a esterilização de liquidez foi assegurada pelos dois segmentos, ao contrário do ocorrido no ano anterior, em que a mesma foi determinada maioritariamente por via do mercado cambial, através da venda de divisas (Quadro 11).

A. Mercado Monetário Interbancário

Os resultados das intervenções do Banco de Moçambique no mercado monetário em 2011 foram:

- Emissão e colocação de Bilhetes do Tesouro no valor nominal de 42.475 milhões de meticaís, contra um vencimento de 36.902 milhões de meticaís, tendo resultado numa emissão líquida de 5.574 milhões de meticaís, aumentando a carteira nominal destes títulos para 22.857 milhões de meticaís em 31 de Dezembro de 2011, após atingir um máximo de 25.331 milhões de meticaís no último dia de Outubro do mesmo ano.

Do montante em carteira, no final de Dezembro de 2011, 91,2% estavam na posse das instituições financeiras, mais 1,2 pp que no final do ano anterior e o remanescente em poder das instituições não financeiras e do público em geral. Ainda no mesmo período, na estrutura em termos de maturidade, continuou a predominar as de maturidades mais longas (364 dias), apesar da alteração das preferências a favor do prazo médio (182 dias) registado em Maio de 2011. Com efeito, em Dezembro de 2011, 72,0% dos bilhetes de tesouro em carteira tinham a maturidade de 364 dias, contra 61,6% no final do ano anterior, enquanto, os bilhetes de tesouro com o prazo de 91 dias passaram de 34,7% do total em Dezembro de 2010 para apenas 9,0% em Dezembro de 2011, alteração justificadas pelas expectativas dos intervenientes quanto à possível redução das taxas de juros neste segmento de mercado e do andamento da inflação no curto e médio prazo.

- Emissão e colocação de 10.570 milhões de meticaís nas operações reverse-repo, valor totalmente utilizado e integralmente reembolsado pelas instituições de crédito, resultando num saldo nulo no final do ano, após uma emissão e resgate de 1.298 milhões de meticaís em 2010.

Adicionalmente, as operações realizadas por iniciativa das instituições de crédito no mercado monetário resumiram-se no seguinte:

- Aplicações na FPD de um montante global e acumulado de 122.439 milhões de meticaís, representando uma média de 190 milhões de meticaís por operação, contra apenas 13.388 milhões de meticaís aplicados em 2010, correspondentes, a uma média de 69 milhões de meticaís por operação. O aumento de aplicações nesta janela deveu-se, em parte, ao incremento do excesso temporário de liquidez no sistema bancário conjugado com o ajustamento em alta da taxa de juro desse instrumento, decidido no início do ano.
- Solicitações de liquidez por parte das instituições de crédito através da janela da FPC, tendo atingido 163.479 milhões de meticaís, correspondendo a uma média por operação de 270,7 milhões de meticaís, contra os 406.929 milhões de meticaís (1.696 milhões de meticaís por operação), no ano anterior. A redução das contratações de liquidez através desta janela sugere uma menor procura de recursos financeiros por parte das instituições de crédito junto do Banco de Moçambique, em parte, como reflexo do excesso temporário de liquidez acima referido, bem como a subida do custo de contratação ocorrido ao longo do primeiro semestre do ano.
- Permuta de fundos entre as instituições de crédito durante o ano, que totalizou 157.998 milhões de meticaís, equivalente a uma média por operação de 50.9 milhões de meticaís, contra 172.443 milhões de meticaís (uma média de 51 milhões de meticaís por operação).

B. Mercado Cambial Interbancário

- Ao longo de 2011, as intervenções do Banco de Moçambique no mercado cambial, resultaram nas seguintes operações:
- Venda de divisas aos bancos comerciais, no montante global de USD 570 milhões em 2011, uma redução de USD 219,3 milhões em relação às do ano anterior derivada da redução da procura de divisas manifesta pelos bancos neste segmento de mercado.
- Compra de divisas dos bancos comerciais, no montante de USD 183 milhões contra os USD 41 milhões absorvidos em 2010, com maior concentração no terceiro trimestre do ano. O aumento de compra de divisas foi determinado essencialmente pela maior entrada na forma de receitas de exportações, transferências de ONG's, Investimento Directo Estrangeiro, empréstimos recebidos e outros passivos, perfazendo um total de USD 1.655 milhões, contra USD 1.229 milhões em 2010.
- Transacções entre as Instituições de Crédito no mercado cambial interbancário no valor de USD 896 milhões, após USD 323 milhões no ano anterior, perfazendo uma média por operação de USD 4 milhões, contra USD 1.5 milhões em 2010.

Quadro 11 : Operações dos Mercados Interbancários

	2009	2010	2011
Mercado monetário (10⁶ MT)			
Bilhetes do Tesouro emitidos	29.026	18.770	42.475
Bilhetes do Tesouro reembolsados	25.624	29.051	36.902
Repos emitidos	41.716	27.373	10.570
Repos reembolsado	41.716	27.373	10.570
Mercado cambial (USD 10⁶)			
Divisas vendidas	798	789	570
Divisas compradas	0.0	41	183
Liquidez esterilizada (10⁶ MT)			
Mercado monetário	-862	10.281	-5.574
Mercado cambial	-21.405	-24.323	-12.084
Mercado monetário Saldos (10⁶ MT)			
Bilhetes do Tesouro	22.602	13.551	22.857
91 dias	1.060	4.702	2.009
182 dias	2.394	502	4.490
364 dias	19.149	8.348	16.358
Valor médio por operação (10⁶ MT)			
FPD	150	69	190
FPC	149	1.696	271
Permutas	50	51	51
Taxas de Juro (em %)			
FPD	3,0	4,0	5,0
FPC	11,50	15,5	15,0
Permutas	7,95	13,14	11,67
Bilhetes do Tesouro			
91 dias	9,5	14,78	11,80
182 dias	10,34	15,01	12,11
364 dias	11,01	15,47	12,27

Fonte: DEM - BM

Nota: * valor agregado de repos e reverse repos.

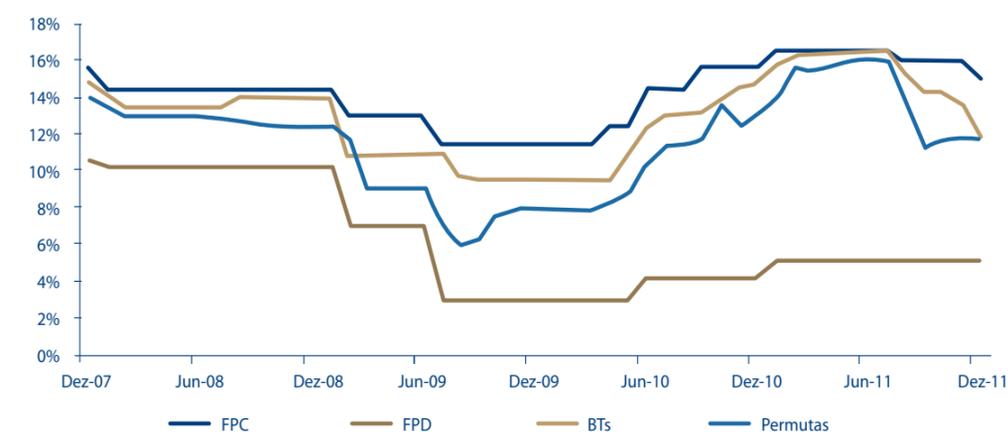
3.2.6. Taxas de Juro

A. Mercado Monetário Interbancário

Em face das medidas de política monetária tomadas pelo Banco de Moçambique, as taxas de juro de outros produtos financeiros transaccionados no MMI também seguiram a mesma trajectória das taxas de juro de referência do Banco de Moçambique, sendo que as dos BT 's para todas as maturidades, assumiram, na segunda parte do ano, uma tendência decrescente, tendo para os prazos de 91, 182 e 364 dias reduzido em 298 pb, 290 pb e 320 pb em relação às praticadas em Dezembro de 2010, passando para 11,80%, 12,11% e 12,27%, respectivamente. Por sua vez, a taxa de juro média das permutas de liquidez entre as instituições de crédito reduziu de 13,14% em Dezembro de 2010 para 11,67% no fecho Dezembro do ano em análise.

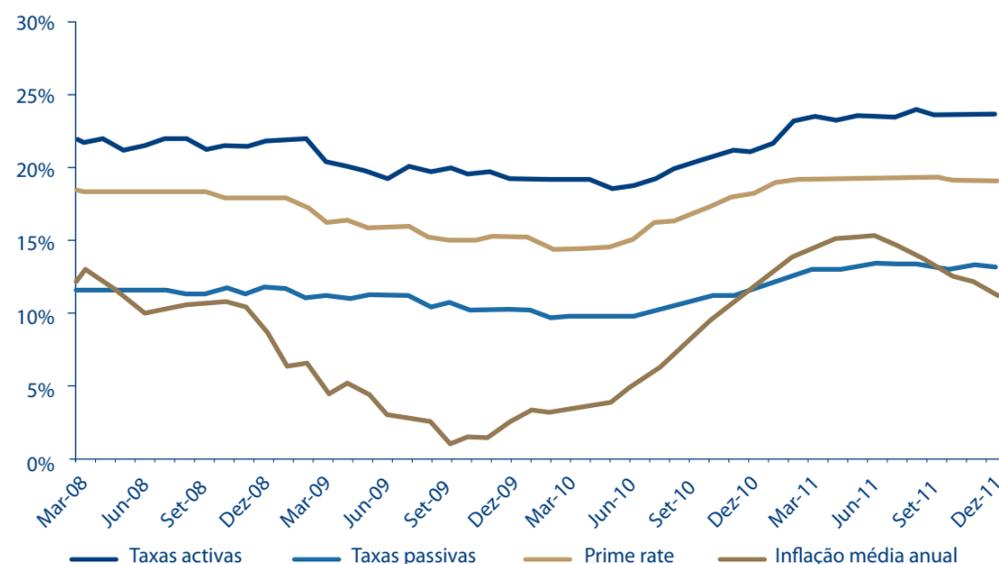
B. Taxas a Retalho

Gráfico 10: Taxas de Juro do Mercado Monetário Interbancário



Ao contrário do sentido assumido pelas taxas de juro do mercado primário, e aos sinais emitidos pelo Banco de Moçambique, as taxas de juro praticadas pelos bancos nas transacções com o público em geral indicam que as taxas de juro médias nominais de empréstimos em moeda nacional para o prazo de um ano, incrementaram em 201 pb face ao fecho de 2010, para 23,68%, enquanto a dos depósitos para o mesmo prazo aumentaram em cerca de 118 pb para 13,35% (Gráfico 11). Com estas variações, o diferencial entre as mesmas aumentou em cerca de 83 pb, para 10,32 pp em Dezembro de 2011. Por seu turno, a *prime rate* também incrementou em 70 pb em relação à Dezembro de 2010, fixando-se em 19,7%.

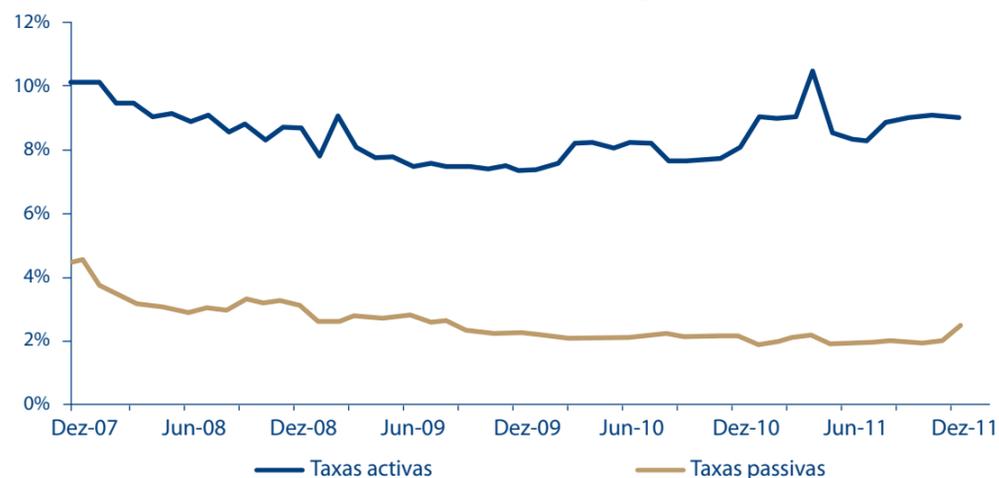
Gráfico 11: Taxas de Juro Médias Nominais em Moeda Nacional e Inflação



Dada a desaceleração da inflação média anual ao longo de 2011, as taxas de juro reais aceleraram, tendo a média dos empréstimos para maturidade de um ano passado para 13,33% (aceleração de 4,33pp), enquanto a dos depósitos se situou em 3% em Dezembro de 2011, após 0,52% no período homólogo do ano anterior.

Tendência idêntica também seguiu para a remuneração das operações em moeda estrangeira, com as taxas de empréstimos de um ano a acelerarem em 104 pb para 8,71% e as de depósitos em 42 pb para 2,13%. (Gráfico 12). Com esta evolução, o *spread* entre as activas e as passivas incrementou em 62 pb para 6,58 pp.

Gráfico 12: Taxas de Juro Médias Nominais em Moeda Estrangeira



Caixa 1: Medidas de Política Monetária Tomadas pelo Banco de Moçambique em 2011

A evolução da inflação no ano em análise reflectiu, substancialmente, as medidas de política monetária tomadas pelo Banco Central a partir de Abril do ano anterior. Tais medidas foram tomadas tendo em conta a evolução dos principais indicadores económico-financeiros do País, principalmente os agregados monetários, as projecções destes indicadores no curto e médio prazos, os objectivos macroeconómicos estabelecidos para finais de 2011 e 2012, nomeadamente as metas de crescimento do PIB e inflação, e os riscos prevaletentes na economia internacional, onde se destacou a crise da dívida soberana nos países da Zona do Euro. Assim, ao longo de 2011, o Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique tomou as seguintes medidas de política monetária:

- Alteração do coeficiente de reservas obrigatórias, consubstanciada pela revisão em alta em 25 pb através do Aviso nº 1/GBM/2011, de 24 de Janeiro, tendo passado para 9,00%, seguida da revisão em baixa, por duas vezes, Avisos nº 6/GBM/2011, de 10 de Agosto, e nº 7/GBM/2011, de 27 de Dezembro, num total de 50 pontos base (25 pb em Agosto e 25 pb em Dezembro);
- Alteração da taxa da facilidade permanente de cedência de liquidez, materializada pela sua revisão em alta em 100 pb em Janeiro, tendo passado para 16,50%, seguida de duas reduções num total de 150 pb (50 pb em Agosto, 100 pb em Dezembro);
- Revisão em alta da taxa da facilidade permanente de depósito em 100 pb em Janeiro, tendo passado para 5,00%, taxa que se manteve inalterada até ao final do ano; e
- Intensificação das intervenções nos mercados interbancários, com destaque para o mercado cambial, dada a tendência do incremento das compras e redução das vendas de divisas, mas também, no mercado monetário, por forma a assegurar o cumprimento das metas do saldo da base monetária, variável operacional da política monetária.

Adicionalmente, estas medidas de política monetária foram acompanhadas por outras acções do Banco Central, no âmbito das suas atribuições, visando assegurar o alcance do seu principal objectivo, preservação do valor da moeda nacional, nomeadamente:

- Manutenção da participação na cobertura cambial da totalidade da factura de combustíveis líquidos, medida implementada a partir de Agosto de 2010;
- Entrada em vigor a 11 de Julho de 2011 da nova Lei Cambial (Lei nº 11/2009, de 11 de Março) e respectivo Regulamento (Decreto nº 83/2010, de 31 de Dezembro),

complementados pelos Avisos nº 4/GBM/2011, de 8 de Julho (fontes de alimentação das contas em moeda estrangeira tituladas por pessoas colectivas residentes) e nº 5/GBM/2011, também de 8 de Julho (abertura de contas de residentes em moeda estrangeira);

- Introdução do novo Regulamento do Mercado Cambial Interbancário, através do Aviso nº 2/GBM/2011, de 27 de Abril; e
- Introdução da nova série de notas do Metical, através do Aviso 3/GBM/2011, de 16 de Junho, tendo em conta a adequação das suas características às exigências do estágio de desenvolvimento do sistema nacional de pagamentos e avanços na tecnologia da sua produção.

Para a desaceleração da inflação contribuíram também: (i) a apreciação do metical em relação às moedas dos principais parceiros de Moçambique no comércio internacional, com destaque para o dólar norte-americano e o rand; (ii) as medidas de contenção do custo de vida implementadas pelo Governo, nomeadamente a manutenção dos preços da maioria dos produtos com preços administrados ao longo do ano; (iii) o incremento da oferta de produtos alimentares, com destaque para frutas e vegetais; (iv) a evolução favorável dos preços dos principais produtos importados por Moçambique no mercado internacional, entre outros factores.

3.3.5. Taxas de Câmbio

Em 2011, o comportamento do Metical face às moedas dos principais parceiros de Moçambique foi no geral, no sentido de apreciação, com maior persistência e intensidade nos primeiros meses do ano e uma depreciação moderada em alguns meses no segundo semestre.

Com efeito, a cotação do Dólar Americano no último dia de Dezembro de 2011, no MCI, foi de 27,14 meticais, representando uma apreciação anual de 17,33%, contra uma depreciação anual de 19,34% no período homólogo de 2010.

Ao longo do ano em referência, a taxa de câmbio teve dois momentos distintos, nomeadamente, um primeiro de fortalecimento da moeda nacional e o segundo de uma relativa estabilidade.

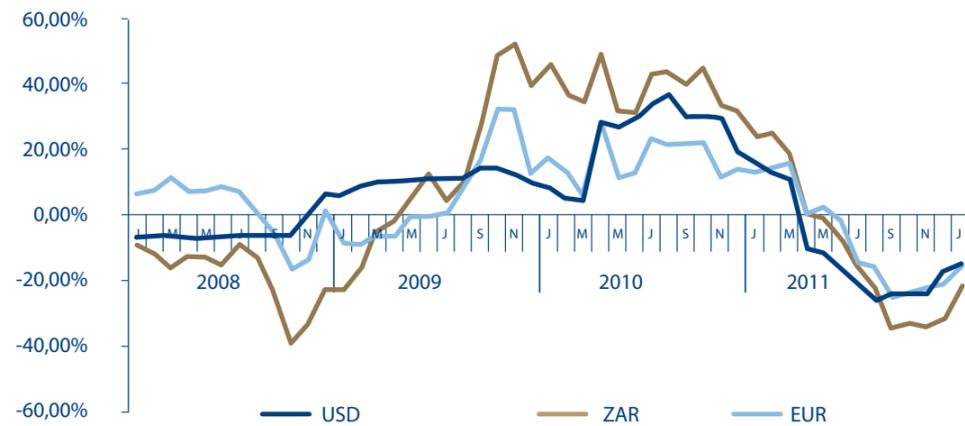
Os principais factores que concorreram para o primeiro foram:

- As intervenções efectuadas pelo BM nos mercados interbancários, esterilizando todos os excessos de liquidez em moeda nacional no contexto da implementação de política monetária mais prudente, iniciada em 2010;
- Maior disponibilidade de divisas por parte das instituições de crédito, associada ao aumento das expectativas dos investidores em relação à evolução da economia nacional, em face da recente descoberta de recursos naturais e do crescente fluxo de investimento directo estrangeiro, bem como da entrada em vigor, a 11 de Julho de 2011, do actual Regulamento da Lei Cambial; e
- Enfraquecimento do Dólar dos EUA no mercado internacional, sobretudo no primeiro semestre.
- O segundo momento foi determinado por:
- Medidas tendentes à criação de espaço monetário, tomadas a partir de Agosto de 2011, visando incentivar os bancos a expandir o crédito ao sector privado; e
- Tendência de fortalecimento do Dólar americana nos mercados internacionais, no último trimestre do ano, após meses sucessivos de forte depreciação, a reflectir os sinais de retoma daquela.

Como resultado da crise da dívida pública na zona do euro e da volatilidade de fluxo de capitais que afectou os países emergentes, incluindo a África do Sul, com impacto negativo na confiança dos investidores, o Metical apreciou em relação ao Euro e ao Rand em 31,64% e 20,92%, respectivamente, tendo se fixado em 3,37% e 35,65%, no dia 31 de Dezembro de 2011.

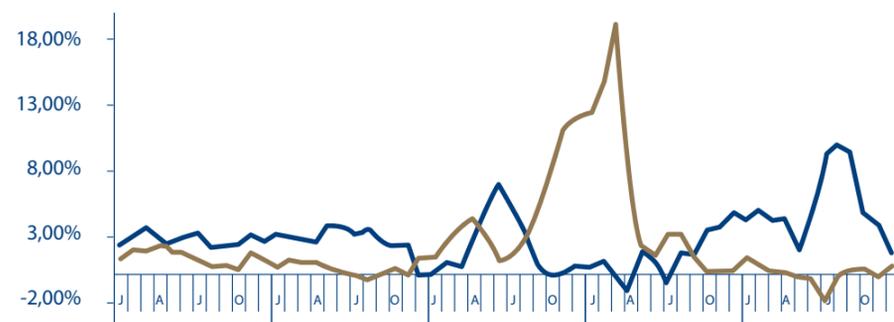
No segmento dos bancos comerciais com o público, o Dólar Americano estava cotado ao câmbio de 27,26 meticais, equivalente a uma apreciação anual de 16,48%. De forma similar, a taxa de câmbio das transacções realizadas pelas casas de câmbio com os seus clientes, apreciou em 20,49%, tendo, no último dia, sido transaccionado a 27,67 meticais por dólar, equivalente a uma depreciação de 13,84%.

Gráfico 13: **Variação Anual da Taxa de Câmbio Nominal**



O comportamento do Metical em relação ao Dólar nos diversos segmentos do mercado resultou numa volatilidade do *spread* entre as taxas médias das casas de câmbio e dos bancos comerciais, tendo atingido o pico de cerca 9,0% no terceiro trimestre, após 4,3% nos primeiros dois trimestres, comportamento que não é de todo alheio o nervosismo gerado no mercado por parte de alguns intervenientes, associado à entrada em vigor do actual Regulamento da Lei Cambial, em Julho de 2011, que, entre outros aspectos, altera os procedimentos de levantamentos de numerário em divisas, para além de restringir as transacções das casas de câmbios apenas às pessoas singulares. No entanto, a partir de Setembro do mesmo ano, o *spread* mostrou sinais de abrandamento até atingir níveis abaixo de 1%.

Gráfico 14: **Diferencial das Taxas de Câmbio Nominais (MZN/USD)**

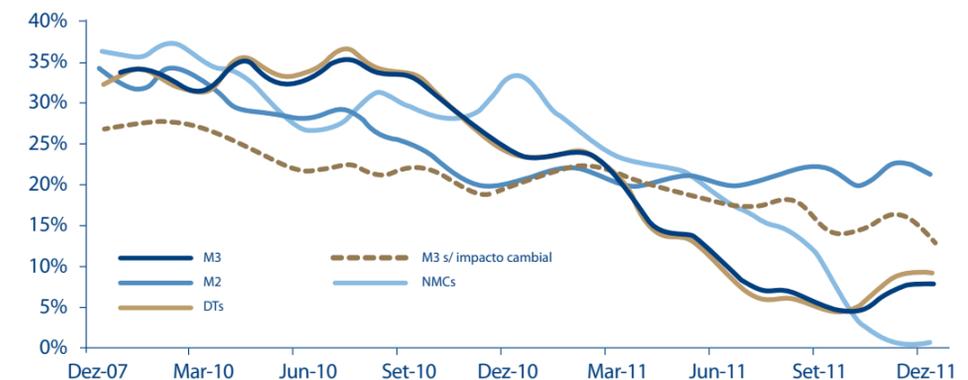


3.3.6. Massa Monetária

Em Dezembro de 2011, o saldo do agregado mais amplo de moeda - M3 – composto pelas notas e moedas do Metical fora do sistema bancário e pelos depósitos de residentes em meticais e em moeda estrangeira no sistema bancário nacional, excluindo os do Estado e das instituições monetárias, foi de 143.861,4 milhões de meticais, correspondente a um fluxo anual de 10.608,9 milhões de meticais (variação homóloga de 7,8%, menos 18,1 pp em relação a expansão de 2010) (Quadro 12).

A desaceleração do crescimento deste agregado em 2011 reflectiu, dentre outros factores, os seguintes: (i) medidas restritivas de política monetária, implementadas em 2010 e primeiro semestre do ano em análise; (ii) impacto expressivo da apreciação da moeda nacional, face às moedas dos principais parceiros comerciais do país, que concorreu para uma queda dos depósitos em moeda estrangeira, quando convertidos para meticais; e (iii) desaceleração do crescimento das notas e moedas em circulação.

Gráfico 15: **Variações Anuais dos Agregados Monetários**



Decompondo a massa monetária pelas suas componentes, constata-se que os depósitos totais foram os que mais contribuíram para a expansão do indicador, com um fluxo anual de 10.449,6 milhões de meticais (7,8%), dos quais a maior parte foi determinada pelo aumento dos depósitos em moeda nacional no valor global de 18.455,4 milhões de meticais (expansão anual de 26,4%), tendo sido contrabalançado pela queda significativa dos depósitos em moeda estrangeira, num montante de 8.087,8 milhões de meticais (-17,5%), devido, essencialmente, ao efeito da apreciação cambial.

Em termos de titularidade, o incremento anual dos depósitos em moeda nacional foi determinado pelas empresas não financeiras no montante global de 9.454,0 milhões de meticais e por outros sectores residentes, que incluem particulares, no valor de 8.704,2 milhões de meticais, enquanto a redução dos denominados em moeda estrangeira decorreu da queda dos titulados pelas empresas não residentes em 5.313,4 milhões de meticais e dos outros residentes na ordem de 2.763,2 milhões de meticais.

As principais fontes de criação monetária no ano foram:

- Injecção de liquidez pelo Estado por via da compensação de cheques e do Sistema de Transferência de Fundos (STF) no âmbito da execução orçamental, no montante global de 23.432,0 milhões de meticaís, mais 3,3% em relação ao realizado em 2010
- Expansão do crédito bancário à economia no valor de 5.800,6 milhões de meticaís;
- Entrada de fundos externos na forma de empréstimos e donativos, excluindo os grandes projectos, sendo que as empresas públicas beneficiaram de desembolsos no montante de USD 199,6 milhões, atenuados pelo reembolso de fundos realizado pelos privados no valor global de USD 48,5 milhões.

Quadro 12: **Evolução dos Meios Totais de Pagamentos (10⁶ MT)**

	Dez - 10	Dez -11	Variação Anual			
			Nominal	%		
NMC	17.393,6	17.475,6	82,0	0,5		
Depósitos MN	69.826,0	88.281,4	18.455,4	26,4		
M2	87.219,6	105.757,0	18.537,4	21,3		
Depósitos em ME	46.192,2	38.104,4	-8.087,8	-17,5		
ME – USD	1.417,8	1.395,3	-22,6	-1,6		
M3 c/ Impacto Cambial	133.411,8	143.861,4	10.449,6	7,8		
Impacto Cambial	-3.969,9	600,0				
M3 sem Impacto Cambial	137.381,7	143.261,5				
Depósitos ME (% do M3)	34,6	26,5				
Depósitos Totais						
	Saldos - 10 ⁶ MT		Estrutura (%)		Variação (%)	
	Dez -10	Dez -11	Dez - 10	Dez -11	Nominal	%
Meticaís	69.826,0	88.281,4	60,2	69,9	18.455,4	26,4
Empresas	28.351,6	37.805,6	24,4	29,9	9.454,0	33,3
Admin. Est. e Locais	1.253,8	1.551,0	1,1	1,2	297,2	23,7
Outros Sect. Residentes	40.220,6	48.924,8	34,7	38,7	8.704,2	21,6
Moeda Estrangeira	46.192,2	38.104,4	39,8	30,1	-8.087,8	-17,5
Empresas	30.542,5	25.229,1	26,3	20,0	-5.313,4	-17,4
Admin. Est. e Locais	121,7	110,5	0,1	0,1	-11,2	-9,2
Outros Sect. Residentes	15.528,0	12.764,8	13,4	10,1	-2.763,2	-17,8
Depósitos a Ordem (DO)	73.744,5	80.162,5	63,6	63,4	6.418,0	8,7
Depósitos a Prazo (DP)	42.273,7	46.223,3	36,4	36,6	3.949,6	9,3

Fonte: DEE

Expurgando o efeito da apreciação anual do Metical³ em relação ao Dólar Americano de 16,2%, o M3 expandiu em 13,3% no ano em análise, após 20,1% observado em 2010.

³ Com base na taxa de câmbio de valorimetria utilizada na compilação das contas monetárias para conversão dos valores em USD para meticaís.

3.3.7. Crédito à Economia

A. Financiamento Interno

O saldo do endividamento do sector privado junto ao sistema bancário nacional no final de Dezembro de 2011 foi de 98.172,8 milhões de meticaís, correspondendo a um incremento de 5.800,6 milhões de meticaís (6,3%) relativamente ao do período homólogo do ano anterior, menos 23,0 pp em relação à expansão verificada em 2010, decréscimo justificado essencialmente, pelo efeito da apreciação nominal do Metical sobre o crédito em moeda estrangeira e o impacto da política monetária prudente adoptada desde 2010 e que visava repor a estabilidade macroeconómica, nomeadamente, o percurso da inflação.

No que se refere ao incremento verificado no ano, o mesmo foi determinado pela componente denominada em moeda nacional, que expandiu em 11.176,7 milhões de meticaís (17,1%), perante uma redução da parte em moeda estrangeira, em 5.376,1 milhões de meticaís (-19,8%), equivalente a USD 36,0 milhões. Em face desta evolução, o peso relativo da componente em moeda nacional sobre o endividamento total aumentou no ano em 7,2 pontos percentuais para 77,8%.

Retirando o impacto da apreciação do Metical face ao Dólar Americano sobre o crédito em moeda estrangeira, que no ano foi de 4.204,5 milhões de meticaís, o agregado cresceu em 10,8% no ano, ainda assim, muito aquém dos 25,3% registados em 2010.

Do total do crédito concedido pelo sector bancário nacional em 2011 nas duas moedas, o sector privado beneficiou de um fluxo anual de 4.917,9 milhões de meticaís, equivalente a um crescimento de 5,9% e o crédito concedido as empresas públicas não financeiras incrementou em 862,4 milhões de meticaís (10,5%). Com estas variações, a contribuição do crédito ao sector privado no total reduziu em 40 pb para 90,5%, enquanto o peso do canalizado ao sector público não financeiro fixou-se em 9,3% em Dezembro de 2011, após 8,9% no período homólogo de 2010.

A distribuição do fluxo anual do crédito por sectores foi a seguinte:

- **Particulares:** com um fluxo de 6.552,8 milhões de meticaís (39,3%);
- **Construção:** com um incremento de 893,9 milhões de meticaís (14,3%);
- **Comércio:** com 359,8 milhões de meticaís (2,1%); e
- **Agricultura:** cresceu em 199,8 milhões de meticaís (+3,4%).

Quadro 13: Comportamento do Crédito à Economia

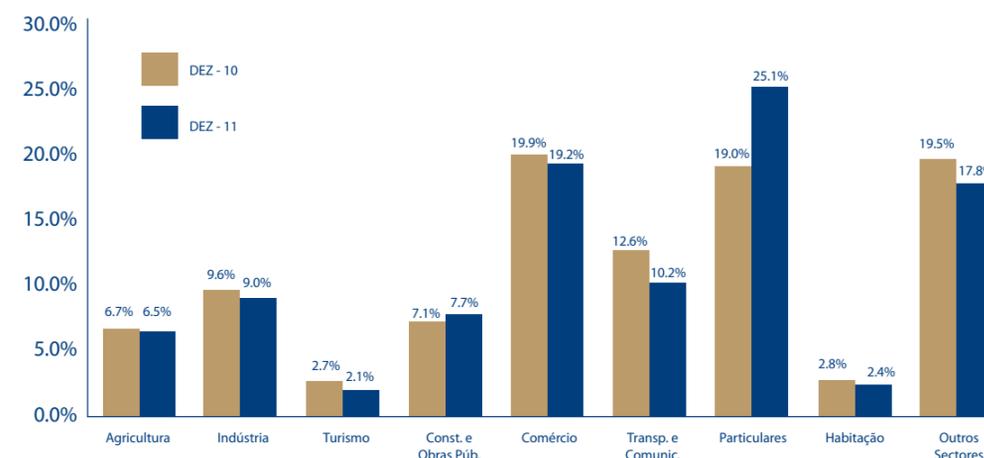
	Saldo em 10 ⁶ MT		Variação	
	Dez - 09	Dez - 10	Nominal	%
Moeda Nacional	65.207,9	76.384,6	11.177	17,1
Moeda Estrangeira	27.164,3	21.788,2	-5.376	-19,8
Moeda Estrangeira (USD10 ⁶)	833,8	797,8	-36	-4,3
Impacto Cambial	-2.334,6	343,1		
CE com Impacto Cambial	92.372,2	98.172,8	5.801	6,3
Saneamentos	4.922,8	5.377,7		
Total com saneamentos	97.295,0	103.550,5	6.256	6,4

	Beneficiários do Crédito					
	Saldos em MT		% do Total		Variação	
	Dez - 10	Dez - 11	Dez - 10	Dez - 11	Nominal	%
Total	92.372,2	98.172,8	100,0	100,0	5.800,6	6,3
Sector Privado	83.901,2	88.819,1	90,8	90,5	4.917,9	5,9
Sector Público não Financeiro	8.224,2	9.086,6	8,9	9,3	862,4	10,5
Outros	246,8	267,2	0,3	0,3	20,4	8,3
Meticais	65.207,9	76.384,6	70,6	77,8	11.176,7	17,1
Sector Privado	61.046,6	70.219,7	66,1	71,5	9.173,1	15,0
Sector Público não Financeiro	3.963,9	5.972,2	4,3	6,1	2.008,3	50,7
Outros	197,4	192,7	0,2	0,2	-4,6	-2,3
Moeda Estrangeira	27.164,3	21.788,2	29,4	22,2	-5.376,1	-19,8
Sector Privado	22.854,6	18.599,4	24,7	18,9	-4.255,2	-18,6
Sector Público não Financeiro	4.260,3	3.114,4	4,6	3,2	-1.145,9	-26,9
Outros	49,4	74,4	0,1	0,1	25,0	

Fonte: DEE

Em termos de saldo, no final do ano em consideração, os sectores mais endividado são os particulares, com 25,1%, reflectindo, em parte, o surgimento de novos produtos financeiros oferecidos pelas Instituições de Crédito às pessoas singulares. O comércio com 19,2%, transportes e comunicações com 10,2%, indústria transformadora que detém 9,0% e outros sectores com 17,8%, apresentam-se também, como os sectores mais endividados. Em termos de análise dinâmica constata-se que, com a excepção dos particulares que aumentaram o seu peso em 6,1 pp, comparativamente ao observado em Dezembro de 2010, todos os outros sectores reduziram.

Gráfico 16: Crédito por Actividade (Contribuições no Saldo) - Dezembro 2011



B. Financiamento Externo

Adicionalmente ao financiamento interno, o sector privado recorreu também aos empréstimos externos, sendo que, excluindo a componente dos grandes projectos, o resultado líquido das operações com o exterior foi de reembolso de USD 48,4 milhões (1.408,4 milhões de meticaís), em comparação com os desembolsos líquidos de USD 31,8 milhões (1.080,2 milhões de meticaís) realizados em 2010.

O valor líquido referido acima resultou de novas contratações no montante de USD 64,6 milhões (1.876,5 milhões de meticaís), entretanto, que foram anuladas pelo pagamento ao exterior de USD 113,0 milhões (3.284,9 milhões de meticaís), dos quais USD 105,4 milhões (3.064,8 milhões de meticaís) correspondem a amortização do capital e os remanescentes USD 7,6 milhões (220,2 milhões de meticaís) são juros.

As novas contribuições beneficiaram, excluindo os grandes projectos, unidades produtivas dos sectores de indústria transformadora, com USD 50,5 milhões (o equivalente a 78,3% do total), a agro-indústria (USD 4,2 milhões) com 6,4%, os serviços ferro-portuários (USD 2,9 milhões), equivalente a 4,5% e os serviços financeiros (USD 1,8 milhões, equivalente a 2,8% do total).

Ainda no mesmo período, os grandes projectos realizaram pagamento líquido ao exterior no valor de USD 287,7 milhões (8.362,8 milhões de meticaís), menos USD 30,5 milhões em relação a 2010, reflectindo, fundamentalmente, a contratação de novos empréstimos no valor de USD 161,7 milhões (4.700,5 milhões de meticaís) contra a realização de reembolsos de USD 449,4 milhões (13.063,3 milhões de meticaís), dos quais USD 392,9 milhões para a amortização de capital e USD

56,5 milhões aos juros.

Em termos agregados, o sector privado foi financiado tanto por recursos internos como externos, incluindo os suprimentos⁴, no montante global de 32.174,3 milhões de meticais, incluindo os grandes projectos, contra um financiamento de 33.105,3 milhões de meticais registados em 2010,

Quadro 4: Financiamento do Sector Privado (Fluxos excluindo grandes projectos) – em 10⁶ MT

	2010	2011
Financiamento do Sistema Bancário Nacional	19.628,7	4.195,8
Financiamento Corrente Externo Líquido	-9.723,7	-9.771,2
Suprimentos	23.200,4	37.749,7
Total	33.105,3	32.174,3

Fonte: DEE

⁴ Segundo a classificação da Balança de Pagamentos, os suprimentos referem-se as operações de desembolso de empréstimos recebidos de não residentes pela empresa de investimento directo em território nacional.

Caixa 2: Evolução dos Meios Alternativos ao Numerário no Sistema Nacional de Pagamentos

O Sistema Nacional de Pagamentos (SNP) corresponde ao conjunto sistematizado e estruturado de intervenientes, serviços, subsistemas, instrumentos de pagamentos, tecnologias e procedimentos que facilitam a transferência de fundos ou de valores monetários a grosso e a retalho para a finalização de pagamentos e a circulação destes na economia (Lei nº 2/2008, de 27 de Fevereiro). Em 2011, o Banco de Moçambique continuou empenhado em actividades tendentes a modernização do SNP e garantia do aumento da segurança, estabilidade e melhoria da eficiência dos seus diversos subsistemas. Neste âmbito e tendo em vista a elaboração de estudos e apreciação de matérias específicas sobre o SNP, no ano em referência foram constituídos subgrupos técnicos do Comité de Coordenação do SNP, ao abrigo do seu Regulamento (Decreto nº 4/2009, de 23 de Março), nomeadamente do sistema de transferência em tempo real, câmara de compensação, banca electrónica, estratégia e advocacia, infra-estrutura tecnológica e assuntos legais e *corporate governance* (Circular nº 1/CCSNP/2011, de 8 de Fevereiro).

Os meios de pagamentos alternativos ao numerário⁵ em Moçambique são, no geral, constituídos por: (i) compensação electrónica, composta por cheques e ordens de transferência; e (ii) banca electrónica, composta por caixas de pagamento automáticas (ATM) e máquinas dos pontos de venda (POS), em que se utilizam cartões de débito e de crédito, e (iii) sistema electrónico de transferência de fundos do Estado (STF). Em 2011, a evolução dos meios e instrumentos de pagamentos envolvendo depósitos transferíveis foi caracterizada pelo aumento do volume das operações e dos montantes transaccionados pelos utentes do sistema bancário. A informação disponível mostra o seguinte:

- Aumento anual do volume e do valor de cheques na compensação electrónica, em 8,4% e 15,0%, respectivamente, que constituem 87,6% e 70,0% do volume e do valor da compensação electrónica efectuada no ano, o que reflecte a manutenção da preferência pela utilização deste meio de pagamentos para a liquidação de transacções realizadas internamente entre diferentes agentes económicos, particularmente de montantes elevados, em detrimento das ordens de transferência.
- Incremento das unidades de ATM e POS em funcionamento em todo país, em 16,4% e 35,5%, respectivamente, para 853 e 6.409, dos quais, 47,6% e 69,3% localizam-se na cidade e província de Maputo, seguido das províncias de Sofala com 8,9% de ATM e 7,8% de POS e de Nampula com 9,6% e 4,8%, respectivamente.

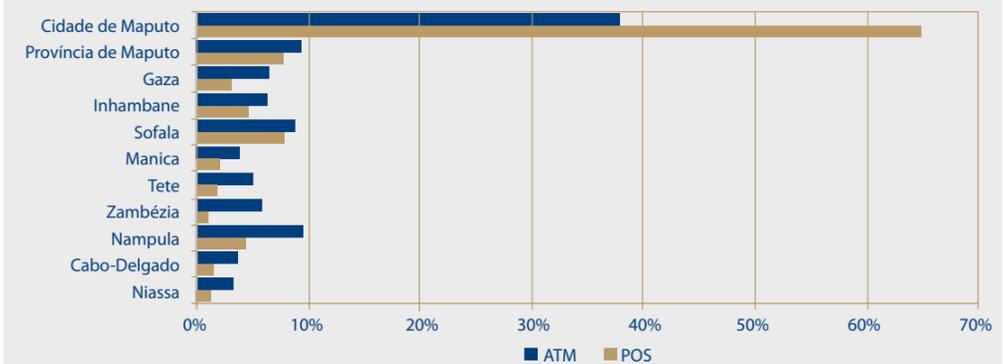
⁵ Em Dezembro de 2011, as notas e moedas em circulação fora das instituições de crédito correspondiam a 22,9% do agregado monetário M1, que inclui, para além do numerário, os depósitos a ordem (transferíveis).

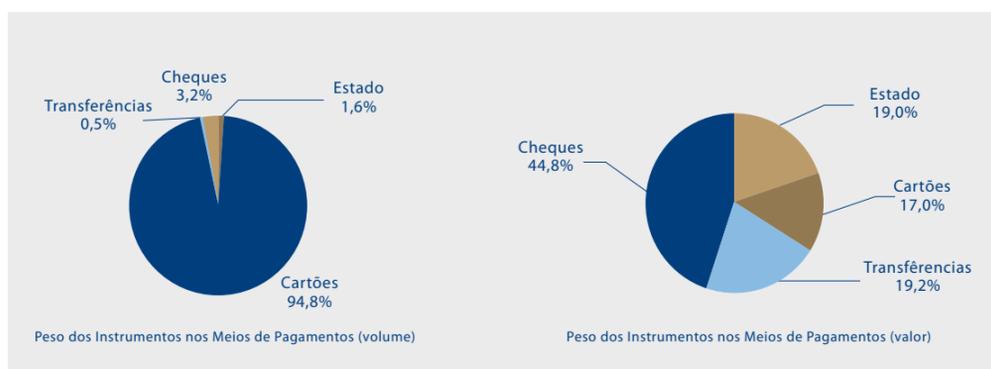
- Crescimento do volume e do valor das transacções efectuadas por via das ATM, em 1,9% e 52,2%, respectivamente, para 56,6 milhões de transacções num valor de 88.546 milhões de meticais, onde se destaca o crescimento do volume das transacções efectuadas com a utilização dos cartões de crédito em 67,7% e do valor transaccionado com recurso aos cartões de débito em 60,4%.
- Expansão do volume e do valor das transacções pagas através das POS, em 54,2% e 6,9%, respectivamente, para 7,8 milhões de transacções num montante de 20.252 milhões de meticais, onde, por seu turno, se destaca o crescimento do volume transaccionado com recurso aos cartões de crédito em 55,9%, o que traduz, em parte, o aumento da popularidade e confiança do público na utilização deste meio de pagamento no país, sua disseminação pelas instituições de crédito e propagação das terminais POS em boa parte dos estabelecimentos comerciais e outros agentes económicos fornecedores de bens e serviços.
- Aumento do volume de cartões electrónicos emitidos internamente em 14,8%, tendo passado para 2,5 milhões de unidades no final do ano em referência, dos quais 96,2% são de débito e o remanescente de crédito.
- Incremento do número de contas bancárias de particulares no sistema bancário em 17,7%, correspondente à abertura líquida de cerca de 319 mil novas contas durante o ano, para um total nacional de 2,1 milhões de contas, das quais, 95,5% movimentada em moeda nacional e 4,5% em moeda estrangeira, o que representa uma redução de 30 pb no peso das contas em moeda externa, explicada, em parte, pela entrada em vigor da nova legislação cambial no País (Lei nº 11/2009, de 11 de Março e Decreto nº 83/2010, de 31 de Dezembro).
- Aumento do volume e do valor das transacções realizadas no sistema electrónico de transferência de fundos do Estado em moeda nacional em 45,7% e 16,3%, respectivamente.

Evolução dos Subsistemas do Sistema Nacional de Pagamentos (valores em 10⁶ MT)

	2009	2010	2011	% do Total		
				2009	2010	2011
Compensação Electrónica						
Cheques						
Volume	1.909.560	2.013.837	2.182.887	89,8	89,7	87,6
Valor	205.538	248.623	285.847	75,3	68,0	70,0
Ordens de Transferência						
Volume	218.060	226.404	307.589	10,2	10,3	12,4
Valor	67.255	111.093	122.385	24,7	32,0	30,0
Banca Electrónica						
Redes	5	5	5	100,0	100,0	100,0
ATM	620	733	853	100,0	100,0	100,0
POS	4.668	4.731	6.409	100,0	100,0	100,0
Transacções Efectuadas						
ATM - Cartão de Débito						
Volume	37.256.764	54.021.343	54.096.268	97,8	97,9	95,8
Valor	48.939	52.828	84.727	97,1	90,8	95,7
ATM - Cartão de Crédito						
Volume	834.485	1.409.429	2.363.358	2,2	2,1	4,2
Valor	1.455	5.358	3.819	2,9	9,2	4,3
POS - Cartão de Débito						
Volume	3.458.615	3.977.134	6.116.308	78,6	78,9	78,7
Valor	5.407	9.080	15.785	72,8	47,9	77,9
POS - Cartão de Crédito						
Volume	941.000	1.062.089	1.655.413	21,4	21,1	21,3
Valor	2.018	9.858	4.467	27,2	52,1	22,1
Volume de Cartões	1.511.367	2.207.379	2.534.698	100,0	100,0	100,0
De Débito	1.438.047	2.113.027	2.437.613	95,1	95,7	96,2
Dos quais, Visa	743.170	2.097.258	2.402.092			
De Crédito	73.320	94.352	97.085	4,9	4,3	3,8
Dos quais, Visa	24.300	94.352	97.085			
Quantidade de Contas						
Em moeda nacional	1.880.513	1.806.560	2.126.081	100,0	100,0	100,0
Em moeda estrangeira	1.809.319	1.719.448	2.031.442	96,2	95,2	95,5
Em moeda estrangeira	71.194	87.112	94.639	3,8	4,8	4,5
STF						
Volume	305.294	894.927	1.058.461			
Valor	176.854	104.259	121.120			

Fonte: DEP-BM





Caixa 3: Série 2011 de Notas do Metical

A experiência de gestão da circulação monetária em Moçambique, como em outros países mostra que as notas de maior circulação tem tido maior desgaste, requerendo das autoridades maior intervenção com vista a assegurar sua conservação e substituição atempada. No caso de Moçambique, esta situação acontece com as notas de menor valor facial, designadamente as de 20, 50 e 100 MT, por serem as de maior utilização, sobretudo para pequenos pagamentos e concessão de trocos. Assim, o Banco de Moçambique, através do Aviso nº 03/GBM/2011, de 16 de Junho, decidiu introduzir no mercado uma nova série de notas do Metical, designada Série 2011.

A data efectiva de entrada em circulação das Notas da Série 2011 foi 01 de Outubro de 2011 e não implicou nenhum processo de troca, sendo que as notas da nova série circulam em simultâneo com as notas e moedas em uso desde 2006.

A característica principal das denominações de 20, 50 e 100 MT, da Série 2011, é o substrato em Polímero, tornando-as mais resistentes e apropriadas a climas quentes e húmidos e consideradas amigas do ambiente

As notas de 200 MT, 500 MT e 1.000 MT mantêm-se em substrato de papel, tendo sido, porém, introduzidos melhoramentos dos elementos de segurança com destaque: (i) Remoção do holograma e do selo com efeito "BM" e "1000" e substituição por elementos mais modernos como é o caso do "OVI" elemento de tintas variáveis com efeito dinâmico aparecendo, os dizeres "BM" e "MIL" e "Spark" elemento de tintas variáveis com efeito dinâmico, aparecendo os dizeres "BM" e "1000". (ii) Introdução do verniz (securicoat) nas notas de 1.000 MT em

forma de losangos e "BM" e "MIL" para a protecção da nota. O Polímero, para além de se tratar de material recomendável pelas novas tecnologias disponíveis no mercado internacional, contribui significativamente para a redução dos custos de reposição de notas impróprias para a circulação, poupando assim divisas que poderão ser alocadas a outros sectores de actividade.

As notas da Série 2011, tanto em polímero (20, 50 e 100 MT) como em papel (200 MT, 500 MT e 1.000 MT) contêm as seguintes características e inovações principais: (ii) Introdução da assinatura do Governador do BM em exercício; (iii) 16 de Junho de 2011 como a data de emissão das notas; (iv) Mudança de posição do sinal para os deficientes visuais; (v) Números de série, que passaram de 7 para 8 algarismos.

Há ainda um conjunto de características que são específicos às notas de polímero, ou seja, às notas de 20, 50 e 100 MT, nomeadamente: a) Mudança do substrato; b) Introdução de uma janela transparente, com a denominação embutida e mais uma meia janela para as notas de 100 MT; c) Introdução do *G-Switch* nas alas direita e esquerda da janela transparente; d) Retirada do filete de segurança; e) O selo iridescente nas notas de 50 MT e 100 MT é substituído por uma banda iridescente.

Quanto à estratégia de implementação do processo, o Banco de Moçambique, determinou a divulgação da Série 2011 de notas do Metical, através de uma campanha de comunicação integrada e de dimensão nacional, que teve foi lançada no dia 16 de Junho de 2011. Assim e no cumprimento dos objectivos traçados, foi concebido o plano de divulgação para garantir a entrada em circulação e aceitabilidade da Série 2011 pelo público em geral que contou com a forte colaboração dos diversos agentes das administrações locais, nomeadamente Governos Províncias, Distritais e as Autoridades Locais que prestaram às equipas do Banco de Moçambique um apoio incondicional.

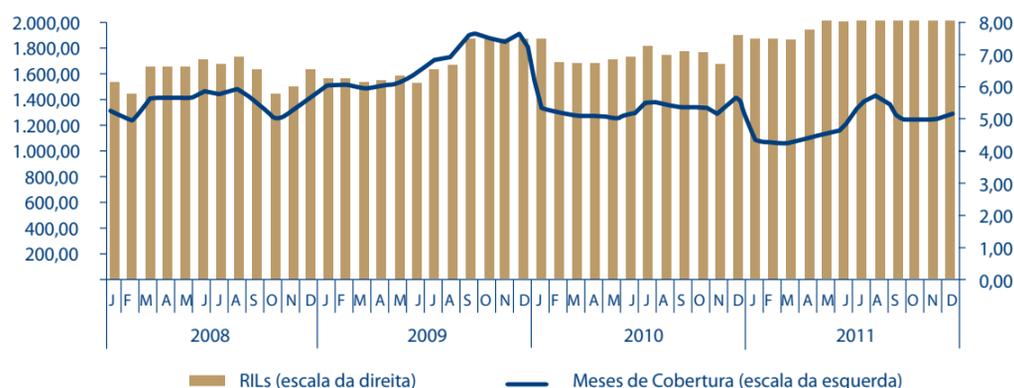
O processo de divulgação da série 2011 de notas de Metical foi desencadeado com recurso a meios de comunicação integrados, nomeadamente Jornais, Rádios, Televisão, Página Web do Banco de Moçambique, para além de formação, palestras e produção e distribuição de materiais gráficos. Especial destaque vai para a Rádio Moçambique e as Rádios Comunitárias pelo nível de abrangência das diversas comunidades locais, nomeadamente nas zonas rurais com recurso, para além do português, a 18 línguas nacionais, a saber: Tsonga, Gitonga, Citswa, Cisena, Cindau, Emakhuwa (Nampula), Yao, Emakhuwa (Cabo-Delgado), Shimakonde, Xichangana, Cichopi, Ciutée, Cimanyika, Cibarué, Cinyanja, Cinyungwe, Elomwe e Echwabo. Do balanço efectuado, concluiu-se que o processo de implementação foi positivo e abrangeu todas as províncias e distritos do País, facto que ficou visível através dos níveis de reconhecimento e aceitabilidade das notas pelos diferentes segmentos sociais.

3.4. Sector Externo

3.4.1. Reservas Internacionais Líquidas

No final de 2011 o saldo das Reservas Internacionais Líquidas (RILs) foi de USD 2.239,7 milhões, representando uma constituição de USD 323 milhões no ano, após uma melhoria de USD 76,0 milhões no ano anterior. Aquele valor representa um nível de reservas brutas suficiente para cobrir 5,2 meses de importações de bens e serviços não factoriais, quando incluídas as importações dos grandes projectos, após 4,9 meses em 31 de Dezembro do ano anterior. Excluindo as importações dos grandes projectos, o saldo das reservas brutas cobre 5,8 meses, contra 5,9 meses em 2010.

Gráfico 17: Reservas Internacionais Líquidas



As fontes de constituição líquida das RIL's foram as seguintes:

Do lado das entradas:

- Desembolso de fundos de ajuda externa para o apoio directo ao Orçamento do Estado e à Balança de Pagamentos no montante de USD 441,9 milhões (dos quais USD 411,2 milhões correspondem à donativos - redução de USD 5,2 milhões em relação aos efectuados em 2010), sendo que, só em Janeiro de 2011 foram desembolsados cerca de USD 107,0 milhões sob forma de donativos;
- Diversas entradas destinadas aos projectos de investimentos público fora do orçamento, perfazendo um total de USD 437,1 milhões, menos USD 52,8 milhões em relação às entradas de 2010;

- Transferências de remessas de mineiros no montante de USD 90,3 milhões, contra USD 72,1 milhões em igual período do ano passado;
- Rendimentos líquidos de aplicações financeiras no exterior no valor de USD 13,1 milhões, um decréscimo de USD 42,7 milhões em relação aos realizados em 2010. Este fenómeno é justificado principalmente pela depreciação do Ouro no mercado internacional, bem como pela depreciação da carteira de títulos; e
- Compras de divisas efectuadas pelo Banco de Moçambique fora do mercado cambial interbancário no valor de USD 10,9 milhões (contra USD 7,8 milhões do ano anterior), sendo maioritariamente fornecidas do Estado e do IDA.

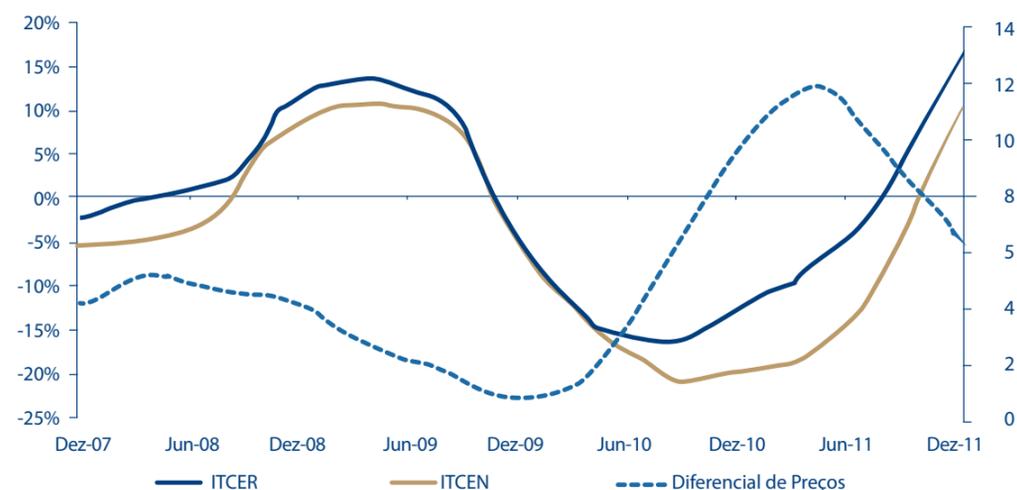
Do lado das saídas:

- Venda líquida de divisas efectuada pelo Banco de Moçambique no MCI interbancário, no montante de USD 386,7 milhões (USD 747,7 milhões em 2010), não obstante a venda de USD 134,0 milhões ocorrida em Janeiro e USD 131,8 milhões em Março, maior parte destinada ao pagamento das facturas de importação de combustíveis líquidos
- Diversos pagamentos efectuados pelo Estado que totalizaram USD 93,2 milhões, contra USD 86,8 milhões realizados em 2010;
- Transferências líquidas efectuadas pelos bancos comerciais para seus correspondentes no exterior num montante de USD 44,6 milhões;
- Perdas líquidas decorrentes de variações cambiais no montante de USD 53,7 milhões, contra USD 10,4 milhões registados em 2010; e
- Diversas saídas líquidas que perfazem USD 19,3 milhões, USD 4,2 milhões acima do registado no ano anterior.

3.4.2. Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real

O Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real (ITCER) – indicador utilizado para a avaliação da competitividade externa dos produtos nacionais transaccionáveis - apreciou, em termos médios anuais, em 16,71%, em 2011, contra uma depreciação média anual de 13,36%, em 2010, após sucessivos meses de redução da depreciação real tendo atingido dois fossos, um de depreciação em Julho de 3,1% (média anual) e outro em Agosto do mesmo ano (apreciação média anual de 0,26%).

Gráfico 18: Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real



Tal comportamento foi determinado pela crescente apreciação efectiva nominal do Metical em relação às moedas dos principais parceiros comerciais. No entanto, a redução do diferencial de preços domésticos e os dos principais parceiros comerciais de Moçambique, de 9,47% em 2010 para 6,38% em 2011, contribuiu para amortecer o impacto da apreciação nominal do Metical.

Quadro 15: Taxa de Câmbio Real Bilateral (Média Móvel 12 meses)

	Varição da Taxa de Câmbio Nominal*	Diferencial de Preços (%)	Varição da Taxa de Câmbio Real (%)*
África do Sul			
Dez-10	-28,9	8,0	-23,7
Dez-11	11,9	5,1	17,8
Zona do Euro			
Dez-10	-14,5	10,8	-5,5
Dez-11	7,6	7,4	16,0
E.U.A.			
Dez-10	-18,2	10,7	-9,7
Dez-11	12,8	7,0	21,1
Índia			
Dez-10	-22,7	-0,1	-23,0
Dez-11	14,3	1,6	16,0
China			
Dez-10	-18,5	8,4	-12,0
Dez-11	7,2	8,1	16,2
Geral			
Dez-10	-20,5	9,3	-13,4
Dez-11	10,8	5,8	17,4

Fonte: DEE-BM
Nota: * Positivo significa apreciação.

- Em termos bilaterais, o Metical registou uma apreciação real face à totalidade das moedas dos principais parceiros comerciais que fazem parte do índice (Quadro 15). Com efeito:
- Com relação ao Euro, registou-se uma apreciação nominal de 14,5%, o que culminou com uma apreciação real da moeda nacional de 16,0%, contra a depreciação de 5,5% no ano anterior.
- Com relação ao Rand, moeda do segundo maior parceiro comercial de Moçambique, a apreciação real foi de 17,8%, após depreciação de 23,7% em 2010, explicada pela apreciação nominal da moeda doméstica registada no ano em 11,9%.
- Relativamente ao Dólar Americano, o Metical apreciou, em termos reais, em 21,1% no período em análise, após depreciação de 9,7% em 2010. As perdas reais são explicadas pela apreciação nominal da moeda nacional em 12,8%.
- Em relação à Rupia, o Metical apreciou, em termos reais, em 16,0%, contra uma depreciação de 23,0% em 2010, resultado do efeito da apreciação nominal em 14,3%.
- Relativamente ao Yuan chinês, o Metical registou uma apreciação real anual de 16,2%, contra depreciação de 12,0% em 2010.

3.4.3. Balança de Pagamentos

Os dados preliminares da Balança de Pagamentos de Moçambique de 2011 sugerem que as contas externas do país continuam a espelhar sinais de melhoria relativamente aos anos anteriores. Assim, contrariamente à tendência dos anos anteriores, o peso da importação de bens de investimento na estrutura das importações aumentou (14%), comparativamente aos de consumo (12%), o que confere um maior optimismo quanto à sustentabilidade da conta corrente excluindo os grandes projectos. No entanto, prevalece a tendência de recurso à poupança externa para o financiamento do consumo e investimento privado e público nacional, bem como o excesso de absorção interna sobre o rendimento, reflectidos no défice da conta corrente, que perfez 12,6% do PIB em 2011, 1 ponto percentual acima da média registada nos últimos quatro anos. O agravamento deste rácio reflectiu-se numa deterioração do défice fiscal após donativos para cerca de 6,0% do PIB, cerca de duas vezes mais a cifra registada no ano anterior.

As estatísticas revelam ainda que o saldo global em 2011 foi positivo, tendo se fixado em cerca de USD 323 milhões, o que possibilitou à Autoridade Monetária a constituir activos de reserva no valor de USD 321 milhões, quatro vezes superior ao registado em 2010 e suficiente para garantir cerca de 5,8 meses de importação de bens e serviços não factoriais, excluindo grandes projectos.

A entrada significativa de recursos para o País sob forma de investimento directo estrangeiro (USD 2.094 milhões) permitiu financiar as importações de bens, constituídas, essencialmente por maquinaria, para além de cobrir as importações dos serviços de construção, no contexto da implantação dos megaprojectos e outros empreendimentos. Por outro lado, a administração central contratou empréstimos externos líquidos de cerca de USD 531 milhões, a maior dos últimos 5 anos, enquanto o sector privado continuou a efectuar reembolsos, em termos líquidos.

A. Conta Corrente

Em 2011, o défice da conta das transacções correntes agravou em 46% para USD 1.615 milhões (12,6% do PIB), devido, ao impacto dos grandes projectos, que incrementaram as importações líquidas de bens e serviços em USD 539 milhões, com destaque para as de maquinaria e serviços de construção, para além de terem aumentado os pagamentos líquidos de rendimentos ao exterior

Quadro 16: **Evolução da Conta Corrente de Moçambique (USD milhões)**

	2007	2008	2009	2010	2011	Var. 10/09 (%)	Var. 11/10 (%)
Conta Corrente	-785,3	-1.179,4	-1.220,1	-1.107,0	-1.615,0	-9,3	45,9
(em % do PIB)	-9,7	-14	-12	-11,6	-12,6	-0,4*	1,0*
Bens	-399,0	-990,2	-1.274,8	-1.179,2	-1.410,8	-7,5	19,6
Exportações	2.412,1	2.653,3	2.147,2	2.333,3	2.776,3	8,7	19,0
Importações	-2.811,1	-3.643,4	-3.422,0	-3.512,4	-4.187,1	2,6	19,2
Serviços	-396,8	-410,3	-457,3	-503,3	-795,7	10,0	58,1
Receitas	458,7	555,0	611,7	646,9	676,7	5,6	4,6
Despesas	855,6	-965,3	-1.069,0	-1.150,1	1.472,6	7,6	28,0
Rendimentos	-591,6	-631,3	-251,0	-86,6	-206,5	-65,5	138,4
Investimentos Directo	-549,5	-541,6	-237,9	-78,9	-233,5	-66,8	183,0
Remunerações	49,2	62,6	54,8	76,1	100,2	38,8	31,7
Juros	-132,8	-166,4	-78,1	-95,6	-69,4	22,3	-27,4
Outros	41,4	14,0	10,2	11,8	-13,9	15,4	-2,2
Transferências	602,2	852,5	763,1	662,0	797,7	-13,2	20,5

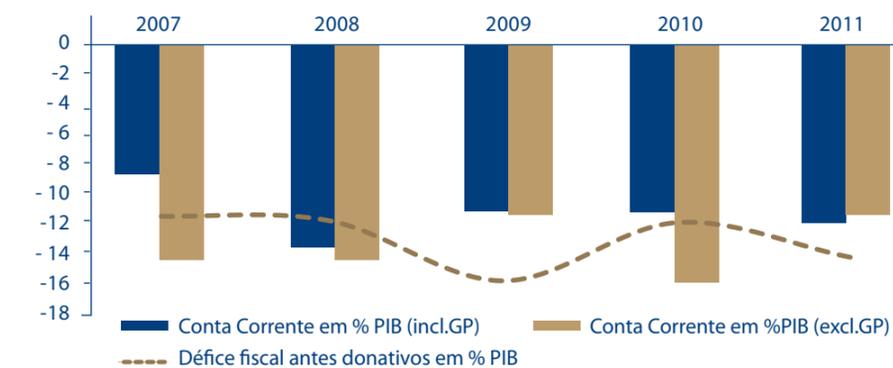
Fonte: DEE-BM
Nota: *Pontos percentuais.

em USD 120 milhões.

A análise da evolução do saldo da conta corrente incluindo grandes projectos em percentagem do PIB, nos últimos cinco anos sugere que, não obstante o agravamento do respectivo rácio em 2011, comparativamente aos dois últimos anos, na sequência da redução do valor das exportações líquidas dos grandes projectos, o indicador manteve-se relativamente estável nos últimos cinco anos, em torno dos 12,0%. No entanto, o défice da conta corrente excluindo os grandes projectos apresentou uma relativa volatilidade, tendo se situado, entre 10% a 15% do PIB no mesmo horizonte temporal. Entretanto, em 2011, o saldo da conta corrente melhora em 11,2 %, para um défice de 10% do PIB.

Por seu, turno, o défice fiscal antes dos donativos em percentagem do PIB evoluiu em linha com a conta corrente, tendo agravado de 11,9% em 2010 para cerca de 13,0% em 2011, o que atesta o postulado pela teoria económica, segundo a qual altos níveis de défice público estão associados aos altos níveis de défice da conta corrente, uma vez que o aumento do défice público reduz a

Gráfico 19: **Défice da Conta Corrente e Déficit fiscal em % do PIB**



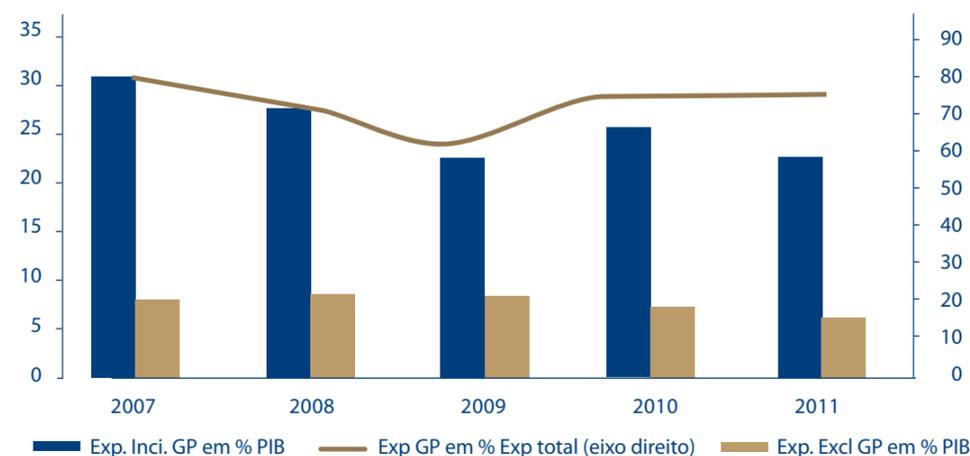
poupança do sector público e consequentemente, deteriora a conta corrente (gráfico 19).
A.1. Conta de Bens

Em 2011, o défice da conta parcial de bens, incluindo grandes projectos, agravou em 19,6% para USD 1.410,8 milhões, após redução de 7,5% no ano anterior, devido, essencialmente, ao incremento das importações, maioritariamente dos grandes projectos, em USD 674.7 milhões para USD 4.187,1 milhões, contra um fluxo das exportações em USD 443 milhões para USD 2776.3 milhões. (Quadro 16).

Exportações

Não obstante a conjuntura internacional desfavorável cimentada na queda da procura externa, em 2011 as receitas de exportação de bens cresceram em 19,0% para USD 2.776,3 milhões, contra um crescimento de 8,7% em 2010 (Quadro 16) - 22% do PIB – favorecido pelo efeito da subida dos preços médios internacionais das mercadorias exportadas, bem como ao volume.

Gráfico 20: **Peso das Exportações de Bens no PIB e nas Exportações totais**

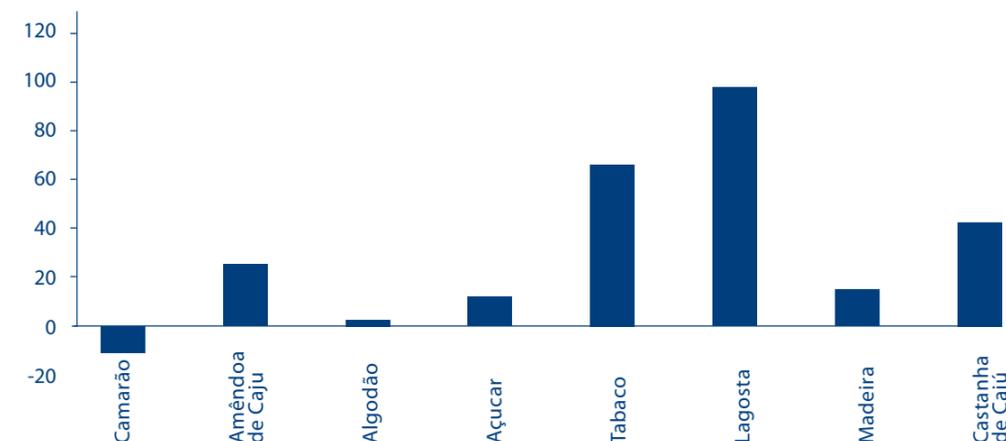


Excluindo os Grandes Projectos, a contribuição das exportações tradicionais no PIB manteve-se praticamente inalterada nos últimos cinco anos, em torno dos 7,0%, enquanto incluindo os grandes projectos, para o horizonte temporal considerado, este passa para 25,0%.

Por outro lado, seguindo a mesma tendência, entre 2010 e 2011, o peso das exportações dos Grandes Projectos no total cresceu em 1,1 pontos percentuais passando para 73,6% em 2011.

A análise da evolução das receitas de exportação por produtos revela que nos últimos quatro anos (2008-2011), do conjunto dos produtos tradicionais, o valor das exportações do camarão, com um peso médio de 7% no total das exportações excluindo grandes projectos, continua a evidenciar uma tendência firme de queda (vide o Gráfico 21), enquanto as exportações da lagosta, do tabaco e da castanha de caju, registaram variações positivas apreciáveis.

Gráfico 21: **Taxa de crescimento das Exportações de Produtos Tradicionais (média 2008-2011)**



Em 2011, dos produtos tradicionais que mais cresceram, bem como as respectivas taxas de crescimento foram o algodão (27%), o tabaco (17%) e a madeira (35,2%)

Ainda no ano de 2011, no segmento dos Grandes Projectos, teve início a extracção e exportação do carvão, cujas receitas foram de USD 21,2 milhões. Por outro lado, as exportações das areias pesadas de Moma cresceram em 78,8%, gás natural em 21,1% e alumínio em 17,0%.

Importações

Em 2011, as importações totais de bens incrementaram em 19,2% para USD 4.187,1 milhões, após 2,6% no ano anterior, sendo de destacar, nesta rúbrica a factura de combustíveis que teve um incremento de 77,3% e de maquinaria para os grandes projectos no âmbito do Investimento Directo Estrangeiro na indústria extractiva em cerca de 72%. (Quadro 17). Importa notar que as importações dos grandes projectos foram atenuadas pela redução das importações de bens de consumo, ainda que o seu peso não seja expressivo.

Quadro 17: **Evolução das Importações de Bens (USD milhões)**

Descrição	2007	2008	2009	2010	2011	Var. 10/09 (%)	Var. 11/10 (%)
Importações Totais de Bens	2.811,1	3.643,4	3.422,0	3.512,4	4.187,1	2,6	19,2
Grandes Projectos	626,8	701,5	791,1	899,7	1.547,3	13,7	72,0
Outros Sectores	2.184,3	2.941,9	2.630,9	2.612,8	2.639,9	-0,7	1,0
Principais Bens de Consumo	422,1	551,8	592,4	534,4	485,6	-9,8	-9,1
Principais Matérias-Primas e Bens Intermediários	478,1	685,4	441,7	635	1.023,5	43,8	61,2
Combustíveis	370,2	574,4	324,4	491,9	872,0	51,6	77,3
Energia Eléctrica	107,9	111	117,3	143,1	151,5	22,0	5,9
Principais Bens de Capital	380,3	483,7	535,9	502,3	603,4	-6,3	20,1

Fonte: DEE-BM

A análise das importações pelas principais categorias que a compõem revela o seguinte:

Principais Matérias-Primas e Bens Intermédios: O valor de importação desta categoria de bens foi de USD 1.023,4 milhões, explicado pelo incremento da factura de combustíveis em USD 388.4 milhões, ao se fixar em USD 871,9 milhões, devido ao aumento do preço médio internacional do crude em 32,4%;

Grandes Projectos: o valor das importações efectuadas pelas grandes empresas de IDE aumentou em 72% em relação ao ano anterior, devido à tendência altista do preço das matérias-primas e, sobretudo, a componente de maquinaria para a realização de obras de construção e/ou expansão por alguns destes empreendimentos, com destaque para a área de exploração mineira.

Principais Bens de Consumo: as importações desta categoria de bens reduziram em 9,1%, para USD 485,6 milhões, devido, fundamentalmente, à redução das importações de cereais em 31,1%, para USD 126 milhões, contra USD 183 milhões registados em 2010.

A.2. Conta de Serviços

Em 2011, a conta parcial de serviços registou um défice de USD 795 milhões, o que representa um agravamento anual de 58,1%, determinado, basicamente, pelas despesas com os serviços de construção que agravaram em cerca de 120%, enquanto quando excluídos os grandes projectos, o défice da conta parcial agrava-se em 20%.

Importa realçar que do lado das entradas, o destaque vai para o aumento das receitas dos serviços dos transportes em 20,1%, na sequência do crescimento da actividade comercial ao nível dos principais utilizadores das infra-estruturas de transportes na região, facto que se reflectiu num crescimento do sector na ordem 8,9% em 2011, cerca de 4,8 pp abaixo da quantia registada em 2010.

Quadro 18: Saldos da Conta de Serviços incluindo grandes projectos (USD milhões)

Descrição	Incl. Grandes Projectos			Exc. Grandes Projectos		
	2010	2011	Var. (%)	2010	2011	Var. (%)
Conta Parcial de Serviços	-503,3	-795,7	58,1	-263,2	-316,8	20,4
Receitas de Serviços	646,9	676,7	4,61	646,9	676,7	4,61
Transportes	162,8	195,5	20,1	162,8	195,5	20,1
Viagens (incluindo Turismo)	197,3	231,1	17,1	197,3	231,1	17,1
Empresariais (Assistência Técnica)	95,6	59,3	-38	95,6	59,3	-38
Despesas de Serviços	-1150,1	-1472,3	28	-910	-993,4	9,2
Transportes	-307,9	-418	35,8	-288,1	-371,5	28,9
Viagens (incluindo Turismo)	-249,9	-247	-1,2	-242,2	-228,4	-5,7
Construção	-117,5	-258,3	119,8	-47	-53,2	13
Empresariais (Assistência Técnica)	-255,6	-257,6	0,8	-176,7	-161,4	-8,7

Fonte: DEE-BM

A.3. Conta de Rendimentos

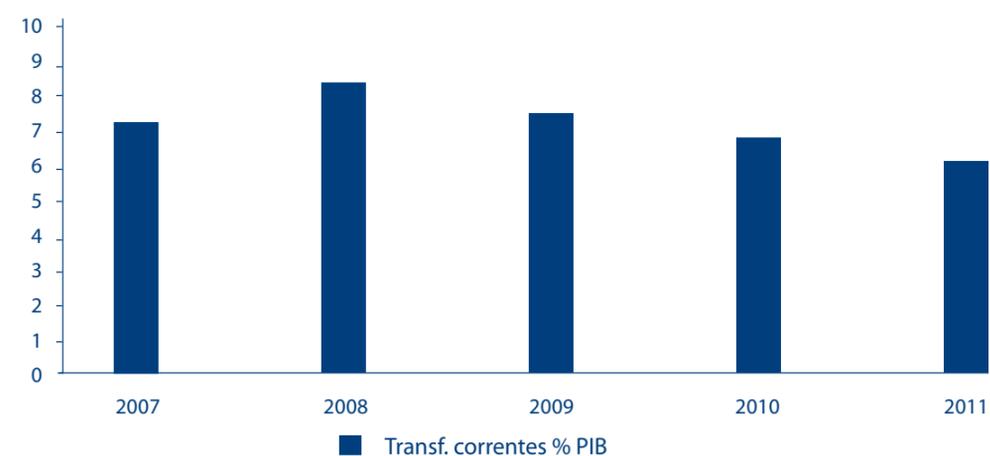
O fluxo líquido dos rendimentos de factores resultou num agravamento de pagamentos às entidades externas em cerca de 138%, determinado pelos reinvestimentos dos lucros efectuados pelos investidores directos estrangeiros dos megaprojectos, assim como pelo abrandamento dos ganhos em aplicações em títulos, em face da queda das taxas de juros ao nível global e as incertezas que subsistem ao nível dos mercados financeiros globais.

Excluindo os Grandes Projectos, as entradas líquidas de rendimentos duplicaram em 2011, reflectindo, essencialmente, o aumento das remunerações aos mineiros moçambicanos em serviço nas minas da África do Sul em 34% para ZAR 705 milhões. Este incremento deveu-se ao efeito conjugado do aumento dos rendimentos auferidos e ao efeito cambial decorrente da depreciação do Rand em relação ao Dólar durante o ano de 2011. A queda das taxas de juro de empréstimos privados externos também concorreu para a melhoria da conta de rendimentos quando expurgados os Grandes Projectos.

A.4. Transferências Correntes e de capital

As transferências correntes unilaterais líquidas fixaram-se em USD 797,7 milhões, o equivalente a um aumento em cerca de 20,5% comparativamente a 2010, o que, no entanto, em termos do PIB, representa uma queda de 7,0% em 2010 para 6,0% em 2011 (Gráfico 22), uma desaceleração de 1 pp em relação a média dos últimos cinco anos.

Gráfico 22: Transferências Correntes Unilaterais Líquidas em % do PIB



O incremento das transferências em 2011 foi largamente explicado pelo aumento dos fluxos de transacções correntes líquidas para à Administração Central, que perfizeram cerca de 98% do total líquido, com destaque para os donativos para programas especiais, incluindo também em espécies e outro tipo de doações.

Ainda em 2011, as transferências líquidas de capital incrementaram em 9,7% para USD 379 milhões, dos quais a Administração Central beneficiou-se de USD 61 milhões. É de realçar que o peso desta rubrica no PIB tem vindo a reduzir tendencialmente, fixando-se em 1,9% em 2011, como reflexo, em parte, dos efeitos negativos decorrentes da crise financeira e da dívida soberana.

C. Fluxos Financeiros

O ano de 2011 foi o recorde em termos de registo de IDE, ao atingir um saldo de cerca de USD 2.094,0 milhões, o que resultou numa entrada líquida de recursos de cerca de USD 1.829,0 milhões, o que representa um aumento anual de USD 1.076,0 milhões. Para além do IDE, a economia moçambicana foi financiada por empréstimos externos líquidos ao Governo Central avaliados em USD 531 milhões e pelo desgaste de depósitos no exterior no montante de USD 212 milhões. Excluindo os Grandes Projectos, a dinâmica dos fluxos financeiros externos não altera, dado que houve um incremento anual de USD 565 milhões que decorrem dos mesmos instrumentos financeiros.

A entrada massiva de capitais estrangeiro para Moçambique, quer em forma de IDE, quer sob forma de empréstimos externos líquidos juntamente aos outros aspectos mencionados nos pontos anteriores, contribuíram para o reforço do fundo cambial do país, traduzidos no aumento do saldo das RIL's.

Quadro 19: **Evolução da Conta Capital e Financeira (USD milhões)**

Descrição	2007	2008	2009	2010	2011	Var. (%)
Saldo da Conta Financeira	461,5	772,7	863,2	753,3	1829,1	...
Excluindo Grandes Projectos	742,2	1000,0	936,4	877,0	1442,3	64,5
Investimento Directo no Exterior	0,3	0,0	-2,8	0,8	-3,4	...
Investimento Directo em Moçambique	427,4	591,6	892,5	788,9	2093,5	...
Investimento de Carteira	-5,6	-8,0	4,5	1,4	-31,6	...
Outro Investimento	39,4	189,2	-30,9	-37,7	-229,4	...
Activos	-411,5	-80,7	-118,6	-171,1	-143,6	-16,1
Passivos	450,9	269,9	87,7	133,4	-85,9	...
Emprést. Administr. Central	216,2	342,1	434,0	468,4	531,1	13,4

Fonte: DEE-BM

Nota: * Pontos percentuais.

D. Financiamento da Balança de Pagamentos

Em 2011, a Balança de Pagamento registou um saldo global positivo de USD 323 milhões, permitindo assim que

o BM constituísse activos de reserva no valor de USD 321 milhões, uma magnitude quatro vezes superior a registada em 2010.

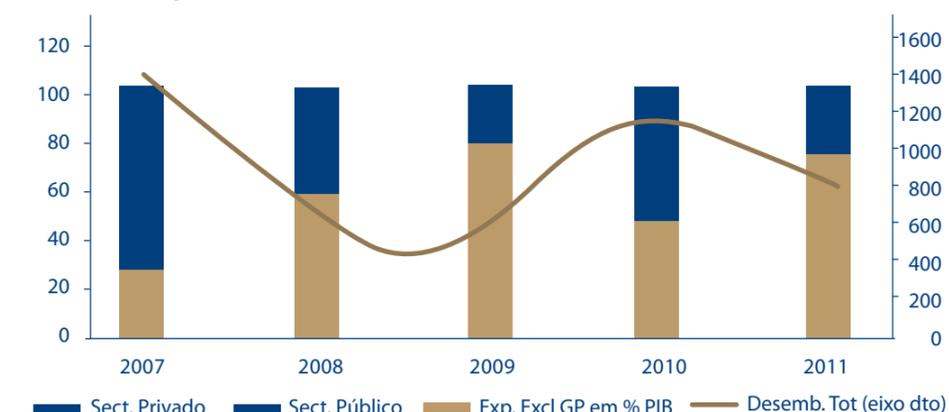
O fluxo de entrada de capitais públicos e privados externos para o financiamento à economia contribuiu para que o BM acumulasse depósitos em moeda estrangeira em cerca de USD 303 milhões e incrementasse ainda o seu stock de ouro monetário em USD 19 milhões.

E. Dívida Externa

Desembolsos e Reembolsos de Empréstimos Externos

A economia moçambicana contraiu do exterior uma dívida estimada em USD 795 milhões, o que, comparativamente a 2010, representa uma diminuição da necessidade de financiamento em 31% (gráfico 23), reflectindo a redução observada na contratação pelo sector privado, cujos montantes têm vindo a reduzir ao longo dos últimos quatro anos. Contrariamente, a Administração Central tem vindo a registar incrementos médios anuais em cerca de 15% nos fluxos de empréstimos nos últimos cinco anos, não obstante o ambiente internacional desfavorável. Entretanto, excluindo os grandes projectos, constata-se que em 2011 o endividamento externo total cresce em 5% para USD 633.4 milhões, determinado pelo sector da Administração Central, na componente dos créditos direccionados às Empresas Públicas.

Gráfico 23: **Empréstimos externos (milhões de USD) e sua estrutura**



Os reembolsos dos empréstimos externos atingiram USD 994 milhões em 2011, o que representa um decréscimo de 36% em relação ao ano anterior, enquanto quando expurgados os Grandes Projectos, o serviço de dívida incrementa em 56%.



SUBSTRATO SINTÉTICO - POLÍMERO
Nota de 20 Meticais

3



1. Introdução

O Departamento de Supervisão Bancária do Banco de Moçambique (DSB), dentre as várias atribuições, é responsável pelo acompanhamento, fiscalização, monitoria e regulamentação da actuação das instituições de crédito e sociedades financeiras, incluindo a bolsa de valores, com o fim de promover o contínuo aumento da eficiência e manutenção da confiança junto do público utente dos produtos e serviços que estas instituições oferecem. Compete ainda ao DSB garantir a estabilidade do sistema financeiro de forma a desempenhar adequadamente o seu papel de canalizador de recursos para o desenvolvimento da economia.

O presente capítulo sintetiza os desenvolvimentos domésticos em matéria de supervisão bancária e avalia o desempenho do sistema bancário em 2011. A análise do desempenho do sistema bancário baseia-se na informação contabilística e prudencial agregada, submetida pelas instituições sujeitas a supervisão do Banco de Moçambique.

O capítulo compreende três partes. A segunda parte apresenta as actividades realizadas pelo DSB, destacando-se a distribuição e evolução das agências bancárias bem como as actividades no âmbito de licenciamento e regulamentação. Na parte seguinte analisa-se o desempenho do sistema bancário, no que se refere balanço, solvabilidade e rendibilidade.

2. Actividades realizadas pelo Departamento de Supervisão Bancária

2.1. Supervisão On-Site

2.1.1. Principais Constatações nas Instituições de Crédito

No decurso de 2011, o departamento efectuou dezasseis (16) inspecções regulares (full scope inspection), comparado com doze (12) realizadas em 2010 e não houve inspecções ad-hoc. As inspecções abrangeram instituições mais relevantes do ponto de vista de dimensão, posicionamento no sistema financeiro, complexidade das operações ou problemas particulares. Dasquelas, onze foram realizadas a bancos, duas a caixas financeiras, uma a um banco de microfinanças e duas a cooperativas de crédito. As inspecções tinham por objectivo avaliar a situação económico-financeira, as práticas de corporate governance, gestão de liquidez, gestão de riscos e tecnologias de informação, procedimento de controlos internos, e verificar o cumprimento de diversas disposições legais a que as instituições estão sujeitas a cumprir.

Por apresentarem perfil de risco baixo, algumas instituições não foram sujeitas a inspecção on-site, tendo-se efectuado acompanhamento off-site e reuniões de trabalho entre o departamento e essas instituições.

Embora a maioria das instituições tenha apresentado situação económico-financeira e prudencial satisfatória, em algumas instituições, registaram-se irregularidades, das quais se destacam:

- Incumprimento do dever de verificação em algumas transacções;
- Interpretação inadequada do conceito de exportador, à luz do aviso 7/GBM/09 e consequente insuficiência de provisões;
- Ausência de informação financeira actualizada dos mutuários nos processos de crédito;
- Processos de abertura de contas com várias informações incompletas;
- Planos de Recuperação de Desastres não testados para cenários extremos, mas prováveis;
- Níveis elevados de concentração da carteira de crédito;
- Deficiente gestão da carteira de crédito;
- Deficiências na implementação das Normas Internacionais de Relato Financeiro, principalmente no que se refere a determinação de imparidade;

- Ausência de plano estratégico;
- Ausência de plano estratégico sobre o branqueamento de capitais;
- Garantias não devidamente formalizadas;
- Falta de revisão e actualização sistemática das políticas referentes a gestão de riscos;

2.1.2. Principais Constatações nas Sociedades Financeiras

Em 2011, as sociedades financeiras compreendiam uma (1) sociedade de investimentos, uma (1) sociedade de compras em grupo, uma (1) sociedade financeira, de emissão de cartões de crédito, vinte duas (22) casas de câmbios, assim distribuídas: dezasseis (16) na Cidade de Maputo, quatro (4) na Beira, uma (1) em Quelimane e uma (1) em Xai-Xai; cento e sessenta e seis (166) operadores de microcrédito, dez (10) organizações de poupança e empréstimo e noventa (90) operadores de comércio parcial de câmbios¹.

No período em análise, o departamento realizou inspecções a vinte e uma (21) casas de câmbio, e uma (1) sociedade de compras em grupo. Foi retirada a licença de exercício de actividade a uma (1) casa de câmbios (786 Câmbios), sita na cidade da Beira. O objectivo das inspecções era avaliar o grau de cumprimento de normas e procedimentos de controlo interno administrativo, de controlo interno contabilístico e os normativos instituídos pelo Banco de Moçambique.

Embora se tenha registado uma ligeira melhoria em relação ao número e dimensão das irregularidades, prevalecem em algumas casas de câmbios, as seguintes irregularidades:

- Irregularidades contabilísticas diversas, isto é, violação dos Principios de Contabilidade Geralmente Aceites (PCGA);
- Não envio ou envio extemporâneo dos reportes ao BM;
- Violação do “Dever de Verificação”;
- Realização de vendas a descoberto;
- Financiamento da actividade com recursos alheios;
- Empolamento de custos fictícios;
- Processos individuais mal lavrados;
- Ultrapassagem do limite de posição cambial líquida e dissimulação por via de fraccionamento de compras;

¹ Compreende: Hotéis, Pensões, Lodges, Agências de Viagem e Complexos Turísticos

- De um modo geral violação das normas e procedimentos de controlo interno contabilísticos;
- Não escrituração dos livros obrigatórios;
- Inobservância das taxas de câmbio de valometria.

Refira-se que a revisão e alteração da Lei Cambial teve um impacto significativo para os operadores do comércio de câmbio, retirando-se grande parte da sua carteira de clientes, especialmente as empresas. Em resultado, o volume de transacções em algumas casas de câmbio baixou, houve redução do pessoal, encerramento de agências, solicitação de suspensão das actividades ou mesmo a dissolução destas.

Relativamente aos operadores de microfinanças, refira-se que, no decurso do ano de 2011, 46 Operadores reportaram ao BM, dos quais 36 Operadores de Microcrédito e 10 Organizações de Poupança e Empréstimo. Apesar do aumento do número dos operadores, o volume da carteira do crédito registou um decréscimo de 18 por cento face a Dezembro de 2010, porém, o crédito vencido cresceu em 8,7% e o crédito saneado decresceu em 62,1 por cento.

2.2. Supervisão Off-Site

O acompanhamento off-site é efectuado essencialmente com base em informação contabilística, reportes prudenciais e de elementos recolhidos no decurso de inspecções. Em 2011, o acompanhamento off-site continuou a desempenhar um papel importante na aferição da situação económico-financeira e prudencial das instituições de crédito.

O quadro que se segue resume o perfil de risco das instituições no sistema bancário resultante dos factores de avaliação CAMEL (Capital, Asset, Management, Earnings e Liquidity). A maioria das instituições continua a apresentar um perfil de risco² médio-baixo, situando-se na categoria II, representando 37,5 por cento do activo total do sistema (Quadro 1). Com a excepção da transição de mais uma instituição para o nível I e da queda do quarto maior banco do sistema para o nível IV, não se registaram mudanças significativas no perfil das instituições. Comparativamente ao terceiro trimestre de 2011, o número destas instituições diminuiu de 12 para 10, decorrente da alteração do perfil de algumas instituições deste grupo de risco sendo que uma transitou para a categoria I e as restantes para a categoria III, alterando igualmente o peso que estas instituições representam no activo do sistema. As instituições com perfil de risco III e IV têm sido objecto de acompanhamento minucioso, uma vez que o peso relativo destas tem aumentado e inclui uma instituição com importância sistémica.

² Existem quatro perfis ou categorias de risco atribuíveis a cada uma das instituições de acordo com avaliação CAMEL: Categoria I – enquadram-se nesta categoria, as Instituições de Crédito que apresentam situação sã em todos aspectos da avaliação CAMEL, principalmente quanto a adequação de capital e qualidade de activos. Categoria II – enquadra-se nesta categoria de risco as instituições cuja situação apresenta algumas fragilidades, não nos factores-chave da avaliação CAMEL e que são possíveis de resolver no curto prazo. Categoria III – enquadra-se nesta categoria, instituições cuja situação apresenta fragilidades significativas em pelo menos um dos factores-chave e/ou deficiências em factores complementares da avaliação CAMEL. Categoria IV – enquadra-se nesta categoria, instituições que apresentam situação crítica, evidenciada por fragilidades nos factores-chave e complementares da avaliação CAMEL, pelo que requerem vigilância permanente do supervisor.

As instituições com perfil de risco I, são de importância sistémica, dado que representaram 52,92 por cento do activo total do sistema (53,52 por cento em Dezembro de 2010). Em relação a instituições com perfil de risco elevado, sua relevância sistémica continuou insignificante e representaram apenas 6,89 por cento do activo total (0,66 por cento em Dezembro de 2010). Este aumento resulta da transição para esta categoria de mais uma instituição, com relativo peso no sistema. (Quadro 1).

Quadro 1: Perfil de risco das instituições de crédito em Dezembro 2011

Perfil de Risco	Número de Instituições			Instituições de Crédito em Percentagem	Percentagem no activo total	Tipo de Instituições de Crédito
	Dez-2011	Set-2011	Dez-2010			
I	3	2	2	14.3	52.92	Três Bancos Comerciais.
II	10	12	10	47.6	37,46	oito Bancos Comerciais, uma cooperativa de crédito e um Microbanco.
III	4	6	4	19	1.61	Quatro Microbancos.
IV	4	2	5	19	6,89	Dois Banco Comercial e dois Microbancos.
Total	21	22	18	100	98.88*	

Fonte: Banco de Moçambique --DSB

Notas: * A diferença de 1.12p.p corresponde as quotas do BNI e UGC-CPC, que não foram analisadas por falta de informação, no entanto, detêm quotas no mercado dos activos

2.3. Licenciamento

Em 2011, o Banco de Moçambique autorizou a constituição de quatro (4) instituições de crédito nomeadamente, um (1) microbanco, com a sede na Cidade de Maputo, uma (1) sociedade financeira da espécie sociedade emitente ou gestora de cartões de crédito, com sede na Cidade de Maputo, e duas (2) casas de câmbio, uma (1) na Cidade de Tete e outra na Cidade de Maputo, respectivamente.

Em relação a evolução do número de instituições, entraram em actividade dois (2) bancos autorizados em 2010, ambos com sede na Cidade de Maputo, dois (2) microbancos (com sedes na Cidade de Maputo e Distrito de Morrumbene), uma (1) casa de câmbios localizada na Cidade da Beira e quarenta e oito (48) operadores de microcrédito. Ainda, no mesmo período, foi revogada a autorização de uma casa de câmbios. Com efeito, o número de bancos, microbancos e operadores de microcrédito em actividade elevou-se para 18, 8 e 166, respectivamente, não tendo alterado o número de casas de câmbio. (Quadro 2).

Quadro 2: **Evolução do sistema bancário (instituições em actividade)**

Tipo de Instituição	2011	2010	Variação
Bancos	18	16	2
Microbancos	8	6	2
Cooperativas de Crédito	7	7	0
Sociedades de Locação Financeira	0	0	0
Sociedades de Investimento	1	1	0
Sociedades Emitentes ou Gestoras de Cartões de Crédito	1	1	0
Sociedades de Capital de risco	1	1	0
Instituições de Moeda Electrónica	1	1	0
Sociedades administradoras de compras em grupo	1	1	0
Casas de Câmbio	21	21	0
Organizações de Poupança e Empréstimo	10	10	0
Operadores de Microcrédito	166	118	48

Fonte: Banco de Moçambique - DSB

No que respeita à expansão da rede bancária, foram autorizadas sessenta e duas (62) agências de bancos em nove (9) províncias do país, nomeadamente: vinte e duas (22) na Cidade de Maputo, oito (8) na Província de Maputo, uma (1) em Gaza, uma (1) em Inhambane, quatro (4) em Sofala, quatro (4) em Manica, oito (8) em Tete, dez (10) em Nampula, e quatro (4) em Cabo Delgado. Nove (9) agências de microbancos em oito (8) províncias, designadamente: duas (2) em Niassa, uma (1) em Sofala, Tete, Gaza, Inhambane, Zambézia e Nampula, o que revela uma forte tendência de expansão da rede bancária para fora da cidade de Maputo, reduzindo assim as assimetrias existentes no sistema.

De referir que no mesmo período, o número de agências de bancos em actividade aumentou de quatrocentos e dezasseis (416) para quatrocentos e cinquenta e sete (457), em resultado da abertura ao público de quarenta e uma (41) novas agências e encerramento de sete (7) agências nas províncias de Tete (1), Inhambane (1), Sofala (1), Manica (1), Cabo Delgado (1) e Cidade de Maputo (4). (Quadro 3).

Quadro 3: **Evolução de agências de bancos em funcionamento**

Província	2011	2010	Variação
Cidade de Maputo	166	153	13
Província de Maputo	49	41	8
Gaza	31	29	2
Inhambane	28	28	0
Sofala	43	39	4
Manica	23	22	1
Tete	28	25	3
Zambézia	22	21	1
Nampula	44	38	6
Cabo-Delgado	13	10	3
Niassa	10	10	0
Total	457	416	41

Fonte: Banco de Moçambique - DSB

No que respeita bancarização das zonas rurais, destaca-se o início de actividades de um microbanco no distrito de Morrumbene, elavando o número de distritos cobertos de cinquenta e oito (58) em Dezembro de 2010 para cinquenta e nove (59) em Dezembro 2011.

2.4. Contencioso

Em 2011, o DSB instaurou nove (9) processos de contrações, sendo três (3) contra bancos comerciais e o remanescente contra casas de câmbio. Dos processos instaurados, seis (6) culminaram com a aplicação de penas de multa e os restantes três (3) ainda não têm desfecho.

No que concerne aos bancos, as infracções cometidas estiveram relacionadas com inobservância de normas sobre limite à concentração de riscos e limite à posição cambial. Relativamente às casas de câmbio, as infracções recorrentes foram de inobservância de normas contabilísticas, omissão do dever de verificação e realização de operações sem registo.

Refira-se que, o número de processos instaurados cresceu de oito (8), em Dezembro de 2010, para nove (9) em Dezembro de 2011, o que revela que não houve melhorias no grau de cumprimento das normas vigentes para o exercício da actividade bancária pelas instituições de crédito e sociedades financeiras.

2.5. Regulamentação

No decurso de 2011, o departamento continuou a reforçar o quadro legal para as instituições de crédito e sociedades financeiras, tendo produzido a proposta do Decreto nº 65/2011, de 21 Dezembro, que aprova o regulamento da actividade dos auditores externos e técnicos de contas junto das instituições de crédito e sociedades financeiras. Com vista ao cumprimento dos seus objectivos, o de salvaguardar um sistema bancário sólido e saudável, foi produzida a Ordem de Serviço nº 4/2011, de 27 de Abril, sobre o plano de contingência do Banco de Moçambique para os bancos problemáticos.

No que se refere às Normas Internacionais de Relato Financeiro, o departamento continuou a acompanhar a sua implementação, tendo-se constatado que no final de 2011 maior parte das instituições de crédito (Bancos e Cooperativas de Crédito) e sociedades financeiras estavam a implementar as Normas Internacionais de Relato Financeiro. As duas instituições que ainda não iniciaram com o processo, apontam como principal problema, deficiências nos sistemas informáticos e falta de formação dos técnicos.

Ainda no âmbito das suas atribuições funcionais, o DSB participou nos trabalhos de operacionalização do novo Regulamento da Lei Cambial, bem como produziu diversos pareceres sobre matérias financeiras, assim como esclareceu diversas dúvidas ao sistema sobre vários normativos que regem a actividade bancária no país.

2.6. Mercado de Valores Mobiliários

O Banco de Moçambique, enquanto entidade supervisora do Mercado de Valores Mobiliários, continuou com o processo de monitoria dos intervenientes no mercado, nomeadamente, a Bolsa de Valores de Moçambique (entidade gestora do mercado), os intermediários financeiros e os emitentes de valores mobiliários.

Durante 2011, a actividade do mercado de valores mobiliários continuou a ser dominada pela transacção de obrigações, sobretudo as obrigações de tesouro. Essas transacções ocorreram com frequência no momento de emissão, altura em que se verifica muita procura dos títulos, isto porque a preferência da maioria dos investidores é deter os títulos em carteira até a maturidade. O pagamento dos juros das emissões de obrigações foi feito com regularidade.

No mercado primário, verificou-se através de subscrição particular, a emissão de obrigações subordinadas ProCredit, Obrigações BCI e Obrigações BIM. Houve ainda, durante o ano de 2011, uma emissão de 26.186.170 obrigações do Tesouro (a maior operação realizada na bolsa).

No final do ano o mercado apresentou vinte e cinco (25) títulos, sendo vinte (20) empréstimos obrigacionistas, dois (2) referentes a acções e três (3) Papel Comercial. A capitalização Bolsista

passou de 11.633,96 milhões de meticais, em 2010, para 16.998,24 milhões de meticais, em 2011. Importa referir ainda que foi pela primeira vez emitido o Papel Comercial, títulos cujo período de maturidade varia entre 6 meses e 1 ano.

Quanto a evolução do volume de transacções, registou-se uma redução do volume de dívida pública transaccionada em 62,8 por cento face a Dezembro de 2010 e um aumento de 4,330 por cento na transacção de acções e dívida privada (Quadro 4).

Quadro 4. **Transacções no Mercado de Cotações Oficiais**

Mercado	Quantidade Transaccionada		Valor Transaccionado (em Milhões de Meticais)	
	2011	2010	2011	2010
Dívida Pública	2.160.775	5.814.910	203.655,77	566.880
Dívida Privada	1.862.315	430	26.654.822,48	33
Accionista	127.222	26.020	6.851,23	1.830
Total	4.150.312	5.841.360	26.865.329,48	568.743

Fonte: Banco de Moçambique - DSB

O Banco de Moçambique, como membro do CISNA (Comité das Autoridades de Supervisão de Seguros, Valores Mobiliários e Fundos de Pensões da SADC - Southern Africa Development Community), continuou a participar nas actividades desenvolvidas ao nível deste Comité, tendo em vista a promoção da harmonização das práticas nos mercados de capitais da região.

2.7. Branqueamento de Capitais

A República de Moçambique integra os Estados membros do Eastern and Southern Africa Anti-Money Group (ESAAMLG), uma organização vocacionada para a prevenção e o combate ao branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo, corrupção, tráfico de moeda e demais crimes conexos.

No âmbito do seu funcionamento, o ESAAMLG procede à avaliação dos seus Estados-membros, com o apoio de parceiros especializados na matéria entre os quais o Banco Mundial e o Secretariado da Commonwealth, e com a colaboração de países com mecanismos legais e operacionais consolidados relativamente à referida prevenção e combate.

O ano de 2011 foi marcado pela defesa do Relatório de Avaliação mútua dos países, que ocorreu na 21ª Reunião ESAAMLG e posterior aprovação do mesmo organismo a nível regional. Adicionalmente,

foi concluído o projecto de alteração da Lei nº 7/2002, de 5 de Fevereiro, sobre o branqueamento de capitais, com participação do Ministério da Justiça e diversas entidades.

O Banco de Moçambique colaborou com as entidades nacionais com responsabilidades na prevenção e combate do branqueamento de capitais dentro dos seus sectores de actividades.

2.8. Financial Sector Assessment Program

O Financial Sector Assessment Program (FSAP) é um programa conjunto do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, estabelecido em 1999, cujo objectivo é promover a estabilidade financeira a nível nacional e internacional, incentivando os países membros a implementarem as melhores práticas de regulamentação e de supervisão. O programa visa identificar os pontos fortes e vulnerabilidades do sistema financeiro de países membros; determinar como as principais fontes de risco são geridas, verificar os desenvolvimentos no sector e as necessidades de assistência técnica, e ajudar a priorizar a implementação de políticas.

De 10 a 23 de Fevereiro de 2009, uma missão conjunta do FMI/Banco Mundial visitou Moçambique com objectivo de actualizar FSAP. Recorde-se que a última avaliação foi efectuada em 2003 e incluiu vários aspectos relativos a supervisão, da qual resultou em diversas recomendações. A actualização consistiu na verificação do grau do cumprimento das recomendações da avaliação anterior, na avaliação de aspectos relativos a acesso ao sistema financeiro, supervisão e situação do sistema financeiro, mercado monetário e gestão de liquidez, fundo de pensões e seguros, e sistema de pagamentos.

Importa referir que as recomendações do FSAP têm estado a ser cumpridas gradualmente ao longo do período que precede a 2009, com destaque:

- Aviso nº 5/GBM/2009, de 10 de Junho, sobre os serviços mínimos a serem prestados gratuitamente (Recomendação: Standardize bank fees, regularly consolidate);
- Criado o Fundo de Garantia de Depósito (FGD) através do Decreto 49/2010 de 11 de Novembro e seu respectivo Regulamento (Recomendação: introduce deposit insurance after all preconditions are in place). Foi ainda enviada (i) a proposta de Diploma e respectiva lista de contas adaptada às características específicas do FGD ao abrigo do nº4 do artigo 24 do Regulamento do FGD, ao Ministério das Finanças; (ii) a proposta de Diploma sobre critérios e modalidades de rateamento pelas instituições de crédito participantes da contribuição anual, ao abrigo do nº 2 do artigo 11 do Regulamento do FGD, ao Ministério das Finanças.
- Relativamente ao ano de 2011, no âmbito das recomendações do FSAP há a referir:
- Ordem de Serviço nº 4/2011, de 27 de Abril de 2011,- Plano de Contingência do Banco de Moçambique para Bancos Problemáticos; (Recomendação: introduce remedial program);

- Outras actividades, no âmbito das recomendações do FSAP ainda estão em curso, por exemplo:
- Criação de um quadro legal para as centrais de registo de crédito privadas (Recomendação: Expand coverage and range of information collected by the credit registry, ensure legal framework allows private credit registries);
- Está em preparação uma proposta regulamentar relativa a Emergency Liquidity Assistance (recomendação: Strengthen crisis preparedness, including internal procedures on emergency liquidity assistance);
- Em preparação o Manual de Procedimentos para a operacionalização do Plano de Contingência (Recomendação: ensure legal framework allows for flexible resolution tools, including partial purchase and assumption or a bridge bank);
- Criação de Guidelines relativos a supervisão baseada no risco (Recomendação: issue guidelines for banques on integrated risk management and supervision by risk).
- Finalizados os drafts sobre a regulamentação prudencial e não prudencial das microfinanças (recomendação: Rationalize the regulatory framework for microfinance and develop a capacity building strategy).

2.9. Bank Supervision Application (BSA).

A Bank Supervision Application (BSA) é uma solução informática desenvolvida para a área de supervisão bancária com o envolvimento de técnicos dos bancos centrais da África do Sul, Angola, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Uganda e Zâmbia, no quadro da harmonização de procedimentos e instrumentos entre os bancos centrais da SADC e da África Oriental, para cobrir as funcionalidades de licenciamento, aplicação de sanções, supervisão on-site e supervisão off-site. A implementação desta aplicação informática em Moçambique (país do projecto piloto) iniciou em 2003 com a configuração dos reportes periódicos definidos e seguida a formação dos utilizadores da aplicação tanto do banco central como das instituições de crédito (IC's).

Para responder aos novos desafios da supervisão bancária que decorrem da globalização de mercados financeiros, desenvolvimento das tecnologias de informação e telecomunicações, em 2006 foram introduzidas algumas alterações à versão inicial com o lançamento da versão BSA 2.1 (apenas a supervisão off-site) em 2007 que trouxe novos conceitos, nomeadamente Web Interface (envio dos reportes periódicos definidos previamente por parte das IC's ao Banco Central via Internet) e RAAS (Risk Analysis Automation System) Interface (o acesso dos reportes submetidos e dos indicadores económicos e financeiros elaborados para o monitoramento das IC's a base de dados).

Além dos países acima referidos (excepto África do Sul e Angola que se retiraram do projecto), fazem parte os seguintes os países: Quênia, Malawi, Zimbabué, Cabo Verde, Lesotho e República Democrática do Congo, todos identificados com o trabalho em curso para a criação da versão BSA 3.0 (engloba o ciclo completo da supervisão).

Até o final de Dezembro último, dezoito (18) bancos comerciais, três cooperativas (3) e dois (2) microbancos que adoptam as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) reportavam a sua informação financeira via BSA .

2.10. Central de Registo de Crédito

A base de dados da Central de Registo de Crédito (CRC) registou um considerável crescimento do número de clientes que participam na centralização, tendo passado de 281.263 dum total de 21 instituições em Dezembro de 2010 para 350.770 dum total de 23 instituições clientes em Dezembro de 2011. No mesmo período foram efectuadas consultas à base de dados para diversos fins, perfazendo um total de 133.775 contra 132.491 consultas registadas em 2010. Recorde-se que o número de pedidos de informações da CRC é um indicativo não só do nível de actividade creditícia de cada banco, mas sobretudo do rigor na selecção de novos mutuários.

Por forma a satisfazer as necessidades do mercado e da supervisão focalizada no risco, está em curso um trabalho a nível do departamento sobre a reestruturação da CRC especialmente para a melhoria da qualidade de informação por ela produzida em termos de volume, seu âmbito, tempestividade e acessibilidade.

Teve lugar no início de 2012, um trabalho de consultoria jurídica relativa ao aconselhamento legal sobre proposta de Lei de criação de centrais de registos de clientes privadas. A consultoria tinha por objectivo estudar possíveis alterações no actual quadro legal de modo a possibilitar a entrada de operadores privados neste ramo.

2.11. Formação

Nos últimos anos, o sistema financeiro bancário tem assumido uma dimensão e complexidade que impõem a supervisão bancária enormes desafios no contexto de suas actividades. Para responder a esses desafios, o departamento tem regularmente participado em vários cursos, seminários, workshops e estágios dentro e fora do país com vista a assegurar a actualização de conhecimentos e desenvolvimento de capacidade do pessoal técnico. Em 2011, dentre vários cursos realizados, destacam-se os seguintes:

- Formação em matéria de Basileia II e Normas internacionais de Relato Financeiro, ministrado pela PWC nas instalações do BM envolvendo todos os técnicos da DIIC e alguns das outras divisões;
- Curso on-line sobre Anti Money Laundering (AML-CFT), vários técnicos;
- Estágio especializado sobre supervisão prudencial no Banco de Portugal, Lisboa, Portugal (vários técnicos);
- Estágio especializado sobre supervisão para quadros dos bancos centrais dos PALOPs incluindo Timor Leste (vários técnicos);

- Workshop sobre Risk management and internal control, Gaborone, Botswana (vários técnicos);
- Visita de estudo em micro seguro, Etiópia (um técnico);
- Formação em Operações bancárias e gerais, Maputo, Moçambique, (quatro técnicos);
- Conferência Africana de Microfinanças, Etiópia, (três técnicos);
- Microfinanças Boulder, Etiópia (dois técnicos);
- Basileia III, Maputo, Moçambique, (um técnico);
- Censo on line sobre Microfinanças (vários técnicos);
- Workshop sobre Making Finance work for Africa (MFW4A) subordinada ao tema: Building Networks to Promote Financial Sector Development in Africa (três técnicos)

O DSB continuou igualmente a privilegiar os cursos on-line do Financial Stability Institute através da ferramenta FSI-Connect.

3. Desempenho do Sistema Bancário

3.1. Estrutura Patrimonial

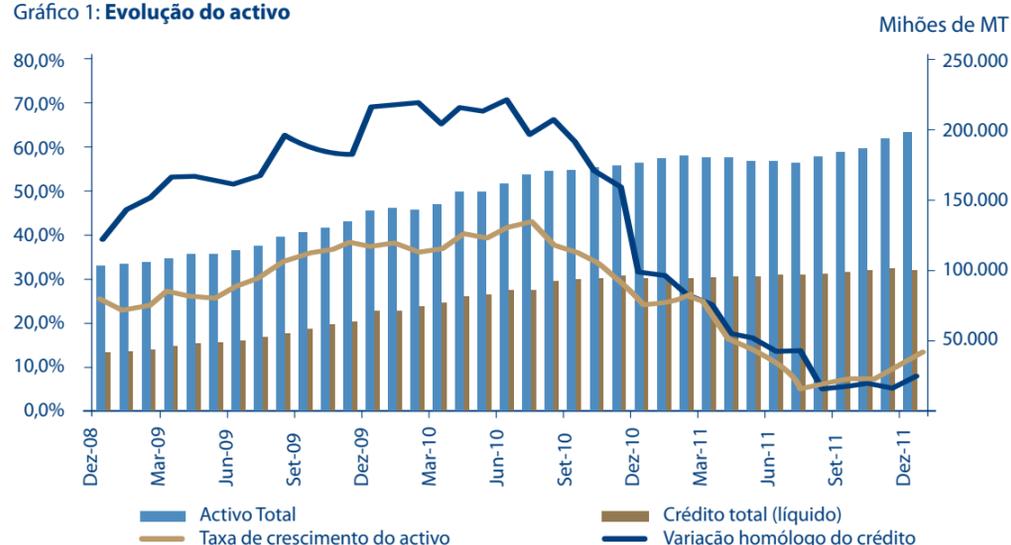
3.1.1. Evolução e Estrutura do Activo

A actividade bancária avaliada pelo activo total em base consolidada registou um crescimento de 13 por cento face a Dezembro de 2010 (Gráfico 1). Contrariamente a 2010, onde o crédito registou crescimento de 32,3 por cento, esta evolução é essencialmente resultado do aumento das Disponibilidades em Outras IC's em 114 por cento, e dos Activos Financeiros em 98 por cento. No primeiro caso, refira-se ao aumento das disponibilidades em instituições de crédito no estrangeiro em 123 por cento, que por sua vez decorre principalmente dos depósitos efectuados em outras instituições de crédito e nas sedes das próprias instituições. No segundo caso, destaca-se o aumento dos activos financeiros detidos para negociação (principalmente os títulos de dívida pública) e disponíveis para a venda em 209 por cento e 83 por cento, respectivamente.

Desde o início do ano, a evolução do activo tem evidenciado uma trajectória decrescente, atingindo ao pico em Julho de 2010 ao crescer 38,4 por cento, valor mais alto nos últimos cinco anos. Em Dezembro de 2011 os activos registaram um crescimento de 12,8 por cento contra 24,3 por cento registado em Dezembro de 2010.

Dada sua importância relativa na estrutura do balanço, a evolução da carteira de crédito tem determinado a evolução do activo. A partir do segundo trimestre de 2010 as taxas de crescimento da carteira de crédito registaram um abrandamento substancial, contrariando assim a tendência que se assistiu nos últimos dois anos, facto que influenciou a evolução do activo (Gráfico 1). Saliente-se, que em Junho de 2010, o crescimento da carteira de crédito registou a taxa mais alta (70,8 por cento) dos últimos sete anos (7,7 por cento em Dezembro de 2011).

Gráfico 1: Evolução do activo

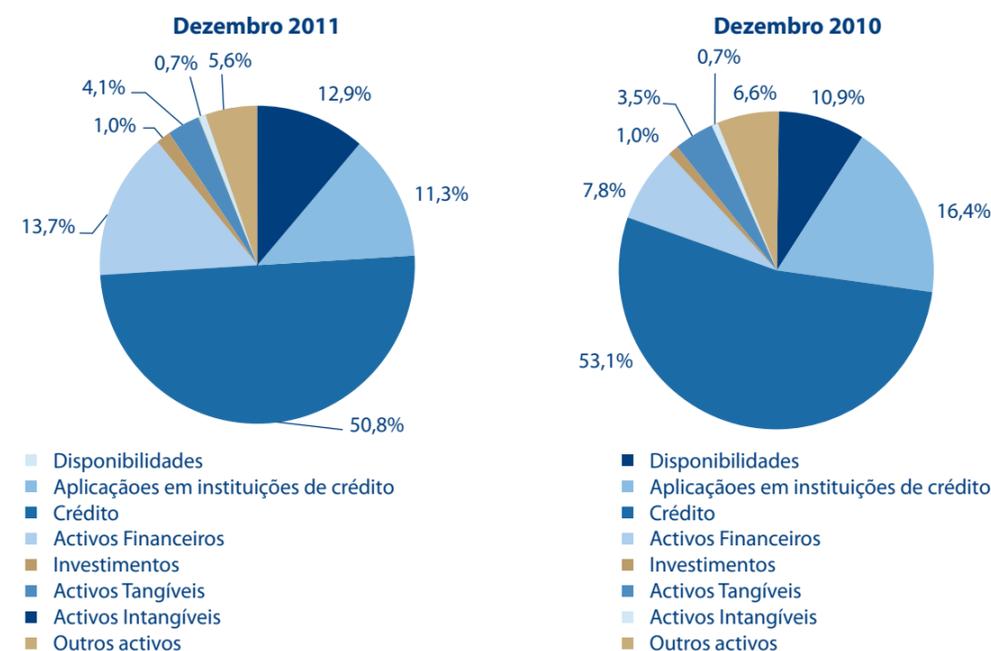


Apesar do abrandamento das taxas de crescimento, a carteira de crédito continua com um peso relativo na estrutura do activo patrimonial. Em Dezembro último, a carteira de crédito ascendeu a 101.185.020 milhares de Meticais, o que representa 50,8 por cento do activo total contra 53,1 registados em Dezembro de 2010 (Gráfico 2).

Os activos financeiros³ ocupam a segunda posição na estrutura do activo. Em Dezembro de 2011, o seu valor ascendeu a 27.278.232 milhares de Meticais, o que equivale a 13,7 por cento do total do activo patrimonial e corresponde a um crescimento de 98 por cento, face a Dezembro de 2010. O maior aumento verificou-se nos activos financeiros detidos para negociação que cresceram 210 por cento, seguido dos activos financeiros disponíveis para venda, 89 por cento. Não obstante a evolução favorável, a importância dos activos financeiros no activo total cresceu em 5,9 por cento face a Dezembro de 2010 (7,8 por cento) (Gráfico 2). Esta evolução resultou da redução expressiva da carteira de crédito e das aplicações em outras IC's. O investimento em títulos de dívida pública continua sendo a aposta de alguns bancos principalmente os que encontram dificuldades de se afirmar no mercado de crédito ou os que temem correr riscos. Outro factor associado a apetência de títulos por parte de alguns bancos é o facto de possuírem ponderação nula na computação do rácio de solvabilidade e taxas de juro atractivas.

Considerando a decomposição dos activos financeiros por tipos, os activos financeiros disponíveis para a venda dominam na estrutura desta carteira. Em Dezembro de 2011, representava, 88,9 por cento do total dos activos financeiros contra 92,9 registados em Dezembro de 2010, enquanto que o peso dos activos financeiros detidos para negociação passou de 7 por cento para 11 por cento no mesmo período (Gráfico 2).

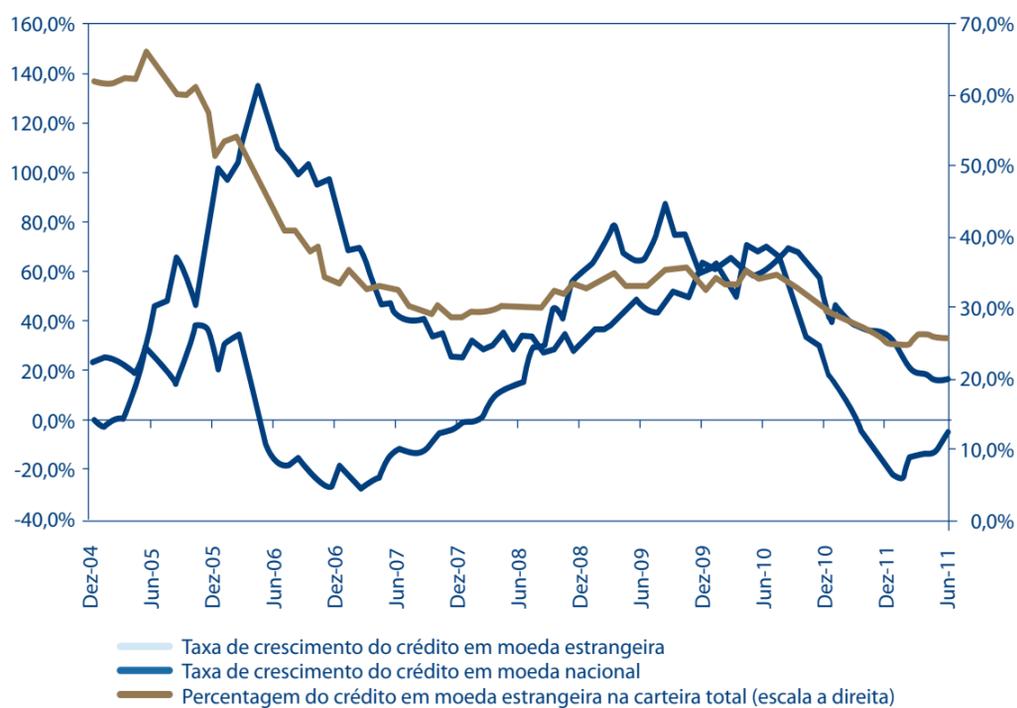
Gráfico 2: Estrutura do activo



³Os Bilhetes de Tesouro são a principal componente dos activos financeiros e dependendo da intenção da gestão, podem ser classificados como activos financeiros disponíveis para venda, de negociação ou detidos até a maturidade

A desaceleração no crescimento da carteira de crédito em moeda estrangeira a partir do segundo semestre de 2010 foi determinante na diminuição do seu peso relativo na carteira total, tendo se fixado em 8,4 por cento negativos no final de Dezembro de 2011. Em Agosto de 2011, atingiu o valor mais baixo dos últimos quatro anos. Recorde-se que a evolução do crédito em moeda estrangeira continua sendo fortemente condicionada a restrição regulamentar introduzida pelo Aviso 5/GGBM/2005, de 20 de Maio, sobre provisões especiais para crédito em moeda estrangeira. Embora tenha registado crescimento em termos absolutos, o crédito em moeda nacional também mostra uma tendência de desaceleração da taxa de crescimento ao longo do tempo (Gráfico 3). Refira-se que as duas instituições com maior representatividade sistémica contribuem com maior peso para a evolução do crédito em moeda estrangeira, representando no seu conjunto um total de 76 por cento do total do crédito em moeda estrangeira concedido pelo sistema.

Gráfico 3: Evolução do crédito em moeda estrangeira e nacional



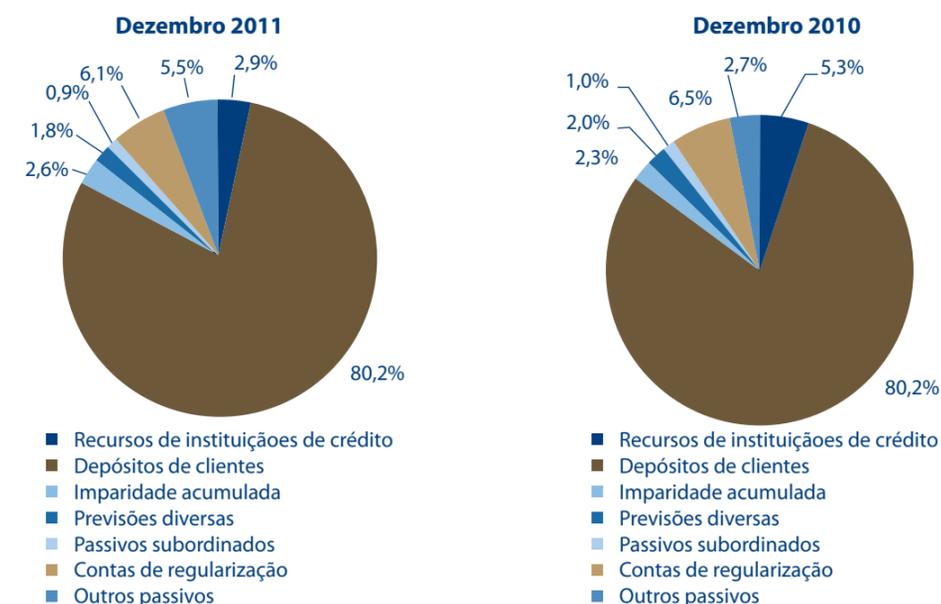
As aplicações em instituições de crédito decresceram em 22,5 por cento, face a Dezembro de 2010, passando a representar um peso de 11,3 por cento sobre o activo total contra 16,4 por cento registados em Dezembro de 2010. Esta redução, resulta principalmente do decréscimo das aplicações em instituições de crédito no estrangeiro, que registaram uma queda de 40 por cento. Maior parte destas aplicações encontram-se sob a forma de depósitos a prazo em outras instituições de crédito no estrangeiro e no geral, ao longo de 2011 apresentaram uma trajectória decrescente.

3.1.2. Passivo

Os depósitos de clientes continuaram sendo o maior passivo no balanço das instituições de crédito e ao mesmo tempo, principal fonte de financiamento da actividade bancária, registando uma taxa de crescimento de 9 por cento face a Dezembro de 2010, o que representa 68,94 por cento do

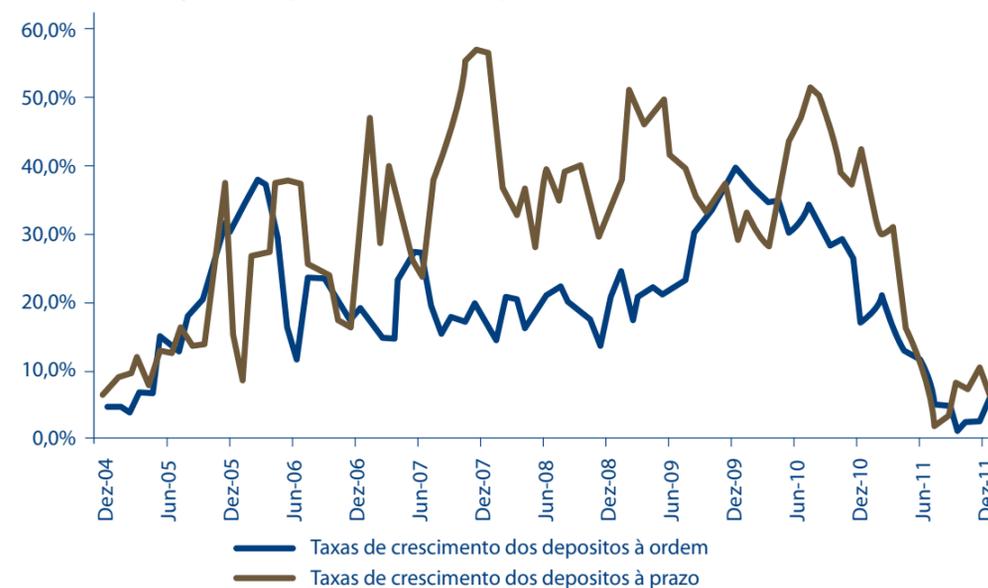
passivo total contra 71 por cento de Dezembro de 2010. Este aumento foi principalmente resultado não só da expansão da rede de agências que tem permitido as instituições alargarem sua base de clientes, mas também das campanhas publicitárias de captação de poupanças que algumas instituições têm empreendido no âmbito de conquista do mercado.

Gráfico 4: Estrutura do passivo exigível



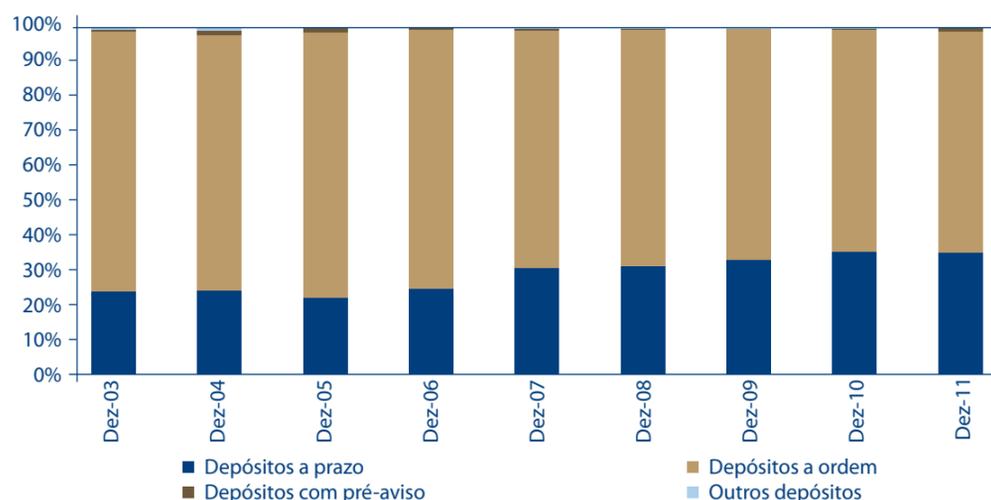
Apartir de Junho de 2011, as taxas de crescimento dos depósitos registaram um abrandamento substancial, tendo atingido os níveis baixos dos últimos seis anos. Todavia, nota-se um ligeiro crescimento da taxa dos depósitos a ordem em finais de Dezembro de 2011 (Gráfico 5).

Gráfico 5: Evolução dos depósitos a ordem e a prazo



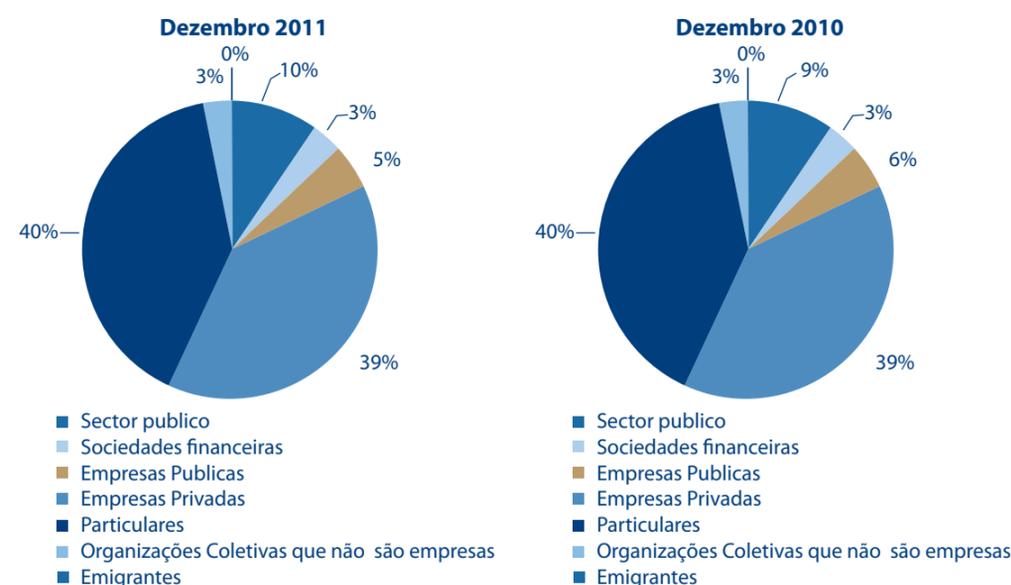
A estrutura dos depósitos não registou alterações significativas, mantendo assim a tendência que se vem registando desde Dezembro de 2003 (Gráfico 6). Os depósitos a ordem continuaram como principal componente dos depósitos e sua evolução em 2011 foi determinante para o crescimento dos depósitos totais (Gráfico 6). Em Dezembro de 2011 representavam 64,3 por cento do total dos depósitos (64,4 por cento em Dezembro de 2010) enquanto que os depósitos a prazo representavam 34,9 por cento, contra 35,7 por cento registado em Dezembro de 2010, sendo que, os depósitos com pré-aviso e outros depósitos continuaram com peso residual (Gráfico 6).

Gráfico 6: Estrutura dos depósitos



Quanto aos depósitos de residentes, a estrutura revela que não houve alterações significativas. Todavia, contrariamente ao passado, os depósitos de particulares passaram a representar maior componente na estrutura dos depósitos em detrimento dos depósitos de empresas privadas e no período em análise totalizaram 52.237.524 milhares de Meticais, o que representa 40 por cento dos depósitos de residentes contra 51.569.409 milhares de Meticais alcançados pelos depósitos de empresas privadas, o correspondente a 39 por cento (Gráfico 7). Apesar de aumentarem 33,4 por cento, o peso dos depósitos de particulares na estrutura dos depósitos de residentes manteve-se virtualmente inalterado. (Gráfico 7).

Gráfico 7: Estrutura dos depósitos de residentes



Os recursos de outras instituições de crédito, incluindo bancos centrais, registaram um decréscimo de 39,9 por cento face Dezembro de 2010, passando a representar 2,9 por cento do passivo exigível total (Gráfico 4), contra 5,3 registado em Dezembro de 2010. Esta evolução reflecte não só diminuições de recursos obtidos junto de instituições de crédito no país, mas também, de instituições de crédito no estrangeiro. Estes últimos, resultam essencialmente de variações nos depósitos a prazo de instituições de crédito no estrangeiro e dos empréstimos contraídos junto das mesmas.

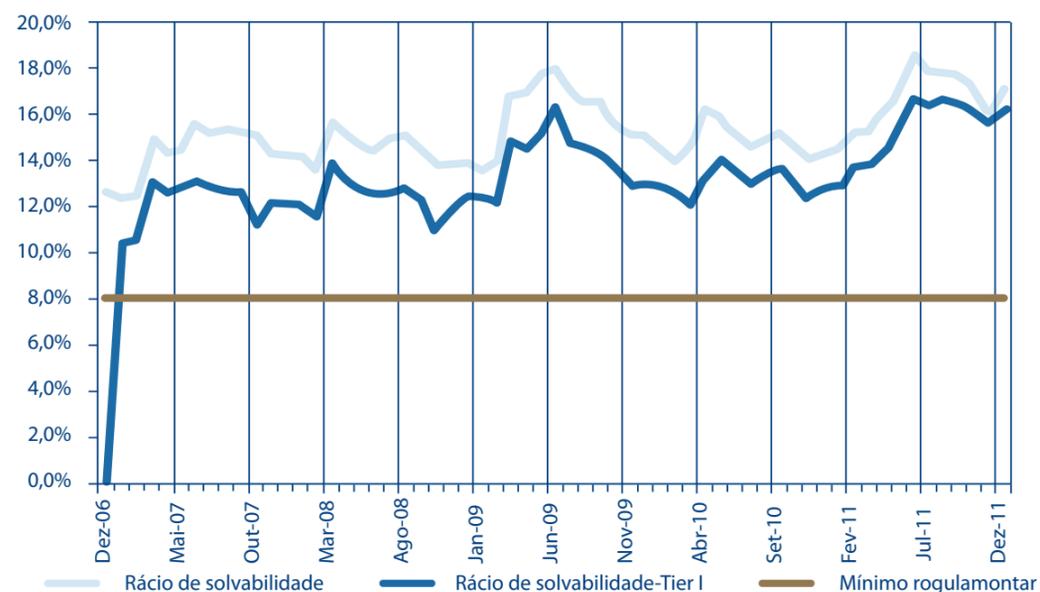
A rubrica de capital e reservas totalizou 23.212.319 milhares de Meticais, o que corresponde a um aumento de 59,5 por cento em relação a Dezembro de 2010. Este crescimento inseriu-se na tendência iniciada em Janeiro de 2007 e reflectiu os aumentos de capital e de outras reservas resultantes de resultados não distribuídos por parte de algumas instituições no sistema.

3.2. Solvabilidade

De acordo com o actual quadro regulamentar, as instituições de crédito devem manter a todo momento, um rácio de solvabilidade não inferior a 8 por cento. A existência de um rácio de solvabilidade adequado é um elemento importante para a estabilidade do sistema bancário, pois, permite que as instituições absorvam quaisquer perdas que possam resultar de choques adversos sobre seu balanço, continuando a desempenhar o papel da intermediação financeira.

Em 2011, o rácio de solvabilidade do sistema bancário situou-se em 17,1 por cento (14,4 por cento em Dezembro de 2010) (Gráfico 8). Esta evolução deveu-se ao aumento mais do que proporcional dos fundos próprios totais (28,1 por cento) em relação aos activos ponderados (7,8 por cento). Considerando apenas os fundos próprios de base – Tier I – o rácio de solvabilidade registou uma melhoria de 3,4 pontos percentuais. Entretanto, as duas grandezas apresentam trajetórias relativamente similares, o que evidencia forte dependência do rácio de solvabilidade às variações nos fundos próprios de base (Gráfico 8).

Gráfico 8: Rácio de Solvabilidade

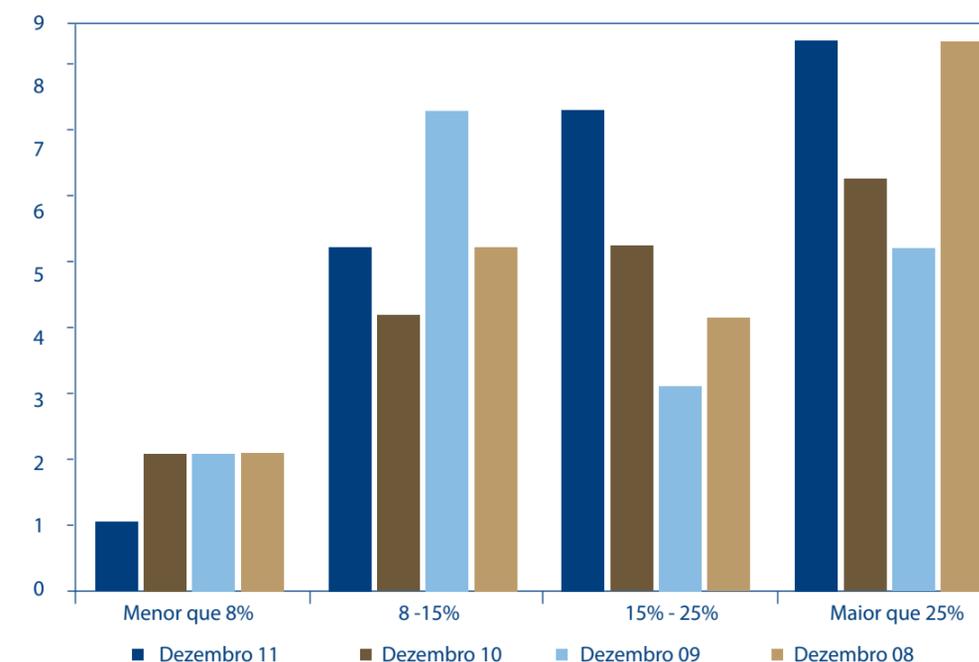


À semelhança dos anos anteriores, em 2011, o crescimento registado nos fundos próprios totais resultou do aumento dos fundos próprios de base em 36,4 por cento (4.537.339 milhares de Meticais). Por sua vez, o aumento dos fundos próprios de base relacionou-se com aumentos de capital concretizados por algumas instituições de crédito, (incluindo o maior banco do sistema), sobretudo no primeiro semestre do ano, num montante de 8.529.761 milhares de Meticais (+ 114% por cento em relação a Dezembro de 2010), sendo que as restantes rubricas não tiveram impacto significativo.

Analisando a distribuição do rácio de solvabilidade pelas instituições de crédito, observa-se, que em 21 instituições, um conjunto significativo de instituições (8) apresentou rácio acima de 25 por cento (no geral, trata-se de instituições novas e bancos que operam no segmento de microfinanças), 7 situam-se no intervalo de 15 e 25 por cento (dois bancos de importância sistémica), 5 estão no intervalo de 8 por cento e 15 por cento, (dois bancos de relevância sistémica) e apenas uma instituição (1 micro banco) apresenta rácio abaixo do mínimo regulamentar de 8 por cento (Gráfico 9). Esta última foi objecto de de inspecção específica enquadrada no âmbito do projecto de inspecção às instituições microfinanceiras levada a cabo pelo DSB com vista a criar procedimentos adequados para este tipo de instituições.

As instituições de crédito que registaram rácio de solvabilidade acima de 25 por cento (38 por cento das instituições) representavam apenas 0,01 por cento do total dos activos do sistema, entre 8 por cento e 15 por cento (24 por cento das instituições), representavam 36,1 por cento, entre 15 por cento e 25 por cento (33 por cento das instituições) representavam 58,3 por cento por cento, abaixo de 8 por cento (5 por cento das instituições) representavam 0,01.

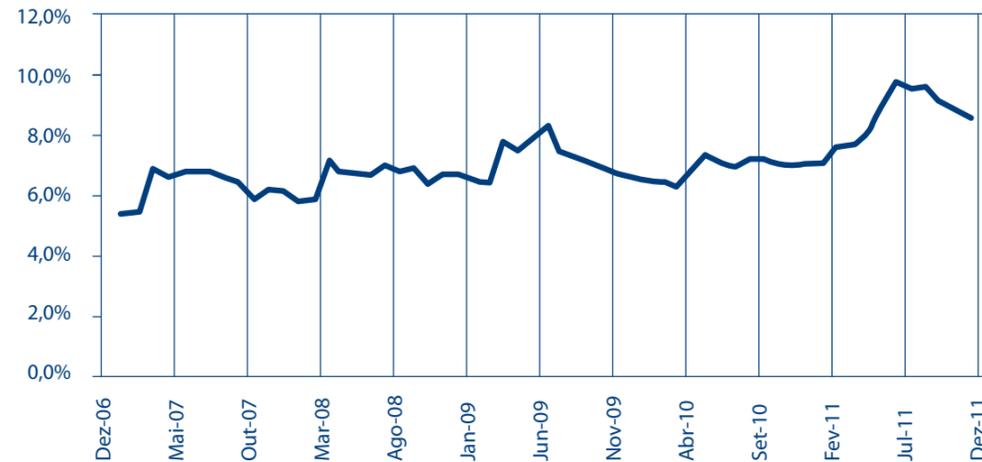
Gráfico 9: Distribuição das instituições de crédito quanto ao rácio de solvabilidade



Outro rácio complementar ao rácio de solvabilidade e que tem merecido atenção nos últimos tempos é o rácio de alavancagem (leverage ratio). Este rácio estabelece a relação entre os fundos próprios de base e activos totais⁴ e fornece uma indicação da dimensão em que os activos são financiados pelos capitais próprios. Tal protagonismo decorre do facto de se ter constatado que um dos elementos principais que contribui para o escalar da crise financeira mundial foi o facto de muitos bancos possuírem uma alavancagem excessiva.

⁴Numa perspectiva mais rigorosa, aos activos deverão ser deduzidos os montantes referentes aos intangíveis para que sejam comparáveis aos fundos próprios de base, que desde a introdução das Normas Internacionais de Relato Financeiro, passaram a ser incluídos como elementos negativos na computação dos fundos próprios de base.

Gráfico 10: Rácio de alavancagem (Leverage ratio)



O gráfico 10 revela que em 2011 o rácio de alavancagem flutuou entre 7,1 por cento e 9,7 por cento, tendo atingido os níveis altos dos últimos cinco anos (o pico foi alcançado em Maio/11). Em Dezembro de 2011 o rácio de alavancagem fixou-se em 8,5 por cento contra 6,6 por cento registados em Dezembro de 2010. Estas cifras situaram-se em níveis superiores aos mínimos estabelecidos por algumas entidades supervisoras de acordo com os princípios do acordo Basileia II Pilar II, como por exemplo, a *Swiss Financial Market Supervisory Authority (FINMA)* que definiu o mínimo de 3,0 por cento⁵ para as contas consolidadas e 4,0 por cento para as contas individuais, os bancos dos três maiores países do mundo também usam estas taxas, e outros países usam 5,0 por cento.

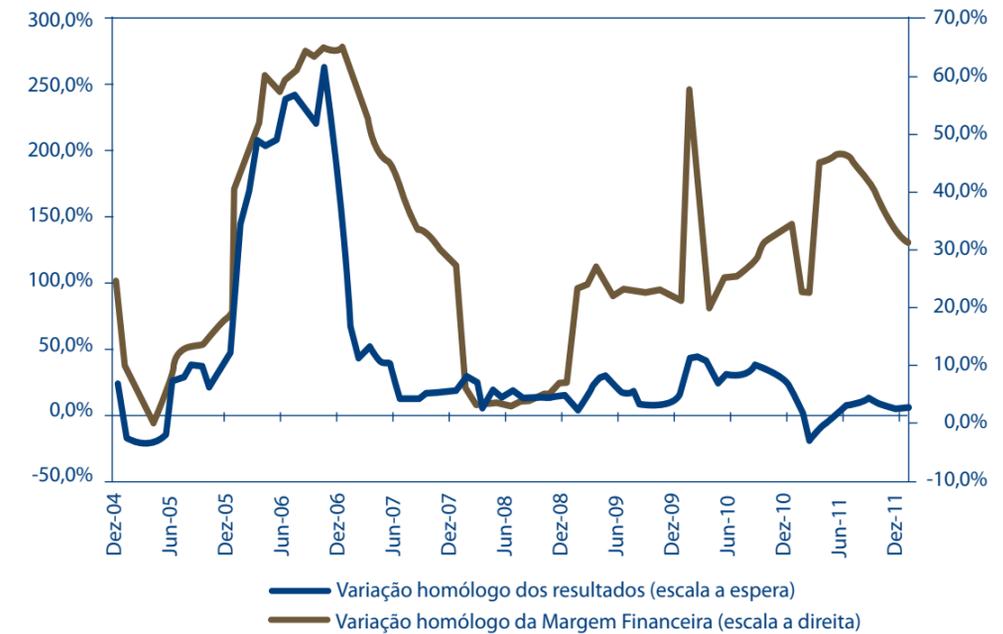
Em geral, os elevados níveis de capitalização evidenciados pelo rácio de solvabilidade e por outros indicadores de adequação de capital, revelam que o sistema bancário continuou sólido e estável e que as perturbações que ocorreram no mercado financeiro internacional, não exerceram qualquer pressão palpável sobre os fundos próprios das instituições. Tal deveu-se ao facto de as instituições de crédito a operarem no país não se encontrarem expostas aos activos que desencadearam a crise financeira. Adicionalmente, a predominância de instituições com rácio de solvabilidade acima de 8 por cento, incluído os grandes bancos, confere ao sistema bancário, maior capacidade para acomodar perdas de magnitude significativa sobre o balanço e conta de resultados, assegurando a sua função de intermediação financeira.

3.3. Rendibilidade

Os resultados do sistema bancário em base consolidada registaram um aumento de 12,2 por cento contrariando assim a tendência que se vem registando em vários países que, devido a recessão económica que se regista nesses países, os bancos no seu conjunto registaram diminuição dos lucros. Este crescimento reflecte o ambiente macroeconómico favorável a nível doméstico e a importância que este desempenha para actividade bancária.

⁵Este valor mínimo ainda não é extensivo a todos os bancos a operarem na Suíça. Actualmente não existe um benchmark definido para este indicador e diferenças nos princípios contabilísticos e na fórmula de cálculo podem de alguma forma dificultar a comparação entre países. (Katia D'Istuster: Crisis response – Public Policy for the private sector).

Gráfico 11: Variação homóloga dos resultados e da margem financeira.



O desempenho favorável da margem financeira, que registou um crescimento de 31 por cento face a Dezembro de 2010, contribuiu significativamente para a evolução dos resultados, passando a representar um peso de 64,9 por cento sobre o produto bancário. As comissões líquidas representavam 15 por cento contra 12,8 por cento registados em Dezembro de 2010 e os resultados em operações financeiras fixaram-se em 17 por cento contra 23,3 por cento de Dezembro de 2010. Refira-se que o crescimento da margem financeira é sustentado não pelo aumento das taxas de juros, mas principalmente pela expansão da carteira de crédito, pois a *diferencial* das taxas de juros entre operações activas e passivas têm vindo a diminuir em resultado da pressão competitiva que nos últimos tempos tem caracterizado a indústria bancária moçambicana.

Uma análise da evolução homóloga dos resultados revela que, com a excepção de Fevereiro e Agosto de 2010, nos últimos três anos os resultados do exercício cresceram a taxas bastante inferiores às registadas em 2005 e 2006 (Gráfico 11). Este abrandamento está associado em parte a desaceleração no crescimento da margem financeira que resulta entre outros factores, do estreitamento do spread entre as taxas de juro de crédito e de depósitos que não tem sido compensado pelo efeito volume.

A estrutura dos juros e proveitos equiparados, revela que os activos de maior risco na estrutura do balanço apresentaram maior contributo na estrutura dos juros. O crédito a clientes é o activo produtivo que apresenta maior contributo na estrutura dos juros e proveitos equiparados, manteve-se quase inalterado face a Dezembro de 2010. Os juros e rendimentos de outros activos financeiros registaram um crescimento de 1,4 pontos percentuais resultante do aumento dos activos financeiros disponíveis para a venda, sendo que as restantes rubricas não exerceram influência significativa. (Gráfico 12).

Gráfico 12: Estrutura dos juros e proveitos equiparados

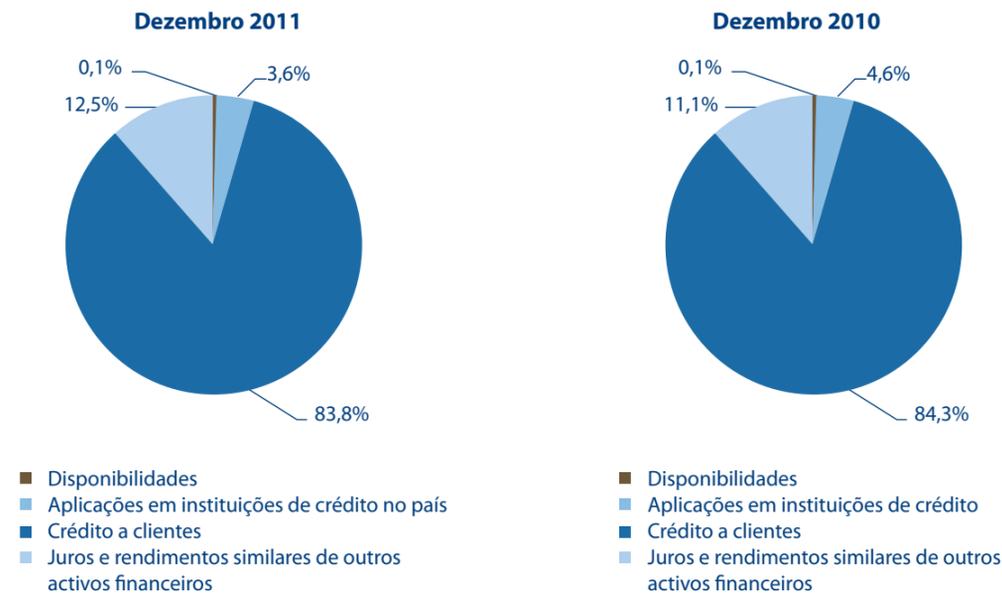
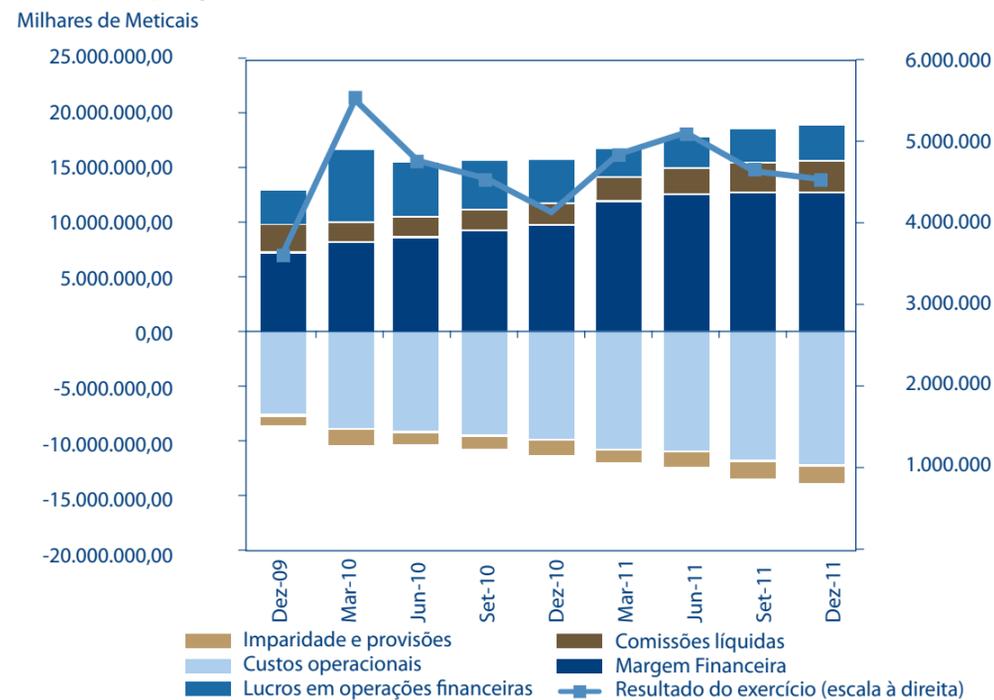


Gráfico 13: Composição da conta de resultados



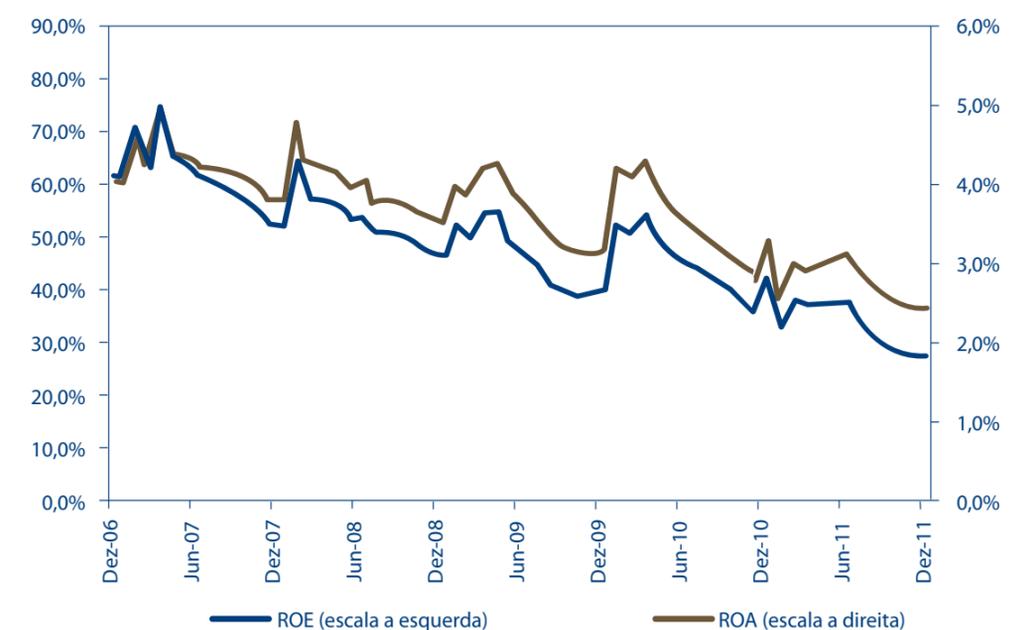
As comissões líquidas situaram-se em 2.889.480 milhares de Meticais, representando um crescimento de 3 pontos percentuais face aos 2.121.826 milhares de Meticais registados em Dezembro de 2010 (Gráfico 13). Esta evolução traduziu-se no aumento de sua contribuição na formação do produto bancário de 12 por cento em Dezembro de 2010 para 15 por cento em

Dezembro de 2011 e resultou essencialmente de comissões por prestação de serviços bancários como garantias e avals prestados, compromissos perante terceiros, transferência de valores, gestão de cartões e anuidades.

Os resultados em operações financeiras decresceram 14,6 por cento. A apreciação do Metical face as principais moedas foi determinante para este aumento, dado que não permitiu que algumas instituições realizassem ganhos significativos decorrentes da reavaliação da posição cambial. Deste modo, o contributo dos resultados em operações financeiras no produto bancário, reduziu de 23,3 por cento em Dezembro de 2010, para 17 por cento em Dezembro de 2011 (Gráfico 13). Há no entanto, instituições cujo contributo dos lucros em operações financeiras no produto bancário excedeu 35 por cento (representam 3,35 por cento do total dos activos do sistema).

A diminuição das taxas de crescimento dos resultados reflectiu-se nos indicadores de rentabilidade, mantendo assim, a tendência descendente iniciada em finais do primeiro trimestre de 2007 e fixando-se em níveis mais baixos nos últimos quatro anos. A rentabilidade dos capitais próprios (ROE) diminuiu de 32,5 por cento em Dezembro de 2010, para 26,5 por cento em Dezembro de 2011. No mesmo período, a rentabilidade do activo médio (ROA) manteve-se quase inalterado ao passar de 2,6 por cento para 2,5 por cento (Gráfico 14). Esta tendência de queda está relacionada com uma multiplicidade de factores, dos quais se destacam a desaceleração do crescimento da margem financeira, o aumento do volume do crédito vencido, acumulação de prejuízos por parte de algumas instituições e crescimento acelerado dos custos operacionais resultantes da estratégia de expansão de vários bancos, caracterizada pela abertura de novas agências bancárias, facto que se tem traduzido no aumento de empregados no sector. O aumento dos capitais próprios por parte de algumas instituições também influenciou negativamente os rácios de rentabilidade, porém, ainda continuam em níveis confortáveis⁶.

Gráfico 14: Rentabilidade



⁶ Alguns países da região apresentam níveis de rentabilidade abaixo dos do sistema bancário moçambicano. Em 2010 por exemplo, na Namíbia o ROA fixou-se em 2,5 por cento e o ROE em 25,1 por cento, na Zâmbia, estes indicadores cifraram-se 2,3 por cento e 11,6 por cento e em Malawi situaram-se em 4,2 por cento e 29,4 por cento, respectivamente.

A dispersão do nível de rentabilidade do activo no sistema continua relativamente elevada, pese embora no período em análise tenha reduzido ligeiramente (Gráfico 15). Tal deveu-se ao facto de verificar-se melhorias em instituições cuja rentabilidade do activo situou-se afastada da média da indústria. Entretanto, o número de instituições com rentabilidade do activo acima da média do sistema diminuiu de quatro em Dezembro de 2010, para duas em Dezembro de 2011. Em relação a rentabilidade dos capitais próprios, nota-se igualmente que o grau de dispersão entre as instituições continuou alto, e um número significativo de instituições registou valores abaixo da média da indústria, ou seja, apenas 3 instituições registaram valores acima da média. (Gráfico 16).

Gráfico 15: Rentabilidade do Activo (mínimo, máximo, interquartile)

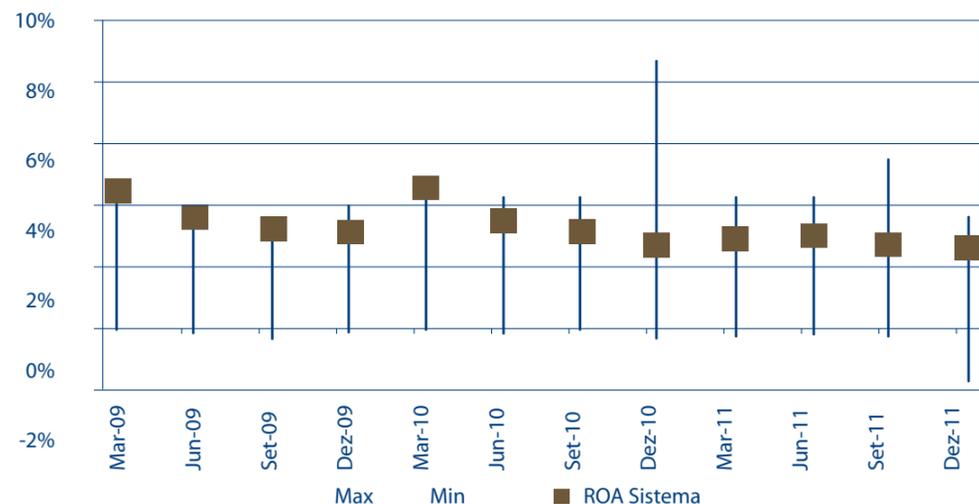
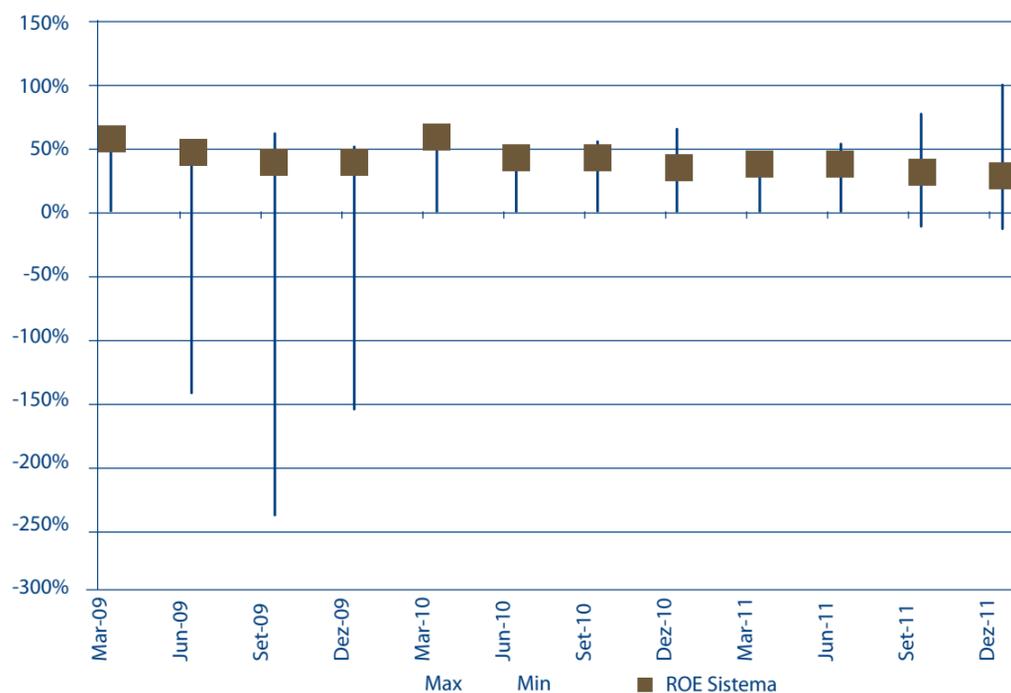


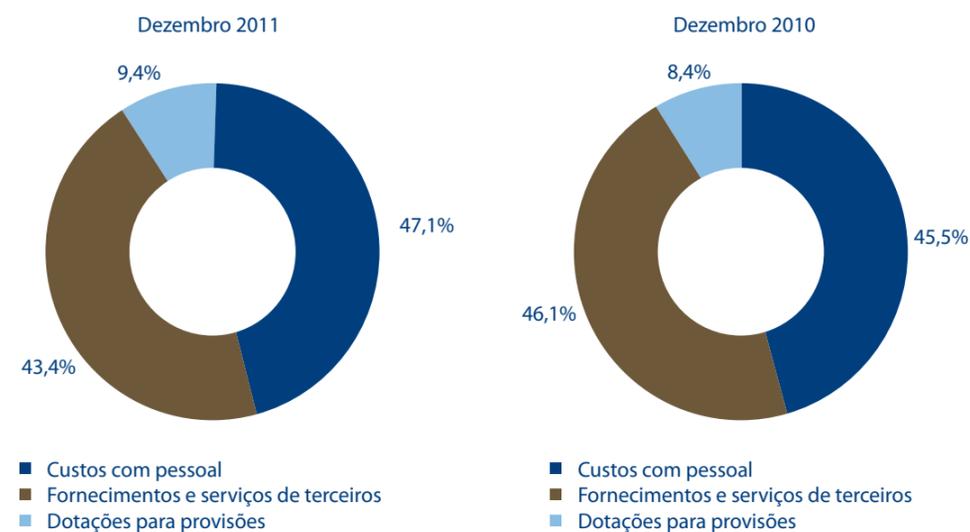
Gráfico 16: Rentabilidade dos Capitais Próprios (mínimo, máximo, interquartile)



Em 2011, os custos operacionais totalizaram 12.204.170 milhares de Metcaís, o que corresponde a um aumento de 22,6 por cento face a Dezembro de 2010. Apesar desta ter contribuído positivamente para o crescimento dos resultados, dado que em 2010, o crescimento foi de 28 por cento, não foi suficiente para evitar a queda dos indicadores de rentabilidade. Referir que o aumento dos custos verificou-se essencialmente na componente fornecimento de serviços de terceiros e de custos com o pessoal, todavia, o peso dos fornecimentos e serviços de terceiros na estrutura dos custos operacionais registou um decréscimo de cerca de 3 pontos percentuais ao fixar-se 43,4 por cento em Dezembro de 2011 contra 46,1 por cento registados em Dezembro de 2010, enquanto que o peso dos custos com o pessoal nos custos operacionais situou-se em 47,1 por cento contra 45,5 de Dezembro de 2010.

A evolução das despesas com o pessoal (principal componente dos custos operacionais) em 26,9 por cento foi determinante para o crescimento dos custos operacionais. Por seu turno, o crescimento das despesas com pessoal resultou de aumentos registados na remuneração mensal de empregados, subsídios, encargos com fundos de pensões e transferência de pessoal e outros custos, impulsionado principalmente pela abertura de novas agências por parte de algumas instituições. Os fornecimentos e serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços especializados, rendas e alugures, comunicações e marketing. (Gráfico 17).

Gráfico 17: Estrutura dos custos operacionais



Em 2011, a trajetória do rácio custos operacionais-produto bancário (cost-to income) manteve-se relativamente estável, pese embora, registasse pequenas flutuações no primeiro e terceiro trimestres, tendo no final de 2011, se fixado em 61,9 por cento (59,9 por cento em Dezembro de 2010) (Gráfico 18).

A distribuição do rácio cost-to income pelas instituições de crédito, revela que algumas instituições, apresentam cifras inferiores a média do sistema bancário e outras, principalmente as cooperativas de crédito e os bancos que operam no segmento de micro finanças, apresentam rácio superior. Esta situação é resultante de elevados custos de gestão do crédito, factor que, associado ao elevado nível de delinquência, fizeram com que este tipo de instituições registasse prejuízos em 2011 e, como consequência, os indicadores de resultados registaram valores negativos em 2011.

Gráfico 18: Rácio de eficiência (cost-to-income ratio)

